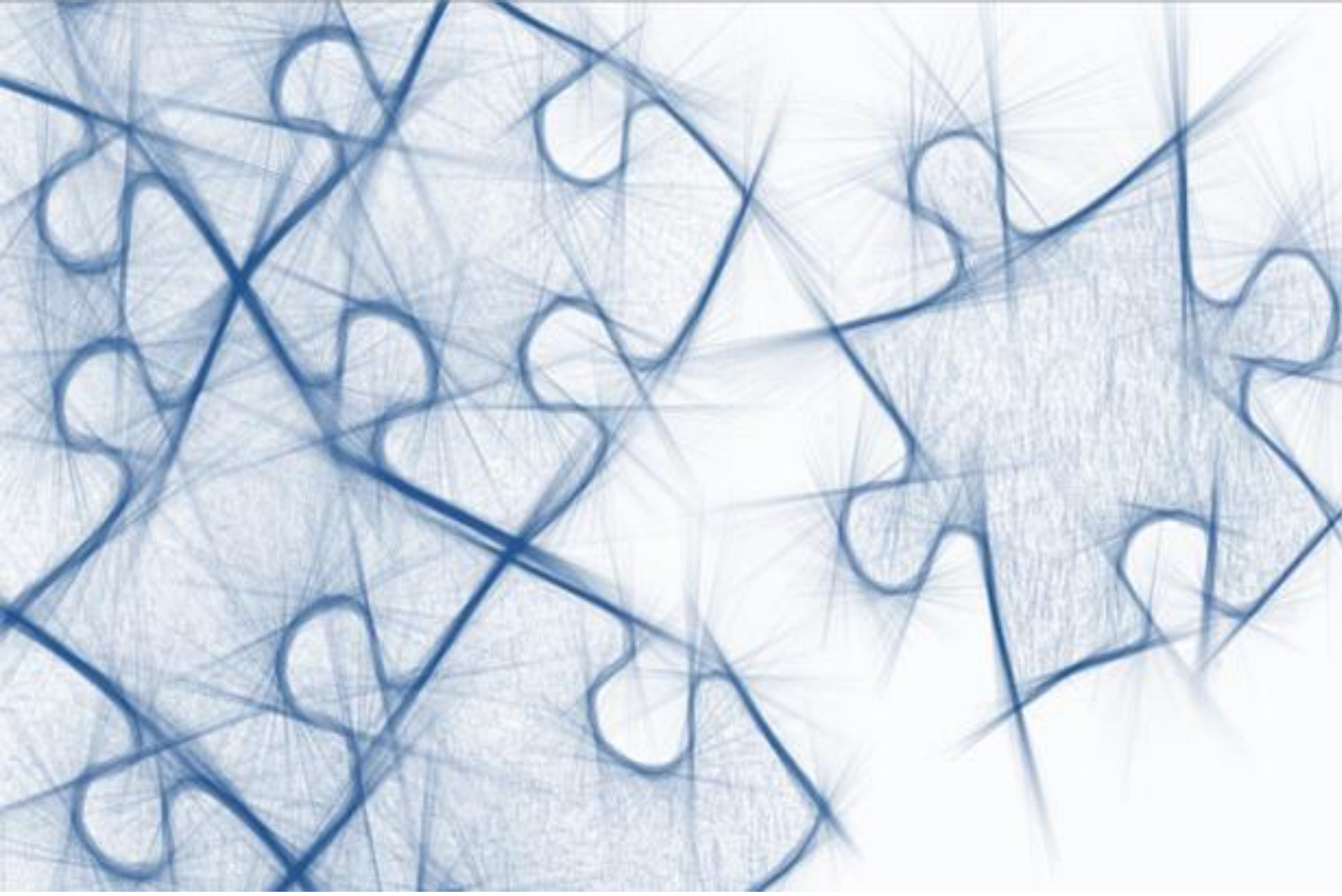


“Programa Intermunicipal de Prevenção do Abandono Escolar e Promoção da Igualdade de Acesso ao Ensino da Comunidade Intermunicipal Região de Coimbra”

A | Caraterização socioeconómica da Região de Coimbra

FICHA TÉCNICA

TÍTULO

"Programa Intermunicipal de Prevenção do Abandono Escolar e Promoção da Igualdade de Acesso ao Ensino da Comunidade Intermunicipal Região de Coimbra".

PROMOTOR

Comunidade Intermunicipal Região de Coimbra

EXECUÇÃO

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

COORDENAÇÃO CIENTÍFICA

António Manuel Rochette Cordeiro

COORDENAÇÃO TEMÁTICA

Luís Alcoforado (FPCEUC)

Lucília Salgado (ESEC)

Rui Gama (FLUC)

COORDENAÇÃO DA EQUIPA TÉCNICA

Patrícia Figueiredo

Carolina Alves

EQUIPA TÉCNICA

Cristina Barros

Luís Reis

Selene Martinho

Liliana Paredes

Lúcia Santos

Jorge Cunha

Inês Rodrigues

Benjamim Lousada

DESIGN GRÁFICO E EDIÇÃO

Faculdade de Letras da Universidade de Coimbra

Coimbra, maio de 2015

Cofinanciado por:

PARTE A | CARATERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA DA REGIÃO DE COIMBRA

NOTA DE APRESENTAÇÃO 1
INTRODUÇÃO 3
A estratégia de desenvolvimento regional da CIM Região de Coimbra 3
O (In)sucesso Escolar 5
METODOLOGIA E CONCEITOS 9
Métodos e opções de análise 9
Conceitos 13
1. ENQUADRAMENTO TERRITORIAL DA REGIÃO DE COIMBRA 19
2. CARATERIZAÇÃO FÍSICA 20
3. ACESSIBILIDADES 22
4. DEMOGRAFIA E PERFIL DA POPULAÇÃO 24
4.1. Evolução e distribuição da população residente 24
4.2. Fatores da dinâmica demográfica: crescimento natural e saldo migratório 29
4.3. Estrutura etária, envelhecimento e dependência 33
4.4. População residente com dificuldades 36
4.5. Projeções da população residente: principais tendências nas próximas décadas (2021 e 2031) 39
4.5.1. Projeções da população residente 39
4.5.2. Natalidade e fecundidade 41
4.5.3. Estrutura etária, envelhecimento e dependência 43
5. SOCIOECONOMIA 46
5.1. Nacionalidade da população residente 46
5.2. Famílias 48
5.3. Habitação 50
5.4. Condições de vida 53
5.5. Nível de vida (Poder de compra) 57
6. ESTRUTURA PRODUTIVA E DINÂMICA ECONÓMICA 59
6.1. População ativa e empregada 59
6.2. Desemprego 62
7. ESTRUTURA E TECIDO EMPRESARIAL 67
7.1. Empresas e território 67
7.2. Internacionalização 74

8. SAÚDE 74
8.1. Indicadores de saúde 74
9. OFERTA E PROCURA DA REDE SOCIAL 76
10. SÍNTESE 79
ÍNDICE DE QUADROS 83
ÍNDICE DE FIGURAS 85

PARTE B | CARATERIZAÇÃO DA COMUNIDADE ESCOLAR

1. CONTEXTUALIZAÇÃO DO NÍVEL EDUCATIVO DA POPULAÇÃO RESIDENTE 87
1.1. Nível de ensino mais elevado completo 87
1.2. Analfabetismo e baixos níveis de escolaridade 92
1.3. População com o ensino superior 96
1.4. Abandono escolar: uma análise introdutória 98
2. A REDE ESCOLAR 103
2.1. A rede escolar no ano letivo 2014/2015: distribuição da oferta por níveis de ensino 103
2.2. Os agrupamentos de escolas 2014/2015 106
2.3. A rede escolar utilizada na análise das variáveis: escolas e agrupamentos de escolas 108
3. A POPULAÇÃO ESCOLAR 111
3.1. Inscrições e matrículas 111
3.1.1. Ensino pré-escolar 112
3.1.2. 1º CEB 117
3.1.3. 2º CEB 123
3.1.4. 3º CEB 128
3.1.5. Ensino Secundário 135
3.1.6. Síntese 140
3.2. Taxas brutas de (pré)escolarização 141
3.3. Projeções da população escolar 149
3.1.3. Ensino Pré-escolar 149
3.3.2. 1º CEB 153
3.3.3. 2º CEB 156
3.3.4. 3º CEB 158
3.3.5. Ensino Secundário 161
4. RESULTADOS E PERCURSOS 164
4.1. Transições/conclusões e retenções/desistências 164
4.1.1. 1º CEB 164
4.1.2. 2º CEB 173
4.1.3. 3º CEB 181

4.1.4. Ensino Secundário 190
4.1.5. Síntese 198
4.2. Resultados dos exames nacionais 198
4.2.1. Exames nacionais do 4º Ano 199
4.2.1.1. Total 199
4.2.1.2. Português 211
4.2.1.3. Matemática 219
4.2.2. Exames nacionais do 6º ano 229
4.2.2.1. Total 229
4.2.2.2 Português 237
4.2.2.3. Matemática 245
4.2.3. Exames nacionais do 9º ano 254
4.2.3.1. Total 254
4.2.3.2. Português 263
4.2.3.3. Matemática 268
4.2.4.Ensino secundário 275
4.2.4.1. Total 275
4.2.4.2. Português 284
4.2.4.3. Matemática 291
4.2.4.4. Físico-química 299
4.2.4.5. História 307
4.2.3. Síntese 315
4.3. Casos de maior insucesso: análise a partir dos exames nacionais 316
4.4. Alunos com necessidades educativas especiais 320
4.5. Percursos escolares: a continuidade ou a quebra do insucesso escolar? 322
5. ENTIDADES COM POTENCIAL EDUCATIVO 335
ÍNDICE DE QUADROS 337
ÍNDICE DE FIGURAS 341

PARTE C| CONTEXTOS TERRITORIAIS PREDITORES DO (IN)SUCESSO ESCOLAR

1. CONTEXTOS TERRITORIAIS DO SUCESSO E INSUCESSO ESCOLAR 347
1.1. ASPETOS METODOLÓGICOS 347
1.2. RESULTADOS DA ANÁLISE FATORIAL DE COMPONENTES PRINCIPAIS 349
1.2.1. Contextos socioeconómicos concelhios 349
1.2.2. Contextos socioeconómicos das freguesias 353

2. RELAÇÃO ENTRE A CARATERIZAÇÃO SOCIOECONÓMICA DA CIM E OS RESULTADOS DOS EXAMES ESCOLARES: O PONTO DE PARTIDA. 358
ÍNDICE DE QUADROS 365
ÍNDICE DE FIGURAS 367

PARTE D| PLANO DE AÇÃO

1. CONTEXTUALIZAÇÃO 369
2. PROJETOS E PRIORIDADES 371
Projeto A 375
Projeto B 393
Projeto C 399
Projeto D 405
Projeto E 413
Projeto F 425
Projeto G 431
3. CRONOGRAMAS 433
4. ORÇAMENTO GLOBAL 437
BIBLIOGRAFIA 439
ÍNDICE DE ILUSTRAÇÕES 445

Índice Parte A

Nota de Apresentação 1

Introdução 3

A estratégia de desenvolvimento regional da CIM Região de Coimbra 3

O (In)sucesso Escolar 5

Metodologia e Conceitos 9

Métodos e opções de análise 9

Conceitos 13

1. Enquadramento territorial da Região de Coimbra 19

2. Caraterização Física 20

3. Acessibilidades 22

4. Demografia e perfil da população 24

4.1. Evolução e distribuição da população residente 24

4.2. Fatores da dinâmica demográfica: crescimento natural e saldo migratório 29

4.3. Estrutura etária, envelhecimento e dependência 33

4.4. População residente com dificuldades 36

4.5. Projeções da população residente: principais tendências nas próximas décadas (2021 e 2031) 39

4.5.1. Projeções da população residente 39

4.5.2. Natalidade e fecundidade 41

4.5.3. Estrutura etária, envelhecimento e dependência 43

5. Socioeconomia 46

5.1. Nacionalidade da população residente 46

5.2. Famílias 48

5.3. Habitação 50

5.4. Condições de vida 53

5.5. Nível de vida (Poder de compra) 57

6. Estrutura produtiva e dinâmica económica 59

6.1. População ativa e empregada 59

6.2. Desemprego 62

7. Estrutura e Tecido empresarial 67

7.1. Empresas e território 67

7.2. Internacionalização 74

8. Saúde 74

8.1. Indicadores de saúde 74

9. Oferta e procura da Rede Social 76
10. Síntese 79
Índice de quadros 83
Índice de figuras 85

Nota de Apresentação

Ao longo dos anos, muito se tem falado sobre educação e, especialmente, em torno da escola. Significativas têm sido as reflexões mais aprofundadas, seja numa lógica de melhoria de resultados escolares, seja do tipo de função que a escola deve assumir, atendendo ao território onde se situa e ao tipo de perfil de cidadão que pretende ajudar a formar.

Por sua vez, quer ao nível da Europa, quer ao nível mundial, muitas são as exigências e recomendações a seguir de forma a melhorar a qualidade da educação, com os países do norte da Europa a darem referências sobre o caminho a seguir em termos metodológicos, ainda que com realidades muito díspares da portuguesa. A União Europeia, na tentativa de apoiar a regulação e contribuir para a coesão territorial, tem dado força a diferentes quadros de apoio comunitário, sendo o mais recente, a Europa 2020, de onde emerge o quadro de referência nacional, Portugal 2020 e que dá orientações às estratégias regionais, entre as quais o Centro 2020, onde o presente trabalho se integra.

Assim, este documento dá resposta a uma socilitação da CIM Região de Coimbra à Universidade de Coimbra para a construção de uma estratégia de combate ao insucesso e abandono escolar para o seu território, tendo em conta as especificidades territoriais que o integram e as diferentes abordagens pedagógicas necessárias às suas necessidades.

INTRODUÇÃO

A estratégia Europa 2020 assume-se como um plano de dez anos, com metas a atingir para a totalidade dos Estados-Membros, encontrando-se delineados os pressupostos inerentes ao crescimento económico da União Europeia, que visam ultrapassar a crise instalada no seu seio. Deste modo, pretende-se uma revisão ao modelo de crescimento garantindo que este seja inteligente (desenvolvendo uma economia baseada no conhecimento e na inovação); sustentável (fomentando uma economia mais eficiente em termos de recursos, mais ecológica e mais competitiva) e inclusivo (favorecendo uma economia com níveis elevados de emprego por forma a assegurar a coesão económica, social e territorial).

O programa comunitário de apoio – Horizonte 2020 – detém um dos maiores orçamentos da UE, tendo como foco o financiamento da investigação e da inovação e a mitigação do abrandamento da competitividade da economia comunitária, em termos de inovação. Este programa conta com pilares de ação que incluem a excelência científica, a liderança industrial e os desafios societais.

Ao nível da economia, Portugal tem vindo a demonstrar alguma fragilidade face aos ciclos económicos depressivos e às progressivas restrições de acesso ao financiamento externo, persistindo ainda assim, e apesar da evolução alcançada, relevantes assimetrias territoriais. Porém, algumas das áreas atualmente assumidas como prioritárias, naquele que se visualiza como o próximo ciclo de apoios comunitários não parecem ter sido contempladas nesta visão de coesão que a própria filosofia da UE focaliza desde a sua génese, sendo por isso muito importante analisar o ponto de partida territorial, uma vez que o território nacional se apresenta muito desigual entre si, mostrando valores que exibem a necessidade de investir na sua coesão.

A contratualização de compromissos com a União Europeia pelo Governo Português, constantes do Acordo de Parceria 2014-2020 – Portugal 2020 – poderá deste modo, representar a derradeira oportunidade, para que no âmbito de um quadro financeiro plurianual (a vigorar de 2014 a 2020) se alcance uma maior coesão económica, social e territorial.

O documento Portugal 2020, tendo um âmbito nacional, abrange as intervenções, os investimentos e as prioridades de financiamento necessárias para promover o país nas diferentes escalas de crescimento definidas pela UE.

A adequada concretização deste documento deverá impulsionar o alcance até 2020, em Portugal, das metas que se encontram agrupadas em cinco objetivos e que dizem respeito: ao emprego, à educação, à investigação e inovação, à inclusão social e à redução da pobreza, ao clima e à energia.

A estratégia de desenvolvimento regional da CIM Região de Coimbra

A Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra incorporou a heterogeneidade dos territórios na sua constituição, com a inclusão de áreas de baixa densidade/aglomerados urbanos, concelhos de interior/litoral e de concelhos que se poderão caracterizar como concelhos de coesão - Mortágua, Arganil, Góis, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Penela e Tábua – concelhos de transição - Penacova, Soure, Lousã, Miranda do Corvo e Vila Nova de Poiares – e concelhos de competitividade - Cantanhede, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Mira, Montemor-o-Velho e Mealhada.

Os territórios constituem-se como espaços ativos, isto é, são tidos como o resultado de um campo de forças onde o nível do *output* depende da capacidade para produzir um misto de coesão, inovação e de comportamentos estratégicos num contexto sistémico e evolutivo. Há mesmo quem entenda que o território pode gerar recursos – o saber-fazer, as competências, o capital e os atores que são necessários ao processo de inovação, como as empresas, os empreendedores e as instituições de suporte (RIBEIRO, 2011).

Torna-se premente a utilização de uma escala de observação adequada nas territorializações do desenvolvimento, importando federar os distintos planos em que o desenvolvimento - local pela sua génese, global pelas suas relações, multiplicador de proximidades, pela evolução das próprias inter-relações locais – se manifesta (REIS, 1996).

Pese embora estarmos perante um território que não é uniforme, a teoria económica constata que regiões com o mesmo grau de desenvolvimento tendem a mante-lo, enquanto uma região com inferior desenvolvimento e que tenha proximidade com outra mais rica possui uma maior probabilidade de atingir um estádio mais elevado de desenvolvimento (BRADLEY *et al*., 2005). Acresce que, pode gerar-se um ciclo vicioso de ineficiência ou de exclusão social, que poderá ser atenuado pela prestação de bens ou serviços públicos de qualidade, estabelecendo-se as bases para a constituição de um ponto focal a partir do qual a coordenação e a cooperação favorecem a construção ou fortalecimento de instituições formais e informais (BARCA, 2009; cfr. FÉLIX, *in press*), o que poderá vir a beneficiar, no contexto global da CIM Região de Coimbra, os concelhos do seu sector oriental (aqueles que integram o Pinhal Interior Norte).

De notar que um processo de governança territorial refere-se, no essencial, à procura de uma articulação mais eficiente, quer entre diferentes níveis de administração (ideia de governança multinível ou de cooperação/coordenação vertical, da escala europeia à escala local), quer entre entidades/atores do mesmo nível (ideia de cooperação/coordenação horizontal entre diversos atores, incluindo esferas pública, privada e terceiro sector), questões decisivas para a formulação de políticas e construção de estratégias territoriais coletivas.

Esta cooperação institucional baseada numa visão partilhada sobre um mesmo território pressupõe, também, abordagens articuladas e integradas das várias dimensões sectoriais, ou seja, subentende a procura de políticas coerentes, também estas baseadas numa visão partilhada sobre o mesmo território. A noção de Coesão Territorial fica, deste modo, associada à ideia de articular, integrar e territorializar as políticas públicas (nomeadamente nas áreas da educação e social) – incorporando a dimensão territorial nas políticas sectoriais e articulando estas com as políticas de base territorial, contribuindo-se assim para uma maior sinergia entre diferentes políticas e para a maximização dos seus impactos territoriais (Santinha e Marques, 2012; cfr. FÉLIX, *in press*).

É nesse contexto que a CIM Região de Coimbra, para dar resposta à necessidade de implementar uma estratégia para o sucesso escolar indo ao encontro do Objetivo Temático 10, mais concretamente na Prioridade de Investimento 10i da Estratégia Portugal 2020, solicita um plano de ação territorial que melhore o sucesso dos seus jovens, tendo por base uma tentativa de coesão territorial ao nível das estratégias de apoio ao sucesso escolar, apostando numa lógica supramunicipal. Neste sentido, para melhorar a coesão territorial, é muito importante a estruturação de um diagnóstico inicial, que mostre as caraterísticas dos territórios, estabelecendo um ponto de partida que identifique as diferenças territoriais da Região, uma vez que tendo em conta os indicadores médios globais não se conseguem definir estratégias de fomento da coesão. É este diagnóstico que deverá dar força a um projeto de fomento ao sucesso escolar na CIM Região de Coimbra, devendo ser constituído por subprojectos que integrem níveis de ensino tão diferentes como o pré-escolar, o ensino básico (em particular no 1º CEB) e o ensino secundário, dando suporte a resultados relativos ao abandono escolar precoce e à melhoria dos percursos escolares estruturados.

Assim, a base de qualquer projeto estratégico deve passar por um diagnóstico de qualidade que vá além dos resultados escolares, uma vez que várias são as áreas e temas que se relacionam e interferem no processo educativo dos diferentes territórios, devendo este diagnóstico ser efetuado a diferentes escalas (Figura 1). Por isto existiu uma necessidade de análise à freguesia e ao agrupamento de escolas, para que a contextualização fosse tão completa quanto possível.

Neste contexto é assumido que o território pode gerar recursos através do saber-fazer, das competências, do capital e da preparação dos atores que são necessários ao processo de inovação, devendo neste trabalho potenciar-se a ação formativa do e no território.

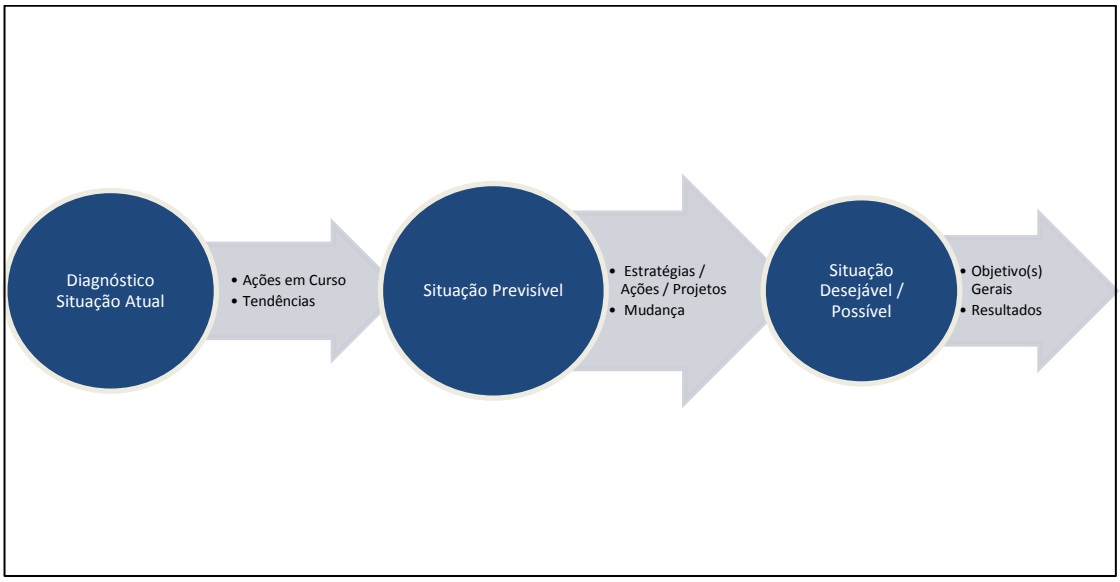


Figura 1 - Modelo de Planeamento Estratégico.

Nesse sentido, o diagnóstico passa forçosamente pelo sector educativo da CIM, mantendo sempre um "olhar" a diferentes escalas, atendendo a pressupostos que se devem assumir como o ponto de partida para uma caracterização dos dados que influenciam e caracterizam o sucesso escolar: o meio, a família, a expectativa dos professores, mas também os resultados escolares. De modo a ficar mais abrangente foi introduzida a localização e as caraterísticas dos estabelecimentos escolares, observando a sua diversidade e dimensão - centros ou polos escolares e escolas - e os outros profissionais, pois o reforço do trabalho na escola apresenta-se como peça fulcral na análise.

O (In)sucesso Escolar

O objeto do trabalho em desenvolvimento alicerça-se na necessidade de atenuar, de uma forma coerente e estruturante, um dos maiores problemas que se deteta no contexto nacional do sistema educativo e que ganha particular ênfase no nosso território.

Parece ser inquestionável que o insucesso escolar[1] esteve sempre presente na discussão do sistema educativo, desde a criação da escola de massas. No entanto, a preocupação acerca do tema tem vindo a ganhar relevo na nossa sociedade, deixando de ser encarado como um problema isolado, da responsabilidade do aluno que não consegue transitar de ano, mas sim como um fenómeno social que atinge proporções cada vez mais significativas. Trata-se, tal como refere Benavente (1980) de um fenómeno com um carácter massivo e constante nos vários níveis de ensino e presente nas instituições escolares de múltiplos países.

Em Dezembro de 1987, sob pressão do acordo de integração europeia, surge um programa oficial, cujo tema central consistia no insucesso escolar, afirmando-se este como um problema do sistema de ensino que exigia uma intervenção urgente. A resolução do Conselho de Ministros de 10 de Dezembro de 1987 (Diário da República, II série, n.º 17, de 21 de Janeiro de 1988) aprovou o "Programa Interministerial de Promoção do Sucesso Educativo" (PIPSE), que promovia o combate ao insucesso escolar e, consequentemente o abandono precoce do sistema de ensino.

[1] A palavra insucesso vem do latim insucessu(m), de acordo com o dicionário etimológico de Língua Portuguesa a palavra significa "Malogro; mau êxito; falta de sucesso que se desejava".

O abandono escolar está intimamente relacionado com o insucesso, nomeadamente com as sucessivas reprovações. A designação "abandono escolar" remete-nos de imediato para a desistência, ocorrendo quando um aluno deixa a escola sem concluir o ensino obrigatório, cujo número de anos que o definem se tem vindo a alterar, sendo na atualidade, em Portugal, de doze anos de ensino.

Porém, e no âmbito do documento que se desenvolveu, torna-se fulcral compreender que **o insucesso escolar não é um problema sem solução e que as crianças e jovens não estão destinados a serem bons ou maus alunos, tudo depende do funcionamento da escola e da sua interação com o meio social e com as características da própria criança**, tal como se tem vindo a verificar em algumas escolas do nosso país. Neste sentido é importante ter em linha de conta três realidades quando se pensa no (in)sucesso escolar: o aluno, o meio social e a instituição escolar.

Atendendo a essas três realidades, parece ser relevante destacar algumas publicações de índole científica sobre o assunto, entre as quais a referência de que o insucesso escolar se encontra relacionado com o nível de linguagem dos alunos e da sua literacia, tanto na oralidade como na escrita e que as crianças mais penalizadas são, em geral, as provenientes das classes sociais mais desfavorecidas (Rebelo, 1990; cfr. Dias, 2010). É nesta linha de pensamento que Almeida *et al.* (2005) introduz o conceito de "capital cultural" atendendo às características da comunidade, em particular às características das famílias de onde são provenientes os alunos, ou seja, o sucesso está mais garantido quando na família se encontram as perceções, orientações, disposições, valores e hábitos culturais rentabilizados pela escola. A análise do diagnóstico parece evidenciar essa tendência, considerando-se por essa razão estes contributos teóricos muito pertinentes. São os grupos étnicos aqueles que têm as maiores taxas de insucesso, seguindo-se por ordem decrescente das taxas de insucesso os filhos dos trabalhadores agrícolas, operários, empregados dos serviços, patrões, quadros médios e, por último, os filhos dos quadros superiores e profissões liberais, existindo variações de acordo com a tipologia criada, mas invariavelmente a tendência parece ser esta (Martins, 1993; Cfr. Dias, 2010).

De acordo com diferentes estudos o insucesso escolar tem um carácter massivo, constante, precoce, seletivo e cumulativo. Os estudos sociológicos salientam que os padrões culturais, a linguagem e o próprio processo de socialização das crianças no seio da família e da comunidade de pertença, assim como o grau em que se aproximam ou se afastam das práticas e dos padrões exigidos e estimulados pela escola, influenciam positiva ou negativamente o seu desempenho escolar. Por sua vez, a investigação na área da psicologia salienta outro tipo de variáveis pessoais, do aluno e do professor, que poderão influenciar o desempenho dos alunos, a qualidade das interações educativas na sala de aula e o relacionamento interpessoal nas escolas (Garcia *et al*., 1998; Ribeiro, 2000; Ribeiro *et al*., 1999; cfr. Almeida, 2005), mas que neste estudo não foram analisados, devido ao trabalho pormenorizado que exigiam.

No entanto, para além dos aspetos referenciados pela investigação em sociologia e psicologia, existem ainda outros aspetos que podem estar na base do desempenho dos alunos, mas que no presente estudo também não foram possíveis de contemplar porque extravasam largamente os indicadores que são quantificáveis regularmente - por exemplo a estrutura do currículo escolar, os manuais escolares, os métodos de avaliação, a qualidade dos espaços e equipamentos escolares, a formação e estabilidade do corpo docente, as dinâmicas pedagógicas, bem como a dimensão das escolas e das turmas (Formosinho e Formosinho, 1987; Roazzi e Almeida, 1988; cfr. Ribeiro, 2006).

São vários os autores, entre os quais Levesque e Lowe (1992; cfr. Ferreira, 1996) que mencionam a existência de uma relação direta entre as expectativas do professor para com os alunos e o seu desempenho, expectativas essas que tendem a influenciar a sua relação efetiva com os alunos, os desempenhos futuros destes e os próprios comportamentos na interação desenvolvida na sala de aula. No início do ano letivo o professor reúne informações, seja sob a forma de observações, seja sob a forma de informações que se enriquecem com a indicação de resultados das aulas e das suas próprias impressões acerca de cada elemento da turma. Através da impressão com que vai ficando do aluno, tende a considerar que determinados alunos estarão mais preparados, reunindo características e hábitos que se ajustam ao tipo de aluno considerado como ideal, enquanto outros poderão ser considerados como "maus".

Não se pode abordar o tema insucesso escolar sem se enquadrar bem o foco principal – o sucesso escolar – desejo fulcral de concretização do presente documento. O sucesso escolar entendido de acordo como o sucesso do aluno certificado pela escola pode também estar associado ao desempenho dos alunos, na medida em que estes obtêm êxito e satisfazem perante as normas de excelência escolar e progridem nos cursos (Perrenoud, 2003).

Sendo o sucesso do aluno cada vez mais medido e escrutinado pela sociedade, tem-se assistido ao que aquele autor designa por *moda* das escolas efetivas e a publicação das *listas de classificação das escolas*. Assim, o sucesso escolar dos alunos acaba por influenciar o sucesso de um estabelecimento de ensino ou, até mesmo, de um sistema educativo no seu conjunto. São considerados bem-sucedidos os estabelecimentos ou sistemas que atingem os seus objetivos ou que atingem melhores resultados que os outros. Esta influência parece ser observada em vários contextos que, do nosso ponto de vista, se podem tornar importantes focar, podendo o plano de ação proposto contribuir para o ultrapassar deste pressuposto, indo ao encontro da coesão territorial tão ambicionada pela UE.

Uma das situações tem a ver com o facto de a reputação de um determinado estabelecimento escolar estar, por vezes, associada ao rigor da seleção realizada aquando da inscrição dos alunos, promovendo-se, desde logo, desigualdades de acesso. Em Portugal, até muito recentemente os alunos da escola pública tendiam a frequentar a escola correspondente à sua área de residência, razão pela qual os resultados em análise não mostram práticas discriminatórias no ensino público. Porém, com a introdução de legislação recente associada à livre escolha, este impacto poderá vir a ter mais evidências a curto prazo. Todavia, sabe-se que existem escolas situadas em áreas mais privilegiadas que tendem a acolher alunos favorecidos social e culturalmente, enquanto por sua vez, existem outras que se situam em áreas desfavorecidas, tendo um número bastante elevado de alunos por vezes em risco de abandono escolar. Este é um dos motivos pelo qual não se podem comparar estabelecimentos de ensino sem considerar um conjunto de fatores, que a investigação tem mostrado influenciarem o sucesso escolar dos alunos, e alguns deles fogem ao próprio controlo da escola, como por exemplo o nível inicial dos alunos ou o seu contexto familiar e urbano (Perrenoud, 2003).

O sucesso escolar tem dependido, em grande parte, do apoio direto e sistemático da família às crianças, compensando tanto dificuldades individuais como dificuldades escolares. Este apoio tem por base, em geral, famílias dotadas de recursos económicos e/ou culturais, dentro dos quais se destacam a utilização do tempo livre e o nível de escolarização da mãe, expressos também no conceito de capital cultural de Bourdieu (1987; cfr. Perrenoud, 2003). A família que está por detrás do sucesso escolar, salvo honrosas exceções, ou conta com uma mãe em tempo integral ou uma "supermãe", no caso daquelas que trabalham muitas horas exercendo o papel de professora dos filhos em casa, ou contratando professores particulares para as designadas explicações e até mesmo psicólogos e psicopedagogos, nos casos onde a resolução parece ser mais complexa.

Os alunos oriundos de um contexto social e cultural mais desfavorecido são aqueles com maior propensão a um desempenho escolar abaixo do espectável, verificando-se que os alunos cujos pais possuem um menor nível de habilitações escolares tendem a atribuir ao seu fraco desempenho escolar a falta de capacidades. No entanto, tal não sucede com os demais alunos cujos pais possuem um nível de habilitações de ensino secundário e/ou ensino superior (Garcia *et al.*, 1998; Ribeiro, 2000; Ribeiro *et al.*, 1999; cfr. Dias, 2010).

Existem, assim, diversos estudos que corroboram a ideia de que o contexto familiar em muito contribui para o sucesso escolar dos alunos, na medida em que as crianças e jovens são influenciados pela comunidade que os rodeia. O nível sociocultural das famílias acarreta enormes influências no desempenho escolar dos alunos, e a construção social de papéis de homens e de mulheres parece ser um dos responsáveis para as diferenças de desempenho entre alunos de sexo feminino e masculino. Não sendo apenas o sexo o responsável pela prestação do aluno, mas também a ideia sobre o papel que este acha que tem no mundo, Saavedra (2001) dá como exemplo as diferenças de classificação entre rapazes e raparigas nas disciplinas de português e educação física. Se na primeira são as alunas do sexo feminino com classificações mais altas, na segunda são os alunos do sexo masculino quem têm um melhor desempenho. No seu estudo é referido que este facto está muitas vezes condicionado pela perceção dos alunos acerca do que são as

disciplinas de homem e de mulher, considerando-se que a leitura por exemplo é uma tarefa mais feminina e o desporto uma tarefa mais masculina despertando uma certa desmotivação dos alunos para determinadas atividades. Contudo, no mesmo estudo, é demonstrado que quanto maior é a condição cultural da família, menor é a diferença entre rapazes e raparigas. Segundo a autora, este facto deve-se às referências das crianças/jovens no seio familiar, pois as diferenças entre homens e mulheres estão mais esbatidas, na medida em que os licenciados têm trabalhos semelhantes, enquanto os operários, por exemplo têm claramente tarefas destinadas a cada sexo.

Da análise dos diferentes estudos e programas parece ter sido considerado que, através da parceria entre a família e a escola, seria possível aumentar o sucesso escolar, sobretudo nos casos de crianças em desvantagem social, portadoras de características especiais e/ou bilíngues (imigrantes). Neste sentido, caso sejam criadas políticas de trabalhos de casa, de participação dos pais na tomada de decisões educacionais na escola, de financiamento adequado da escola, e de padrões de desempenho escolar e docente (National Education Goals Panel, 1995; Epstein, 1996; cfr. Carvalho, 2000), parece certo que o seu funcionamento pode diferir entre contextos diversos.

O plano agora delineado assenta nesta linha de pensamento, uma vez que se acredita que a aproximação das famílias à escola poderá ser uma forma de melhorar o sucesso escolar dos alunos, podendo esta estratégia tornar a escola num veículo importantíssimo para uma participação mais ativa da população, e neste caso particular dos pais e encarregados de educação. Se os pais se sentirem integrados na escola, se participarem no processo de aprendizagem dos filhos, sentir-se-ão capazes e motivados para participar em assuntos sociais.

Importa, no entanto, retomar que as estratégias de sucesso escolar não dependem apenas das famílias, mas sim, segundo Martins (1993; cfr. Dias, 2010), em primeiro lugar da alteração de mentalidades dos que fazem a política da educação e, em segundo lugar pelo/a: alteração/adequação dos conteúdos programáticos às diferentes populações escolares; contemplação da heterogeneidade dos alunos que entram na escola procurando maximizar o que cada um nela busca em articulação com as necessidades/possibilidades que a sociedade dispõe; alteração dos processos de avaliação, a qual deve ter efeitos pedagógicos e certificar o grau de conhecimentos de forma não comparativa nem eliminatória; ideologia de que a escola é capaz de democratizar a sociedade, e não de a reproduzir; melhoria dos processos pedagógicos e de funcionamento do sistema de ensino, particularmente da organização escolar; maior participação dos professores.

Não obstante, será sempre ilusório pensar que a resolução dos grandes problemas de ensino possa ser efetivada sem a participação racionalizada dos professores.

Bem sabemos que ainda existem muitos pais com dificuldade em se aproximarem da escola, muitas vezes devido à sua baixa escolarização, às diferenças culturais e linguísticas. No entanto, para a escola ajudar a democratizar a sociedade, esta deve criar mecanismos que potenciem a aproximação das famílias a si e ao sucesso escolar. A escola deve, sob o risco de ser fortemente questionada, assegurar o sucesso do maior número de alunos, não importando em que classe ou tipo de estabelecimento eles frequentem. **A sociedade não pode, hoje, tolerar que existam tantos alunos a repetir o ano, atendendo ao impacto negativo que se sabe este fenómeno ter no futuro**.

Tal como refere Justino *et al* (2014), "o abandono e o insucesso escolar são duas faces da incapacidade social de formar as novas gerações para criar e potenciar oportunidades de mobilidade social ascendente, bem como contribuir para a redução dos contextos de exclusão social".

METODOLOGIA E CONCEITOS

O diagnóstico e plano de ação solicitados pela Comunidade Intermunicipal Região de Coimbra no âmbito do "Programa Intermunicipal de Prevenção do Abandono Escolar e Promoção da Igualdade de Acesso ao Ensino da Comunidade Intermunicipal Região de Coimbra" levaram à necessidade de construção de um documento de carácter estratégico que focasse, não só os pontos fulcrais no contexto do sistema educativo regional – diagnóstico – mas, fundamentalmente, a procura das soluções para ultrapassar aquele que foi anteriormente apresentado, e que se assume como sendo um dos maiores problemas que a educação em Portugal tem: o insucesso e o abandono escolar – desenho dos eixos e das linhas de ação de um projeto de intervenção. Por um lado, e pela sua relevância temática, surgem os temas ligados diretamente à educação: a rede escolar, a oferta formativa e a população escolar, mas também as questões do sucesso e insucesso escolar, foram os pontos de partida para o desenho do plano. Por outro lado ainda, e tendo por base que o sistema educativo tem um suporte físico que integra contextos humanos específicos, são também aqui focadas as questões socioeconómicas e demográficas dos territórios que integram a CIM, fatores que podem interferir decisivamente com os anteriores.

Assim, este relatório apresenta-se estruturado em quatro grandes partes.

Na primeira – A) "Caraterização socioeconómica da Região de Coimbra" – desenvolve-se uma "radiografia" das características demográficas, económicas e sociais da Comunidade Intermunicipal, numa lógica evolutiva que aborda a situação atual em comparação com períodos passados, mas também projeta cenários para algumas das variáveis nas próximas décadas. Na segunda parte – B) "Caraterização da Comunidade Escolar" – a análise recai num conjunto de variáveis diretamente relacionadas com o sistema de ensino: a definição da rede educativa, a relevância das ofertas formativas e a evolução da população escolar nos diferentes níveis de ensino são o ponto de partida para a análise posterior aos indicadores de sucesso e insucesso escolar, com destaque para a análise dos resultados dos exames nacionais.

Porque os contextos territoriais podem influenciar o sistema de ensino em geral, e o sucesso escolar em particular, a terceiro parte – C) "Contextos Territoriais Preditores do (In)sucesso Escolar" – promove uma análise relacional entre um conjunto de variáveis que caracteriza os territórios e um outro conjunto de variáveis que caracteriza o sistema educativo, e particularmente os resultados dos alunos. Partindo deste capítulo, foram definidas áreas (geográficas e temáticas) prioritárias que são trabalhadas com maior enfase na última parte deste relatório – D) "Plano de Ação" – pelo desenvolvimento de um conjunto de medidas e projectos que tencionam combater o insucesso e o abandono escolar.

A grande quantidade de informação conseguida em todo o processo de construção deste relatório, não permitiu uma apresentação pormenorizada ao longo do mesmo, pela exaustão e complexificação da leitura dos dados, podendo tornar difícil a captação das ideias chave do documento. No entanto, consideramos de máxima importância a divulgação dessas informações às partes interessadas e colaborantes neste projeto. Neste sentido, desenvolvemos um volume de anexos que, embora nem sempre surjam citados ao longo do texto, se apresentam como a base de dados estrutural do diagnóstico, com a descrição de todas as variáveis respeitantes à comunidade escolar para cada estabelecimento de ensino.

Métodos e opções de análise

A análise desenvolvida nas primeiras duas partes do relatório – A) "Caraterização socioeconómica da Região de Coimbra" e B) "Caraterização da Comunidade Escolar" – centra-se na sintetização, representação gráfica e cartográfica e tratamento estatístico de um conjunto de variáveis.

No caso concreto da primeira parte, o diagnóstico apresentado resulta de uma leitura às componentes demográficas e socioeconómicas dos territórios que estão na base da constituição da Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra. Procurou-se apresentar uma análise estatística despretensiosa, com a compilação de alguns indicadores, chamando a atenção para as suas inevitáveis insuficiências e limitações, mas que ainda assim concedem uma visão global aos diferentes territórios da região, sugerindo padrões territoriais de comportamento em algumas dimensões analisadas.

Reconhecendo que o acesso ao sistema educativo, mas também as questões relacionadas com o sucesso e insucesso escolar deverão ter uma abordagem territorial, é fundamental que se conheça em maior detalhe as diferentes dinâmicas que têm vindo a caraterizar estes territórios ao longo das últimas décadas. Desde logo, optou-se por uma análise ao nível da dinâmica demográfica do passado, atual e futura, com o objetivo de se perceber a evolução ocorrida dos últimos anos, assim como prospetivar como será a população nas próximas décadas. Foi dado particular destaque à evolução futura da população em idade escolar, uma vez que o momento atual obriga a um necessário planeamento de recursos, equipamentos e ações para as crianças e jovens do futuro.

Paralelamente são apresentados indicadores relativos à dinâmica socioeconómica e empresarial, focando-se aspetos relacionados com a nacionalidade da população residente, as famílias, as condições de habitação, as condições de vida, o nível de vida, o mercado de trabalho, a estrutura e tecido empresarial e ainda as condições de saúde. Procedeu-se a uma análise à escala concelhia, na tentativa de identificar padrões territoriais e compreender o posicionamento dos territórios da Comunidade Intermunicipal num vasto conjunto de variáveis. Em termos da informação estatística utilizada, foi privilegiada a informação disponibilizada pelo Instituto Nacional de Estatística, recorrendo aos dados definitivos dos Censos para vários anos, bem como aos anuários estatísticos da Região Centro disponíveis para os anos mais recentes. De igual modo, utilizou-se informação estatística oficial proveniente do Instituto de Emprego e Formação Profissional.

Para o cálculo das projeções demográficas, utilizou-se o método das componentes por *coortes* como metodologia de base para uma análise mais detalhada (por grupos de idades). Neste método são analisadas as variáveis micro-demográficas – óbitos, fecundidade e migrações. Uma vez que estas componentes estão profundamente interligadas, a população projetada resulta, efetivamente, dessa combinação. Como refere Nazareth (1988) esta metodologia apresenta inúmeras vantagens, tornando as hipóteses de evolução elucidativas, ao permitir uma avaliação do impacto e níveis alternativos da mortalidade, da fecundidade e dos movimentos migratórios na estrutura e no crescimento da população. De facto, este método permite estimar a probabilidade da população de um determinado grupo etário (neste caso utilizaram-se os grupos quinquenais) vir a constituir a população da *coorte* seguinte.

Os valores das projeções demográficas obtidos resultam da aplicação das matrizes de crescimento demográfico (uma para cada hipótese de evolução) à população residente de partida (Censos 2011), desagregada por grupos etários quinquenais. Estas matrizes incorporam uma componente de fecundidade (por grupos etários férteis) e uma componente de mortalidade, sob a forma de probabilidades de sobrevivência simplificadas. Deste modo, as populações de partida são envelhecidas, aplicando-se sucessivamente as probabilidades de sobrevivência por idades, para cada sexo separadamente, determinando-se os sobreviventes de cada quinquénio do período de observação. Em seguida, calculam-se os nados vivos de cada quinquénio aplicando aos efetivos populacionais médios femininos em idade de procriar as taxas específicas de fecundidade hipotéticas. Os sobreviventes dos nados vivos resultam da aplicação das probabilidades de sobrevivência à nascença fixadas para cada sexo (Carrilho, 1990).

Quanto à segunda parte, e seguindo a estrutura do relatório, a análise do nível educativo da população residente resultou da sintetização, tratamento gráfico e cartográfico e posterior interpretação de um conjunto de dados recolhidos no Instituto Nacional de Estatística, com referência ao último período intercensitário. Aqui, procedeu-se a uma análise à escala concelhia que, por vezes, foi desagregada e pormenorizada à escala das freguesias[2].

[2] Repare-se que, na medida em que os dados são relativos a 2001 e 2011, a organização administrativa utilizada no presente documento é anterior à reorganização imposta pela Lei nº 11-A/2013 de 28 de janeiro (Anexo I).

O tratamento mais pormenorizado das variáveis relativas ao sistema educativo levaram à recolha de informação quer de outras fontes, quer baseada em diferentes períodos temporais. Neste sentido, foram solicitados à Tutela, na medida em que os dados disponibilizados *online* não possuíam uma desagregação que permitisse uma análise de pormenor (a informação disponível tem a sua desagregação máxima à escala concelhia), um conjunto de variáveis que permitissem desenvolver a caracterização do sistema educativo na CIM. Estes dados foram solicitados com uma desagregação à escola e para o período de tempo 2004/2005 a 2013/2014.

No entanto, grande parte dos dados solicitados não foram disponibilizados, tendo sido apenas recebidas informações acerca da população escolar por oferta formativa e nível de ensino, as taxas de retenção/desistência por nível de ensino, o número de transições/conclusões por nível de ensino e as taxas de escolarização por concelho[3]. Para além disso os dados enviados restringiram-se aos anos letivos 2004/2005 a 2012/2013.

Perante isto, o ano base de análise considerado foi o ano letivo 2012/2013, na medida em que é o ano mais recente para o qual se possui dados. No sentido de fazer uma análise comparativa/evolutiva, consideraram-se os anos letivos 2004/2005 e 2008/2009 como marcos para o cálculo das variações dos indicadores. Esta opção prendeu-se com dois fatores: por um lado o facto de estes anos marcarem o ínicio e o meio da série temporal dos dados solicitados, por outro lado pelo facto de coincidirem com anos de mudança de poder político e, portanto, de alterações nas grandes diretrizes assumidas para a educação pelo poder central.

Ao nível da desagregação espacial, a análise de maior pormenor conseguida no relatório refere-se às escolas. Na medida em que os dados mais recentes disponíveis aludem ao ano letivo 2012/2013, optou-se por utilizar o conjunto de escolas para as quais existiam dados disponíveis nesse mesmo ano, razão pela qual não se observa uma total correspondência com a rede escolar em funcionamento no presente ano letivo (2014/2015). Nessa mesma lógica, optou-se, também, pela utilização dos antigos agrupamentos de escolas, na medida em que permitem uma maior desagregação territorial e, por isso, uma análise mais fina e logo de maior pormenor, mas também pela sua implementação ser relativamente recente face ao ano de referência dos dados. Para a definição dos valores destas unidades espaciais de análise foram efetuados somatórios (nos casos de valores absolutos) ou médias (no caso de valores relativos) com base nas escolas que pertenciam a cada agrupamento e para as quais existiam dados disponíveis no ano letivo 2012/2013.

É de salientar, contudo, que as análises à escala concelhia tiveram em conta todas as escolas em funcionamento nos anos letivos de referência das variáveis em análise, sendo utilizadas, conscientemente, redes escolares diferenciadas.

No caso concreto dos resultados dos exames nacionais, optou-se pela utilização dos anos 2013 e 2014 no sentido de uniformizar toda a análise destes dados, já que os exames nacionais do 4º ano só decorreram nesses dois anos. Aqui deu-se particular ênfase ao ano 2014, por ser o mais recente e, por isso, permitir uma visão mais real da situação actual dos territórios educativos. O ano 2013 serviu apenas como elemento comparativo. Também aqui, ao nível da escala de pormenor, se procedeu da forma descrita anteriormente.

A base de dados dos exames nacionais permitiu a individualização de um conjunto de variáveis que facilitaram uma análise mais exaustiva das questões do sucesso/insucesso escolar: média dos exames, por sexo; número de exames; proporção de exames com nota igual ou inferior a 35%, proporção de exames com nota igual ou inferior a 50%, proporção de exames com nota igual ou superior a 80%; média da nota de frequência. Todas estas variáveis foram retiradas para os exames na sua totalidade, mas também para disciplinas isoladamente. Se para os 4º, 6º e 9º anos a escolha das disciplinas a individualizar se tornou fácil por apenas existirem exames nacionais a português e matemática, no ensino secundário a opção pela disciplina de português prendeu-se com o facto de ser comum a todos os cursos, a de matemática A e física e química A por serem tendencialmente consideradas as de maior insucesso, e a de história A para que se pudesse ter uma comparação com outro curso do ensino secundário, sendo esta disciplina a que é obrigatória para os alunos do curso de Línguas e Humanidades.

[3] Foram ainda recebidos dados relativos ao pessoal docente e não docente no ensino pré-escolar e 1º CEB, assim como relativos às actividades extracurriculares no 1º CEB (alunos inscritos, entidades promotoras e oferta de actividades). No entanto, na medida em que essa informação não contemplava todos os ciclos de estudos optou-se por não a considerar neste relatório, podendo desenvolver-se uma análise posterior a esses dados.

Aqui foram ainda analisados isoladamente os alunos com necessidades educativas especiais[4], assim como todos os alunos que tinham no momento do exame uma idade superior à habitual naquele nível de ensino (4º Ano – 11 e mais anos; 6º ano – 13 e mais anos; 9º ano – 16 e mais anos; ensino secundário – 19 e mais anos).

Deixam-se ainda algumas notas relativamente a outras variáveis. A taxa de transição/conclusão foi calculada com base nos valores da taxa de retenção/desistência, na medida em que os cálculos feitos a partir dos dados enviados pela tutela relativos ao número de transições/conclusões não coincidiam com a taxa de retenção/desistência calcula e enviada pela tutela (a soma das duas taxas não era igual a 100%).

A opção pela apresentação dos valores das taxas de escolarização, apenas ao nível concelhio, prende-se com o facto de os valores calculados pela equipa para outros níveis de desagregação territorial não coincidirem com os enviados pela Tutela, assumindo assim apenas esses valores e eliminando a análise de maior pormenor.

Quanto às "projecções" da população escolar, utilizou-se uma metodologia centrada na análise do número de nascimentos observado em cada território em estudo. Ou seja, a partir do número de nascimentos ocorridos num determinado ano, e tendo por base a idade habitual para frequentar cada nível de ensino, indicou-se a população residente, numa área geográfica circunscrita (concelho ou freguesia), que num determinado ano estaria em idade de frequentar um certo nível de ensino. Na medida em que se possuíam os dados do número de nascimentos para o período 1996 a 2013, foi possível calcular a população residente em idade de frequentar o ensino pré-escolar até ao ano letivo 2016/2017, o 1º CEB até 2019/2020, o 2º CEB até 2023/2024, o 3º CEB até 2025/2026 e o ensino secundário até ao ano letivo 2028/2029. Todavia, na medida em que este é um projeto estratégico com aplicabilidade até 2020, optou-se por considerar apenas os valores das projeções da população escolar até ao ano letivo 2019/2020 para todos os níveis de ensino, à exceção do ensino pré-escolar, na medida em que os dados relativos aos nascimentos de 2013 (dados mais recentes) apenas permitem cálculos para o horizonte 2016/2017. É, no entanto, necessário ter em atenção que estes são valores indicativos, na medida em que não contemplam as questões ligadas à mobilidade da população (quer ao longo da vida, quer na escolha do estabelecimento de ensino), pois nem sempre o lugar de nascimento coincide com o lugar de residência no momento de frequentar um dado nível de ensino, nem com o lugar onde se frequenta esse nível de ensino.

A parte desenvolvida sobre os contextos territoriais preditores do (in)sucesso escolar apresenta, por seu turno, uma abordagem metodológica que se individualiza pela sua maior complexidade e pelo facto de apresentar um caráter mais relacional ao nível das variáveis. Neste sentido, a descrição de toda a metodologia utilizada nessa secção do relatório será desenvolvida adiante, no início do capítulo a que corresponde, por forma a facilitar ao leitor a posterior interpretação dos dados. De qualquer modo, adianta-se que foram utilizadas técnicas estatísticas de análise multivariada, como a Análise Factorial em Componentes Principais (ACP).

A última parte, e tal como um documento estratégico assim o exige, apresenta a definição dos grandes eixos de implementação do programa, isto é, o plano de ação, tendo este sido desenvolvido através de uma abordagem metodológica de projeto, resultando da análise das principais prioridades de intervenção na Região de Coimbra constantes no Centro 2020 (ação 10i), cujas principais áreas a desenvolver são o aumento da escolarização na educação pré-escolar e o combate ao insucesso e abandono escolar. Através do diagnóstico obtido ao nível das disciplinas nucleares e de outros indicadores da Região e do levantamento de informação relativo aos preditores do (in)sucesso escolar, (recorrendo aos resultados da investigação nacional e internacional e à análise de diferentes projetos inovadores nesta área) foi contruído um plano de ação assente em duas partes que integram seis projetos. No que se refere às metodologias de intervenção, as mesmas variam atendendo as diferentes áreas dos projetos e sub-projetos, uma vez que devem ser adequadas ao público-alvo e às causas que podem provocar o alcance das diferentes metas. No global, as diferentes atividades encontram-se estruturadas atendendo ao seu caráter organizativo, de consultoria, de apoio socioeducativo e/ou de saída/visita uma

[4] Foi apenas apresentado o efetivo de alunos com necessidades educativas especiais levado a exame, no sentido de entender a forma como estes se integram no sistema educativo e refletir acerca do trabalho desenvolvido ao nível da aprendizagem.

vez que se entende que no global uma das estratégias principais assenta no repensar de estratégias pedagógicas difenciadas, com recurso a diferentes espaços de aprendizagem, pelo que importa que os docentes se reúnam e reflitam com o apoio de diferentes especialistas, na procura de novas metodologias para que os alunos aprendam mais e melhor.

Nesta lógica, na primeira parte são apresentadas as linhas gerais do plano de ação, bem como a sua fundamentação, e as linhas prioritárias de intervenção, atendendo aos resultados a atingir. Na segunda parte apresenta-se cada um dos projetos. O Projeto A. *Somos todos primeiros*, visa reforço de saberes e competências ao nível dos conteúdos curriculares dos percursos escolares, sendo constituído por três subprojectos, atendendo às disciplinas basilares (Português, Matemática e outras como física e química e inglês). O Projeto B. *A minha escola*, tem por base a valorização e diferenciação das aprendizagens ao nível do pré-escolar. O Projeto C. *Juntos fazemos melhor*, visa o reforçar o envolvimento dos pais na vida escolar, dando-lhes ferramentas para ajudarem os seus educados. O Projeto D. *Fazer diferente, fazer melhor*, tem como objetivo a incrementação de respostas para crianças com necessidades educativas especiais, atendendo às suas especificidades. O Projeto E. *Sucesso com todos e para todos* (manifestamente o fulcral deste projeto), tem como linha principal de ação a fomentação de estratégias de combate ao insucesso e abandono escolar, sendo constituído por dois subprojetos, o primeiro destinado a jovens com percursos de insucesso escolar e o segundo projeto tendo em vista a recuperação de alunos que abandonaram o sistema de ensino sem concluírem a escolaridade obrigatória. O Projeto F. *Mais informações, melhores opções*, pretende reunir e partilhar informações com toda a comunidade educativa, apoiando as famílias com estratégias e informação diversa para melhor acompanharem e orientarem os jovens. Por fim, uma vez que cada escola tem a sua realidade e os resultados são tanto maiores, quanto o projeto de intervenção seja estrutura na escola, o Projeto G. *Uma escola, um projeto*, tem como objetivo apoiar as escolas ao nível de projetos inovadores.

Conceitos

Alojamentos familiares clássicos sem pelo menos uma infraestrutura básica (%) - (alojamentos familiares clássicos de residência habitual sem pelo menos uma das seguintes instalações básicas: eletricidade, instalações sanitárias, água canalizada, instalações de banho ou duche ÷ alojamentos familiares de residência habitual × 100).

CAE rev.3 - Classificação e agrupamento das unidades estatísticas produtoras de bens e serviços, segundo a atividade económica;- Organização, de forma coordenada e coerente da informação estatística económico-social, por ramo de atividade económica, em diversos domínios (produção, emprego, energia, investimento, etc.); -Comparabilidade estatística a nível nacional, comunitário e mundial.

Crescimento efetivo - Diferença entre os efetivos populacionais em dois momentos do tempo. O acréscimo populacional pode ser calculado pela adição do saldo natural e do saldo migratório.

Crescimento natural - Diferença entre o número de nados-vivos e o número de óbitos, num dado período de tempo.

Densidade de empresas (nº/km^2) - Densidade empresarial expressa pela relação entre o número de empresas de uma área territorial determinada e a superfície desse território (habitualmente expressa em número de empresas por km^2).

Densidade populacional (hab/km^2) - Intensidade do povoamento expressa pela relação entre o número de habitantes de uma área territorial determinada e a superfície desse território (habitualmente expressa em número de habitantes por km^2).

Duração média dos movimentos pendulares da população residente empregada ou estudante (min) - (população residente empregada ou estudante que se desloca com uso de transporte coletivo na classe j*ponto médio da classe j ÷ População residente empregada ou estudante que utiliza modo de transporte coletivo) [Classes consideradas (ponderador respetivo): nenhum (0); até 15 minutos (7,5); 16 a 30 minutos (23); 31 a 60 minutos (45,5) e mais de uma hora (90)].

Encargos médios mensais por aquisição de habitação - [(encargos médios mensais por aquisição de habitação própria * número de alojamentos ocupados pelo proprietário com encargos + nalor médio mensal das rendas dos alojamentos familiares clássicos arrendados × número de alojamentos arrendados) ÷ (número de alojamentos ocupados pelo proprietário com encargos + número de alojamentos arrendados)].

Ganho médio mensal - Montante ilíquido (antes da dedução de quaisquer descontos) em dinheiro e/ou géneros pago mensalmente com caráter regular pelas horas de trabalho efetuadas, assim como o pagamento das horas remuneradas mas não efetuadas. Inclui, para além da remuneração de base, todos os prémios e subsídios regulares (diuturnidades, subsídios de função, de alimentação, de alojamento, de transporte, de antiguidade, de produtividade, de assiduidade, de turno, de isenção de horário, por trabalhos penosos, perigosos e sujos, etc.), bem como o pagamento por horas suplementares ou extraordinárias.

Indicador *per capita* - Indicador compósito que pretende traduzir o poder de compra em termos *per capita*. É um número índice com o valor 100 na média do país, que compara o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos *per capita*, nos diferentes municípios ou regiões.

Índice de dependência total (%) - Relação entre a população jovem e idosa e a população em idade ativa, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos conjuntamente com as pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 15 e os 64 anos (expressa habitualmente por 100 pessoas com 15-64 anos).

Índice de envelhecimento (%) - Relação entre a população idosa e a população jovem, definida habitualmente como o quociente entre o número de pessoas com 65 ou mais anos e o número de pessoas com idades compreendidas entre os 0 e os 14 anos. Geralmente é expresso em percentagem (por 100 pessoas com idades entre os 0 aos 14 anos.

Índice de envelhecimento dos edifícios - (edifícios construídos até 1960/edifícios construídos após 2001*100).

Mediador socioeducativo – profissional de educação com formação na área socioeducativa que ajude os professores na procura de estratégias de trabalho com alunos, na procura do sucesso escolar dos mesmos, acompanhando desde a reflexão e planeamento à implementação. Estes profissionais têm como ojetivo aprofundar as relações entre os diferentes atores educativos (professores, alunos, pais, auxiliares), tendo por base a proximidade, a comunicação e o diálogo e recorrendo a técnicas de gestão e mediação de conflitos, de promoção do Envolvimento familiar na vida escolar e a estratégias de animação sociocultural (actividades lúdico - pedagógicas), contribuindo para o sucesso da comunidade escolar.

Movimento pendular - Deslocação diária, entre a residência e o local de trabalho ou estudo, efetuada pela população residente e que vive no respetivo alojamento a maior parte do ano.

Pessoal ao serviço nas empresas - Pessoas que, no período de referência, participaram na actividade da empresa/instituição, qualquer que tenha sido a duração dessa participação, nas seguintes condições: a) pessoal ligado à empresa/instituição por um contrato de trabalho, recebendo em contrapartida uma remuneração; b) pessoal ligado à empresa/instituição, que por não estar vinculado por um contrato de trabalho, não recebe uma remuneração regular pelo tempo trabalhado ou trabalho fornecido (p. ex.: proprietários-gerentes, familiares não remunerados, membros activos de cooperativas); c) pessoal com vínculo a outras empresas/instituições que trabalharam na empresa/instituição sendo por esta directamente remunerados; d) pessoas nas condições das alíneas anteriores, temporariamente ausentes por um período igual ou inferior a um mês por férias, conflito de trabalho, formação profissional, assim como por doença e acidente de trabalho. Não são consideradas como pessoal ao serviço as pessoas que: i) se encontram nas condições descritas nas alíneas a), b), e c) e estejam temporariamente ausentes por um período superior a um mês; ii) os trabalhadores com vínculo à empresa/instituição deslocados para outras empresas/instituições, sendo nessas directamente remunerados; iii) os trabalhadores a trabalhar na

empresa/instituição e cuja remuneração é suportada por outras empresas/instituições (p. ex.: trabalhadores temporários); iv) os trabalhadores independentes (p. ex.: prestadores de serviços, também designados por "recibos verdes").

PIB *per capita* - (produto interno bruto no ano civil ÷ população média anual residente).

População ativa - Conjunto de indivíduos com idade mínima de 15 anos que, no período de referência, constituíam a mão-de-obra disponível para a produção de bens e serviços que entram no circuito económico (empregados e desempregados).

População residente - Pessoas que, independentemente de no momento de observação – zero horas do dia de referência – estarem presentes ou ausentes numa determinada unidade de alojamento, aí habitam a maior parte do ano com a família ou detêm a totalidade ou a maior parte dos seus haveres.

Proporção da população residente com idade entre 6 e 15 anos que não está a frequentar o sistema de ensino (%) - relação entre a população residente com idade entre os 6 e os 15 anos que não frequenta o sistema de ensino e o total da população residente com idade entre os 6 e os 15 anos (população residente 6 a 15 anos que não frequenta o sistema de ensino ÷ população residente 6 a 15 anos × 100).

Proporção da população residente com idade entre 18 e 24 anos com o 3º CEB completo que não está a frequentar o sistema de ensino (%) - relação entre a população residente com idade entre os 18 e os 24 anos, que completou o 3º ciclo do ensino básico e não se encontra a frequentar o sistema de ensino, e a população residente com idade entre os 18 e os 24 anos (população residente com 18 a 24 anos que concluiu o 3º CEB e não frequenta o sistema de ensino ÷ população residente com 18 a 24 anos × 100).

Proporção da população residente com 15 e mais anos de idade sem nível de escolaridade completo (%) - relação entre a população residente com 15 e mais anos que não completou qualquer nível de escolaridade e o total da população residente com 15 e mais anos (população residente com 15 e mais anos sem nível de ensino ÷ poulação residente com 15 e mais anos × 100).

Proporção de edifícios com necessidade de reparação (%) - Percentagem de edifícios com necessidade de intervenção nas seguintes componentes: estrutura, cobertura, paredes e caixilharia exteriores (edifícios com necessidade de reparação ÷ edifícios × 100).

Proporção de edifícios muito degradados (%) - (Edifícios muito degradados ÷ edifícios × 100).

Proporção de núcleos monoparentais (%) - Núcleos familiares que integram apenas um dos progenitores, pai ou mãe, com filho(s) (núcleos familiares monoparentais ÷ núcleos familiares × 100).

Proporção de profissionais socialmente mais valorizados (%) - [(população empregada (CPP=1 ou CPP=2)) ÷ população empregada] × 100, em que CNP1 corresponde a quadros superiores da administração publica, dirigentes e quadros superiores de empresa e CNP2 a especialistas das profissões intelectuais e cientificas

Rendimento social de inserção - Montante que a segurança social atribui mensalmente às famílias mais carenciadas para apoiar a sua subsistência e progressiva inserção na comunidade e no mercado de trabalho. O rendimento social de inserção foi criado em 2003, substituindo o rendimento mínimo garantido.

Saldo migratório - Diferença entre o número de entradas e saídas por migração, internacional ou interna, para um determinado país ou região, num dado período de tempo. O saldo migratório pode ser calculado pela diferença entre o acréscimo populacional e o saldo natural.

Subsídio de desemprego - Prestação pecuniária concedida aos trabalhadores que reunam, na generalidade, as seguintes condições: terem sido trabalhadores por conta de outrém, durante, pelo menos, 540 dias de trabalho com o correspondente registo de remuneração num período de 24 meses imediatamente anterior à data de desemprego; tenham capacidade e disponibilidade

para o trabalho; estejam em situação de desemprego involuntário; estejam inscritos nos centros de emprego; contribuam sobre salários reais.

Taxa de atividade (%) - Taxa que permite definir o peso da população activa sobre o total da população com 15 e mais anos (população ativa ÷ população residente × 100).

Taxa de crescimento natural (‰) - Saldo natural observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa por 1000 habitantes).

Taxa de desemprego jovem (%) - Percentagem da população desempregada dos 15 aos 24 anos no total da população ativa do mesmo grupo etário (população desempregada 15-24 anos ÷ população ativa 15-24 anos × 100).

Taxa de desemprego total (%) - Taxa que permite definir o peso da população desempregada sobre o total da população ativa (população desempregada ÷ população ativa × 100).

Taxa de mortalidade (‰) - Número de óbitos observado durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de óbitos por 1000 habitantes).

Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório (‰) - (número de óbitos por doenças do aparelho circulatório ÷ População residente estimada para o meio do ano × 1000).

Taxa de mortalidade por tumores malignos (‰) - (número de óbitos por tumores malignos ÷ população residente estimada para o meio do ano × 1000).

Taxa de abandono escolar precoce (%) - Percentagem da população entre os 18 e os 24 anos que deixou de estudar sem ter completado o ensino secundário (população residente com 18 a 24 anos de idade que não está no sistema de ensino e não completou o ensino secundário ÷ população residente com 18 a 24 anos × 100).

Taxa de analfabetismo (%) - Esta taxa foi definida tendo por base a idade a partir da qual um indivíduo que acompanhe o percurso normal do sistema de ensino deve saber ler e escrever, neste caso os 10 anos (correspondendo à idade de conclusão do 1º ciclo do ensino básico). Assim a taxa de analfabetismo é a relação entre a população residente com 10 e mais anos que não sabe ler nem escrever com a população residente na mesma unidade geográfica que possui 10 e mais anos de idade (população residente com 10 e mais anos que não sabe ler nem escrever ÷ população residente com 10 e mais anos × 100).

Taxa de escolaridade do ensino superior da população residente com idade entre os 30 e 34 anos (%) - Relação entre a população residente com idade entre os 30 e 34 anos que conluiu o ensino superior e a população residente com idade entre os 30 e 34 anos (população residente 30 a 34 anos com o ensino superior completo ÷ população residente 30 a 34 anos × 100).

Taxa bruta de escolarização no 1º CEB (%) - Relação entre o número de alunos matriculados no 1º CEB e a população residente em idade de frequentar o 1º CEB (alunos matriculados ÷ população residente entre os 6 e 9 anos × 100).

Taxa bruta de escolarização no 2º CEB (%) - Relação entre o número de alunos matriculados no 2º CEB e a população residente em idade de frequentar o 2º CEB (alunos matriculados ÷ população residente entre os 10 e 11 anos × 100).

Taxa bruta de escolarização no 3º CEB (%) - Relação entre o número de alunos matriculados no 3º CEB e a população residente em idade de frequentar o 3º CEB (alunos matriculados ÷ população residente entre os 12 e 14 anos × 100).

Taxa bruta de escolarização no ensino secundário (%) - Relação entre o número de alunos matriculados no ensino secundário e a população residente em idade de frequentar o ensino secundário (alunos matriculados ÷ população residente entre os 15 e 17 anos × 100).

Taxa de natalidade (‰) - Número de nados-vivos ocorrido durante um determinado período de tempo, normalmente um ano civil, referido à população média desse período (habitualmente expressa em número de nados-vivos por 1000 habitantes).

Taxa bruta de pré-escolarização (%) - Relação entre o número de crianças inscritas no ensino pré-escolar e a população residente em idade de frequentar o ensino pré-escolar (crianças inscritas ÷ população residente entre os 3 e 5 anos × 100).

Taxa de retenção/desistência (%) - Relação entre o número de alunos que ficaram retidos e/ou desistiram num nível de ensino e o número de alunos matriculados nesse nível de ensino (alunos que ficaram retidos e /ou desistiram ÷ alunos matriculados × 100).

Taxa de transição/conclusão (%) - Relação entre o número de alunos que transitaram ou concluíram um nível de ensino e o número de alunos matriculados nesse nível de ensino (alunos que transitaram/concluíram ÷ alunos matriculados × 100).

Taxa quinquenal de mortalidade infantil (‰) - Número de óbitos de crianças com menos de 1 ano de idade observado no período relativo aos últimos cinco anos, referido ao número de nados vivos do mesmo período (habitualmente expressa em número de óbitos de crianças com menos de 1 ano por 1000 nados vivos).

Taxa quinquenal de mortalidade neonatal (‰) - Número de óbitos de crianças com menos de 28 dias de idade observado no período relativo aos últimos cinco anos, referido ao número de nados vivos do mesmo período (habitualmente expressa em número de óbitos de crianças com menos de 28 dias de idade por 1000 nados vivos).

Trabalho autonomo – integra-se no processo de ensino-aprendizagem e pressupõe um trabalho colaborativo entre professor-aluno, na tentativa do aluno desenvolver a sua autonomia e se responsabilizar pela sua aprendizagem. Neste sentido o aluno deve aprender a organizar-se, desenvolver métodos de estudo, gerir o seu tempo, definir prioridades na realização das tarefas, auto-avaliar-se, testar soluções e fazer escolhas entre diferentes materiais disponíveis e/ou fontes diversas de informação.

Trabalho colaborativo entre professores – pretende-se que os os professores planeiam, discutam e reflitam sobre as suas próprias aulas em conjunto, quer relativo ao perfil de alunos quer às estratégias utilizadas, sendo uma das componentes que mais contribui para o desenvolvimento profissional dos professores e para uma melhor eficácia ao nível da necessidade de trabalho diferenciado com alunos, dando resposta as suas dificuldades reais e melhorando o sucesso ao nível das aprendizagens.

Valor acrescentado bruto (€) - Valor bruto da produção deduzido do custo das matérias-primas e de outros consumos no processo produtivo. Os valores são brutos quando não deduzem o consumo de capital fixo.

Valor médio mensal das rendas dos alojamentos familiares clássicos arrendados (€) - (Alojamentos com rendas inferiores a 20€ * 10€ + alojamentos com rendas entre 20€ e 34,99€ * 27,5€ + alojamentos com rendas entre 35€ e 49,99€ * 42,5€ + alojamentos com rendas entre 50€ e 74,99€ * 62,5€ + alojamentos com rendas entre 75€ e 99,99€ * 87,5€ + alojamentos com rendas entre 100€ e 149,99€ * 125€ + alojamentos com rendas entre 150€ e 199,99€ * 175€ + alojamentos com rendas entre 200€ e 299,99€ * 250€ + alojamentos com rendas entre 300€ e 399,99€ * 350€ + alojamentos com rendas entre 400€ e 499,99€ * 450€ + alojamentos com rendas entre 500€ e 649,99€ * 575€ + alojamentos com rendas de 650€ ou mais * 780€) ÷ alojamentos arrendados].

Variação populacional (%) - Diferença entre os efetivos populacionais em dois momentos do tempo (habitualmente dois fins de ano consecutivos). A variação populacional pode ser calculada pela soma algébrica do saldo natural e do saldo migratório.

Volume de negócios (€) - Quantia líquida das vendas e prestações de serviços (abrangendo as indemnizações compensatórias) respeitantes às actividades normais das entidades, consequentemente após as reduções em vendas e não incluindo nem o imposto sobre o valor acrescentado nem outros impostos directamente relacionados com as vendas e prestações de serviços.

1. Enquadramento territorial da Região de Coimbra

A Comunidade Intermunicipal (CIM) da Região de Coimbra integra 19 concelhos - Arganil, Cantanhede, Coimbra, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Góis, Lousã, Mealhada, Mira, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Mortágua, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Penacova, Penela, Soure, Tábua e Vila Nova de Poiares - ocupando uma área total de 4335, 6 km^2, correspondendo a cerca de 5% do território nacional e a 15,4% da Região Centro (Figura 2). Os concelhos de Pampilhosa da Serra (396,5 km^2), Cantanhede (390,9 km^2) e Figueira da Foz (379,1 km^2) são aqueles que apresentam a maior área no contexto da CIM. Com menor superfície destacam-se Vila Nova de Poiares (84,5 Km^2), Mealhada (110,6 km^2) e Penacova (116,7 km^2).

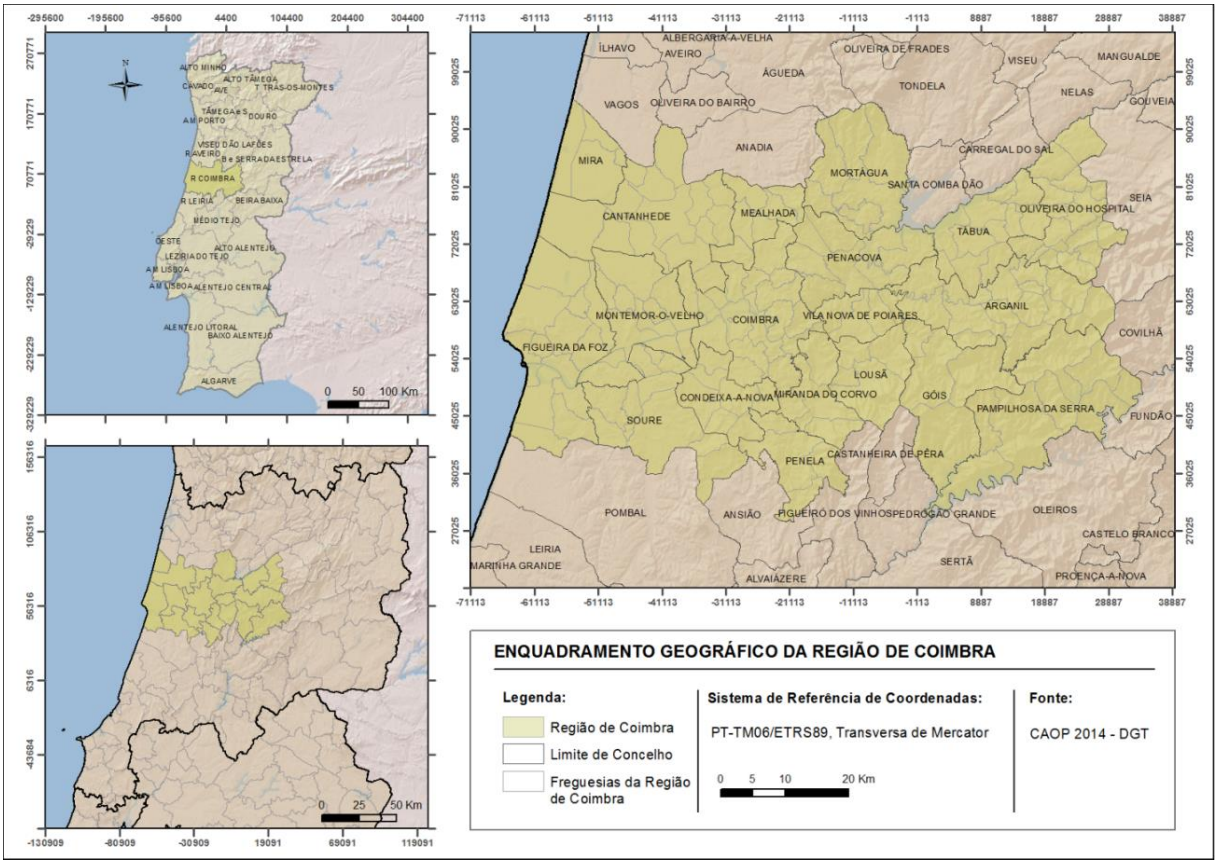


Figura 2 - Enquadramento territorial da Região de Coimbra.

A extensa superfície ocupada pela CIM Região de Coimbra reflete-se num mosaico muito particular de territórios, na medida em que apresenta concelhos de localização costeira, bem como concelhos onde a altitude elevada é a principal característica, refletindo-se de modo muito particular na distribuição da população. Considerando-se que estas particularidades do território em muito condicionam a rede educativa da CIM Região de Coimbra, na medida em que os territórios têm sofrido uma perda bastante acentuada da população, nomeadamente de crianças, levando ao encerramento de várias escolas.

Assim, observam-se sectores de altas densidades no primeiro caso, que confrontam com sectores de baixas densidades nos casos onde a interioridade se intensifica. Isto repercute-se no conjunto de especificidades biofísicas e humanas que, interagindo numa relação de reciprocidade, tornam cada território único. Neste sentido, a diversidade de dinâmicas territoriais e a multiplicidade de paisagens são evidentes quando se percorrem e analisam os concelhos desta região.

2. CARATERIZAÇÃO FÍSICA

No que respeita aos traços físicos, o território da Região de Coimbra apresenta contrastes notórios, podendo ser, grosseiramente, dividido em dois grandes sectores: o sector Este, de relevo mais acidentado e com áreas de caraterísticas tipicamente serranas e planálticas (nordeste) e o sector oeste, de grande platitude e forte influência litoral.

Esta divisão tem, talvez, a sua maior representação no contexto da litologia do território. Por um lado, a Orla Meso-Cenozoica Ocidental, onde predominam materiais sedimentares de terraços fluviais, areias, arenitos e calcários de vários graus de consolidação. Aqui enquadram-se maioritariamente concelhos como Cantanhede, Figueira da Foz, Mira, Montemor-o-Velho, Condeixa-a-Nova e Soure. Por outro lado, o sector este (com os restantes concelhos) integra o Maciço Hespérico, onde predominam os metassedimentos (xistos e os grauvaques, os granitos, bem como se observam afloramentos quartzíticos de direção NW-SSE, que localmente se destacam pelo cunho particular que atribuem à paisagem (de que são exemplo a serra do Buçaco bem como o sinclinal de Penacova/Telhada ou os designados Penedos de Góis e de Fajão).

A composição litológica dos concelhos da CIM, associada ao trabalho da tectónica, reflete-se na sua morfologia e distribuição hipsométrica. É bem percetível a divisão entre os sectores oeste e este, os quais se podem delimitar pelas serras do Maciço Marginal de Coimbra, Buçaco e Sicó, fazendo a transição entre as áreas de calcários, areias e arenitos e as áreas de metassedimentos e granitos. Nesta lógica, para ocidente destes acidentes estende-se uma área relativamente plana e de fracos declives, em que se destacam as areias, dunas e areias eólicas no sector noroeste, com realce para o cordão dunar litoral contínuo que corresponde à unidade "Dunas de Mira, Gândara e Gafanhas", e a extensa planície aluvial modelada pelo rio Mondego e afluentes, no seu sector terminal, desembocando no estuário do Mondego. Todavia, esta platitude é entrecortada por pequenos acidentes orográficos, que imprimem um aumento da altitude e dos declives, por norma, correspondentes a afloramentos calcários (e.g. serras do arco calcário Boa Viagem – Sicó).

O sector oriental da Região de Coimbra apresenta uma morfologia em muito dissemelhante da atrás descrita. Por um lado, os modelados associados à Cordilheira Central, no quadrante sudeste, com destaque para as serras do Açor (1342 m) e da Lousã (1250 m), onde se registam as maiores altitudes e os maiores declives de toda a CIM. Na mesma lógica, destaca-se a norte do concelho de Mortágua a serra do Caramulo (1074 m). Entre estas duas áreas mais elevadas, destaca-se uma área de maior platitude e menores altitudes, associada ao ancestral trabalho erosivo do rio Mondego: a Plataforma do Mondego, que atinge os 130 m na Bacia de Vila Nova de Poiares e os 500 m em Oliveira do Hospital, transparecendo, assim, o seu basculamento para sudoeste. Por fim, salientam-se as depressões associadas às bacias tectónicas marginais, das quais se destaca a Bacia de Lousã – Miranda do Corvo – Arganil (Figura 3 e Figura 4).

No que respeita à hidrografia, a Região de Coimbra é drenada por um conjunto de cursos de água que integram, de forma quase que global, as bacias hidrográficas dos rios Mondego e Zêzere. O rio Mondego desenvolve o seu percurso nos concelhos do sector centro e norte da CIM (Tábua, Penacova, Coimbra, Montemor-o-Velho e Figueira da Foz). Já o rio Zêzere percorre os territórios mais a Sul, destacando-se a área do concelho da Pampilhosa da Serra. Para além destes dois principais cursos de água, destaca-se ainda o rio Alva, afluente do rio Mondego, que apresenta um traçado sinuoso ao longo do Município de Arganil. Por outro lado, o rio Ceira faz a sua incisão e recorta os sectores de sopé da Serra do Açor, percorrendo os municípios de Góis, Lousã e Miranda do Corvo. Por seu turno, no sector centro – sul, o rio Dueça, afluente do rio Ceira, drena o território dos municípios de Penela e Miranda do Corvo. Observam-se também pequenas áreas associadas à bacia hidrográfica do Vouga (parcialmente nos municípios de Cantanhede, Mira e Mortágua), assim como todo um conjunto de pequenos cursos de água litorais que drenam diretamente para o oceano Atlântico.

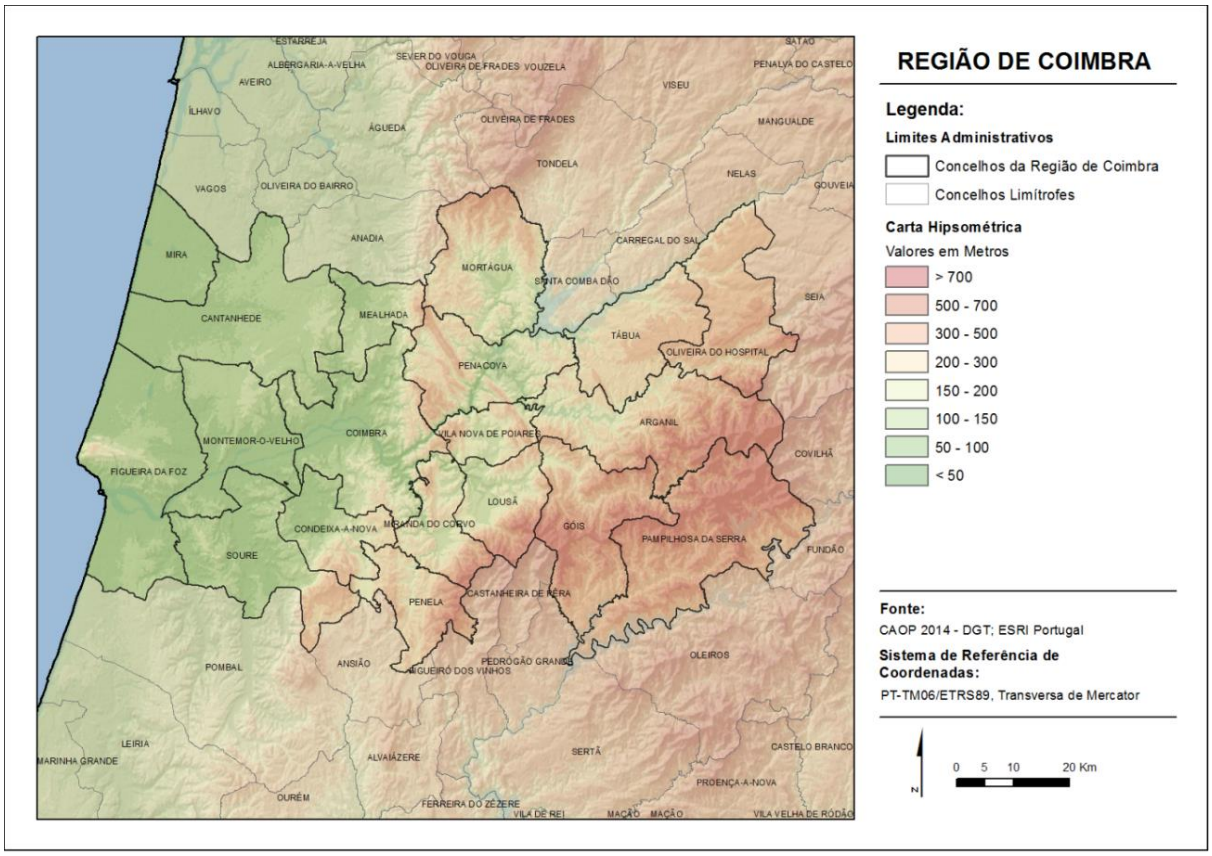


Figura 3 - Hipsometria.

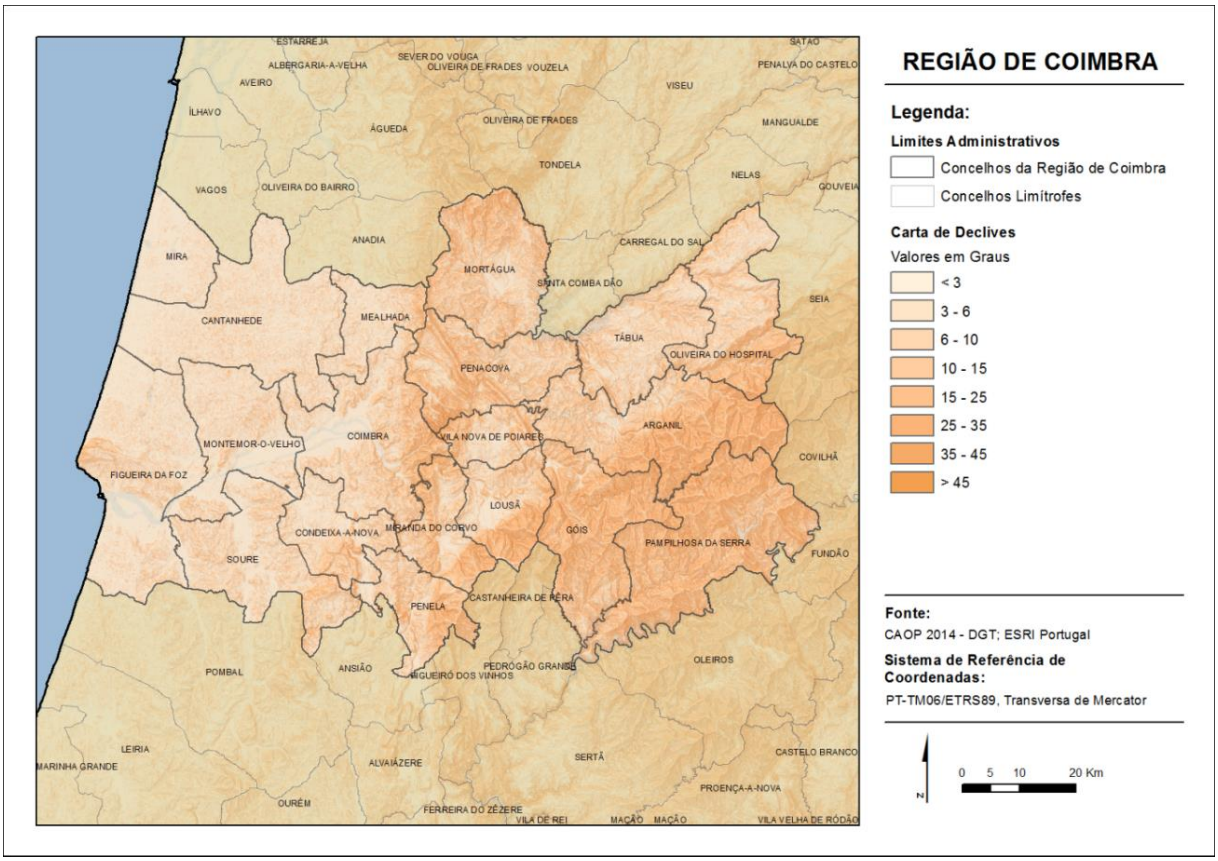


Figura 4 - Declives.

Do ponto de vista climático e segundo a classificação das Regiões Climáticas de Portugal Continental (FERREIRA, 2005) todos os concelhos da CIM da Região de Coimbra apresentam características de clima mediterrâneo de domínio atlântico, assistindo-se à perda das feições marcadamente costeiras à medida que se observa um afastamento da faixa litoral. Tal é percetível logo em concelhos como o da Mealhada, em que se podem registar maiores amplitudes térmicas anuais, ou no sector oriental do concelho de Cantanhede. No entanto, as particularidades climáticas do sector este da CIM são consequência quase direta da morfologia local. O Município de Penacova, pela existência de uma barreira orográfica (Serra do Buçaco e Serra de Roxo-Aveleira) e a relativa proximidade ao mar, o que obriga os ventos húmidos de Oeste, na sua deslocação para o interior, a transporem essa mesma barreira, enquadra-se numa vasta região de subtipo marítimo de transição entre os de montanha e de fachada atlântica (DAVEAU *et coll*., 1985). Os sectores de maior altitude, correspondentes às serras da Cordilheira Central, caraterizam-se por um clima do subtipo de montanha, apresentando invernos rigorosos, com temperaturas muito baixas e quantitativos de precipitação elevados, frequentemente sob a forma de neve, e com formação de gelo e geadas. Por outro lado, no verão existe uma amenização da temperatura (temperatura média do mês mais quente inferior a 23ºC), sendo por isso classificado como Fresco (FERREIRA, 2005). Nos sectores que integram a Plataforma do Mondego e as depressões marginais, o inverno é menos rigoroso, apresentando temperaturas mais elevadas relativamente às áreas de maior altitude (média da temperatura mínima entre os 2ºC e os 4ºC) e menores quantitativos de precipitação. Já o verão é classificado por FERREIRA (ob. Cit.) como "Moderado" nos sectores da Plataforma do Mondego, sendo que nos vales abrangidos pelos fluxos de norte e oeste, correspondentes às depressões marginais, as temperaturas máximas são, por norma, superiores (e.g. concelho de Penela).

3. ACESSIBILIDADES

Também ao nível das acessibilidades é vincada a assimetria entre os dois grandes sectores da CIM Região de Coimbra (oeste e este), na medida em que, de facto, a orografia condiciona decisivamente a rede de transportes. Assim, de uma forma geral, é possível diferenciar o sistema de acessibilidades dos concelhos pertencentes às sub-regiões mais ocidentais, (Dão-Lafões, Baixo Vouga e Baixo Mondego) das existentes no sector mais oriental (sub-região do Pinhal Interior Norte) (Figura 5).

No primeiro caso, a posição privilegiada que esses concelhos apresentam no contexto do território nacional reflete-se na rede viária que estrutura este território. Destaca-se logo o facto de este ser servido por aquela que é considerada a principal via de comunicação do país, a A1, que atravessa os municípios de Cantanhede, Mealhada, Coimbra, Condeixa-a-Nova e Soure, potenciando a ligação destes ao sul e a norte e respetivamente às grandes áreas metropolitanas de Lisboa e do Porto. A uma escala regional é o IC2/EN1 que adquire esta função de ligação norte-sul, articulando os concelhos da Mealhada, Coimbra, Condeixa-a-Nova e Soure com concelhos como Anadia, Águeda ou Pombal.

No sector mais ocidental, com uma direção aproximadamente norte-sul, a A17 e o IC1, promovem a ligação da Figueira da Foz, Cantanhede e Mira, quer para norte – Aveiro – quer para sul – Pombal e Leiria – destacando-se a nível nacional, mas também regional e local, na medida em que nestes concelhos existem importantes unidades industriais, facto que se prolonga espacialmente quer para norte, quer para sul e cujas ligações, em particular ao porto da Figueira, ganham um contexto preferencial.

Abordando a ligação da Figueira da Foz aos territórios de Este é a A14/IP3 que ganham expressão. Resultado da transformação do IP3 (entre Trouxemil e Figueira da Foz), este tornou-se um eixo de importância estratégica no desenvolvimento económico, oferecendo acessos rápidos ao interior, através da ligação ao IP3 (que articula também o concelho de Penacova),e indiretamente, à totalidade do território nacional, através do nó de ligação à A1. O traçado do IP3 torna-se, também, um dos eixos estruturantes na medida em que permite uma ligação rápida desde o litoral centro até à região transmontana. A par do IP3, no sector nordeste, o IC6 representa, mesmo que ainda inacabado, a ligação de Coimbra à Covilhã, servindo assim, e no contexto do espaço territorial em análise, o

Município de Penacova, Arganil, Tábua e Oliveira do Hospital, tendo-se constituído como um elemento chave na melhoria da acessibilidade nestes concelhos.

Por sua vez, os concelhos do quadrante sudeste, correspondentes às áreas mais acidentadas da CIM, apresentam uma menor densidade de vias, que, por norma, são também mais sinuosas. No sector sul destaca-se a nível regional ou mesmo nacional, um eixo fundamental, o IC3, articulado com a recente A13. Esta via aproveita, desde há muito, as facilidades oferecidas pelos declives suaves da Depressão Marginal, permitindo a interligação dos municípios de Penela, Condeixa-a-Nova e Miranda do Corvo quer para Sul (Tomar), quer para o interior (Castelo Branco e Covilhã) através do IC8 e da A23.

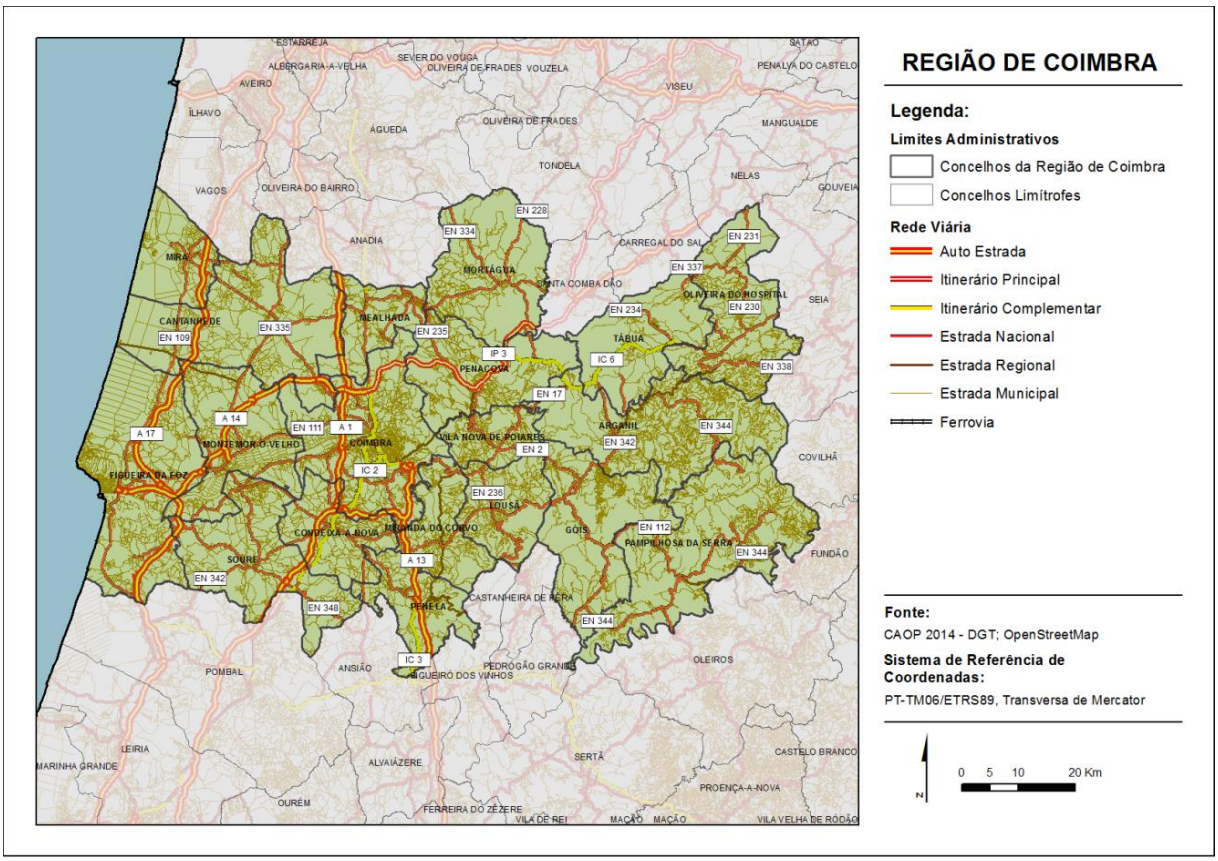


Figura 5 - Rede de acessibilidades.

De menor visibilidade, mas com grande impacto num contexto intermunicipal, a EN17 (Estrada da Beira) com início em Coimbra, corresponde a um eixo importante, atravessando os municípios de Vila Nova de Poiares, Arganil, Tábua e Oliveira do Hospital, ao longo de um percurso paralelo ao alinhamento da Cordilheira Central, a partir da qual, são estabelecidas variantes de acesso aos concelhos do interior das áreas serranas, nomeadamente Miranda do Corvo (EN17-1), Lousã (EN236), Góis (EN2) e Arganil (EN242-4/EN342-4).

Refira-se, ainda, a importância da rede viária secundária, e em particular da EN342, que se constitui como uma importante via de comunicação regional, apesar de potencialmente apresentar um traçado sinuoso de direção SO-NE, e que efetua a ligação entre Soure, Miranda do Corvo, Lousã, Góis, Arganil.

Ao nível ferroviário, estes concelhos são servidos pelas linhas de caminho-de-ferro do norte e da Beira Alta. Aqui a estação de Pampilhosa (Município da Mealhada) constitui-se como um nó ferroviário fundamental na rede nacional, uma vez que faz a ligação ao norte e ao interior do país. A primeira, de âmbito nacional, assegura a ligação entre Porto e Lisboa, passando nas principais cidades do

litoral, nomeadamente na cidade de Coimbra, representando a linha que regista maior intensidade de fluxos de mercadorias e passageiros.

Para além das Linhas do Norte e da Beira Alta, a Linha do Oeste representa uma importante ligação ferroviária, na medida em que permite a ligação aos principais centros urbanos das sub-regiões do Pinhal Litoral, do Oeste e da Grande Lisboa. De forma mais concreta, articula, também, o concelho da Figueira da Foz, desta vez com os territórios litorais até Sintra (onde a Linha do Oeste faz ligação com a Linha de Sintra).

Mais uma vez, o sector oriental da CIM apresenta uma menor densidade de vias, destacando-se apenas o ramal Coimbra/Miranda do Corvo/Lousã/Serpins, atualmente com os serviços de caminho-de-ferro interrompidos e substituídos por alternativas rodoviárias, com horários limitados, na expetativa de uma reabilitação da linha de caminho-de-ferro e implementação de um metro de superfície que permita efetuar uma ligação rápida a Coimbra.

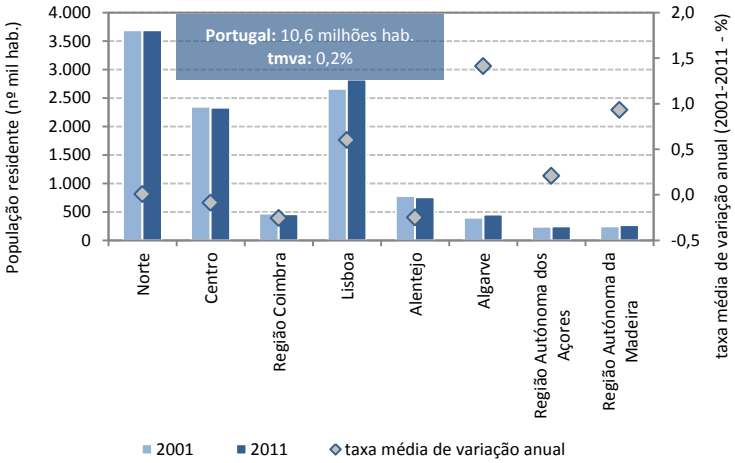
4. Demografia e perfil da população

A leitura dos comportamentos demográficos é um dos aspetos que espelham o grau de dinamismo de um território. É neste sentido que importa conhecer as dinâmicas populacionais das últimas décadas, essenciais para se compreender os fatores e condições de dinamismo e competitividade de cada um dos territórios. No entanto, não interessa apenas compreender o passado, sendo determinante conhecer os quantitativos e características futuras de uma população, base para a definição de cenários para as diversas atividades públicas e privadas. Neste sentido, o conhecimento da dinâmica demográfica em geral, e da população escolar em particular, se afigura como essencial para que se possa, com antecedência e ponderação, refletir sobre as principais tendências que se prefiguram neste início de século, ordenando o espaço da forma mais adequada e no quadro de uma racionalidade que se pretende dinâmica, gerindo mais eficazmente recursos que, como bens escassos que são, exigem alguma cautela e ponderação nas decisões a tomar, uma vez que os custos associados a uma má gestão serão de efeitos duradouros e crescentemente elevados.

4.1. Evolução e distribuição da população residente

A Região de Coimbra acolhe cerca de 466 139 habitantes no ano de 2011, o que representa cerca de 4,4% da população do país e cerca de 19,8% da Região Centro. A população residente na Região de Coimbra decresceu cerca de 2,6% entre 2001 e 2011, o que se compara, a um nível territorial mais alargado, à evolução populacional nas regiões NUTS II Centro e Alentejo, sendo que as restantes regiões apresentaram um crescimento populacional neste período (Figura 6).

Acredita-se que só será possível planear e criar planos de ação através do conhecimento das especificidades de cada território. Nesse sentido, apresentam-se dados demograficos referentes à Região de Coimbra considerando, que muitos destes podem condicionar o sucesso escolar dos jovens.



Fonte: INE, Censos 2001 e 2011.

Figura 6 - Enquadramento populacional da Região de Coimbra em termos nacionais, entre 2001 e 2011.

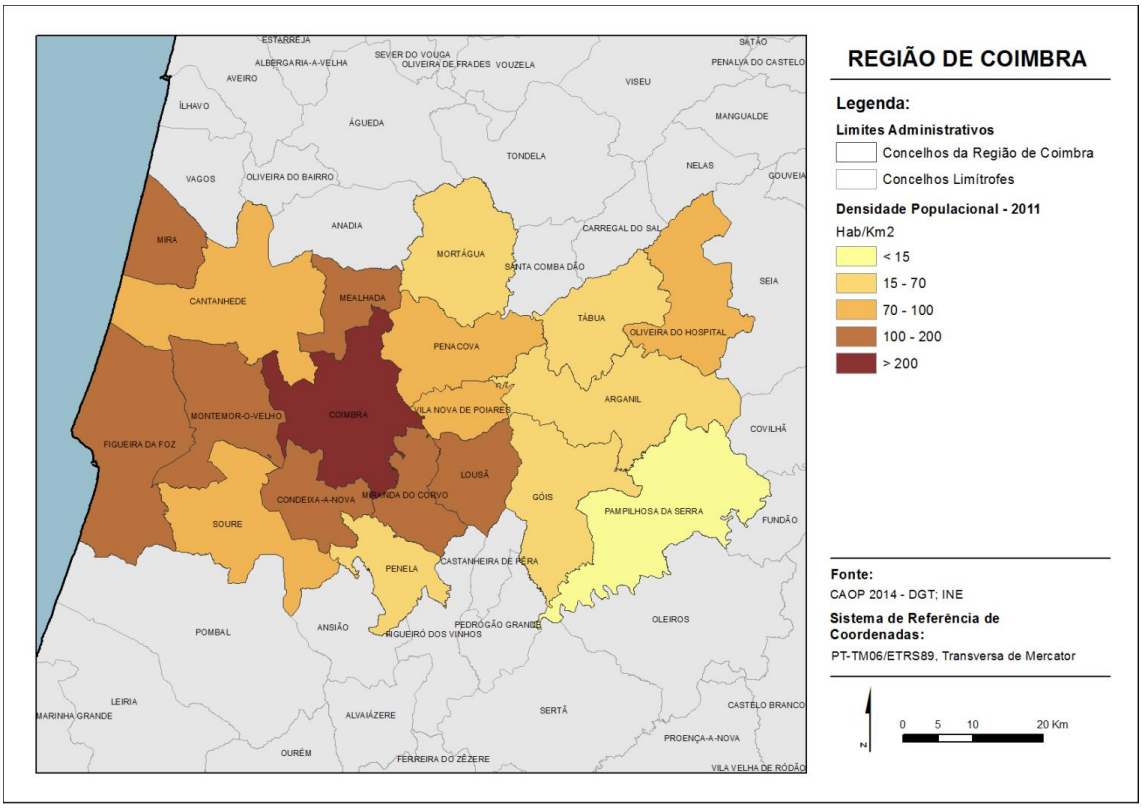
O decréscimo populacional da Região de Coimbra resulta da redução mais acentuada nos concelhos que integram o sector mais oriental (os concelhos do Pinhal Interior Norte com menos 3117 habitantes, correspondendo a -3,1%), mas também da diminuição nos concelhos que integram o Baixo Mondego (-2,4%, correspondendo a -9078 habitantes).

A Região de Coimbra representa um mosaico diversificado, com modelos de povoamento, recursos e dinâmicas de desenvolvimento muito distintas. Abrange por um lado, territórios litorais, dinâmicos e em expansão, e, por outro, territórios rurais, interiores e deprimidos, marcados pelo progressivo despovoamento e envelhecimento populacional. Fatores relacionados com o êxodo rural, a litoralização e as dinâmicas de desenvolvimento regional têm contribuído para que os territórios do litoral apresentem maiores quantitativos populacionais, traduzindo-se em dinâmicas de crescimento em muitos concelhos ao longo das últimas décadas.

O esquema de povoamento nas últimas décadas tem tido tradução na concentração da população no litoral e, de uma forma global, nas áreas mais dinâmicas do território, num processo de crescimento por "sucção" em desfavor das áreas envolventes, sendo que atualmente mais de ¾ dos habitantes da Região de Coimbra residem numa área litoral ou próxima do litoral.

A Região de Coimbra que ocupa 4,9% do território nacional, apresenta uma densidade populacional relativamente elevada (106,1 hab/km²), superior à observada na Região Centro (82,6 hab/km²), mas inferior à do Continente (112,8 hab/km²). Os concelhos de Coimbra, Mealhada, Figueira da Foz, Condeixa-a-Nova, Montemor-o-Velho, Miranda do Corvo e Mira apresentam densidades populacionais superiores a 100 hab/km² (449 hab/km², 184,6 hab/km², 163,9 hab/km², 123,2 hab/km², 114,3 hab/km², 103,6 hab/km² e 100.5 hab/km²), no entanto Coimbra apresenta uma densidade bastante superior aos restantes concelhos contrastando com territórios predominantemente rurais e do interior que registam as menores densidades, como sendo Pampilhosa da Serra (11,3 hab/km²), Góis (16,2 hab/km²) e Arganil (36,5 hab/km²) (Figura 7).

Em termos da distribuição da população, esta apresenta um forte contraste entre os concelhos litorais ou próximos do litoral que, como foi referido, revelem maiores quantitativos populacionais e os concelhos do interior que mostram menores quantitativos (Quadro 1 e Figura 8).



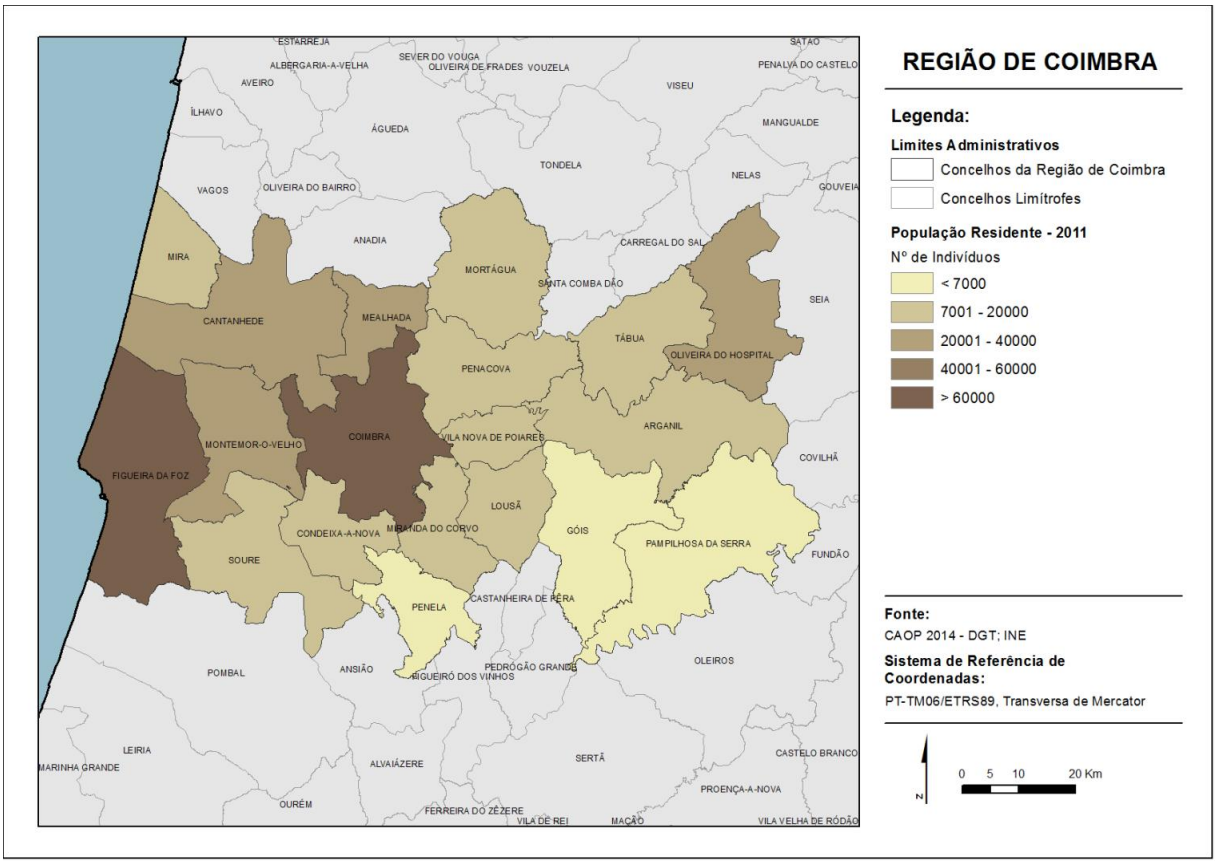
Fonte: INE, Censos 2011.

Figura 7 - Densidade populacional na Região de Coimbra, em 2011.

Quadro 1- População residente nos concelhos da Região de Coimbra, entre 1950 e 2011.

Unidade territorial	1950		1960		1970		1981		1991		2001		2011	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Coimbra	98027	21,1	106404	23,0	110160	25,8	138930	29,8	139052	30,4	148443	31,4	143396	31,2
Figueira da Foz	56862	12,2	57631	12,5	53525	12,5	58559	12,5	61555	13,5	62601	13,3	62125	13,5
Cantanhede	39965	8,6	41303	8,9	39184	9,2	38717	8,3	37140	8,1	37910	8,0	36595	8,0
Montemor-o-Velho	27978	6,0	27925	6,0	26468	6,2	27274	5,8	26375	5,8	25478	5,4	26171	5,7
Oliveira do Hospital	29038	6,2	26287	5,7	23330	5,5	23554	5,0	22584	4,9	22112	4,7	20855	4,5
Mealhada	17214	3,7	17478	3,8	16669	3,9	19305	4,1	18272	4,0	20751	4,4	20428	4,4
Soure	26176	5,6	26575	5,7	22025	5,1	22570	4,8	21704	4,8	20940	4,4	19245	4,2
Lousã	15050	3,2	13900	3,0	12830	3,0	13020	2,8	13447	2,9	15753	3,3	17604	3,8
Condeixa-a-Nova	14020	3,0	13555	2,9	12080	2,8	13257	2,8	13027	2,9	15340	3,2	17078	3,7
Penacova	19926	4,3	18704	4,0	17172	4,0	17351	3,7	16748	3,7	16725	3,5	15251	3,3
Miranda do Corvo	13822	3,0	12810	2,8	11510	2,7	12231	2,6	11674	2,6	13069	2,8	13098	2,8
Mira	13099	2,8	13384	2,9	13149	3,1	13299	2,8	13257	2,9	12872	2,7	12465	2,7
Arganil	20837	4,5	19237	4,2	15930	3,7	15507	3,3	13926	3,0	13623	2,9	12145	2,6
Tábua	17100	3,7	15869	3,4	12260	2,9	13456	2,9	13101	2,9	12602	2,7	12071	2,6
Mortágua	12379	2,7	13024	2,8	11625	2,7	11291	2,4	10662	2,3	10379	2,2	9607	2,1
Vila Nova de Poiares	8150	1,8	7518	1,6	6025	1,4	6649	1,4	6161	1,3	7061	1,5	7281	1,6
Penela	10347	2,2	9438	2,0	7870	1,8	8023	1,7	6919	1,5	6594	1,4	5983	1,3
Pampilhosa da Serra	14375	3,1	13372	2,9	9245	2,2	7493	1,6	5797	1,3	5220	1,1	4481	1,0
Góis	11023	2,4	8396	1,8	6705	1,6	6434	1,4	5372	1,2	4861	1,0	4260	0,9
Região de Coimbra	**465388**	**100**	**462810**	**100**	**427762**	**100**	**466920**	**100**	**456773**	**100**	**472334**	**100**	**460139**	**100**

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População 1950, 1960, 1970 e 1981, Censos 1991, Censos 2001 e Censos 2011.



Fonte: INE, Censos 2011.

Figura 8 - Distribuição da população residente na Região de Coimbra, em 2011.

Neste contexto, o concelho de Coimbra assume-se como o principal pólo da região representando 31,2% da população (143 396 habitantes), seguindo-se a Figueira da Foz (13,5%, correspondendo a 62 125 habitantes), Cantanhede (8,0%, correspondendo a 36 595) e Montemor-o-Velho (5,7%, correspondendo a 26 171 habitantes). Um segundo grupo é constituído pelos concelhos de Oliveira do Hospital, Mealhada, Soure, Lousã e Condeixa-a-Nova, que globalmente representam 20,7% do quantitativo populacional da região. Um terceiro grupo, com quantitativos menos expressivos é constituído pelos concelhos de Penacova, Miranda do Corvo, Mira, Arganil e Tábua, que no seu conjunto apresentam 14,1% da população. Por último, e com quantitativos menores surgem os concelhos de Mortágua, Vila Nova de Poiares, Penela, Pampilhosa da Serra e Góis (com 9 607, 7 281, 5 983, 4 481 e 4 260 habitantes, respetivamente, correspondendo na sua globalidade a apenas 6,9% do total da população na região).

A grande maioria dos concelhos que integram a Região de Coimbra, registou ao longo do período intercensitário 2001-2011, um decréscimo populacional, que se afigura tendencialmente mais expressivo nos concelhos menos densamente povoados. Deste modo, foram os concelhos da Pampilhosa da Serra (-14,2%), Góis (-12,4%), Arganil (-10,8%), Penela (-9,3%), Penacova (-8,8%) e Soure (-8,1%), que perderam maiores quantitativos neste período (Quadro 2 e Figuras 9 e 10). De igual modo, os concelhos de Mortágua (-7,4%), Oliveira do Hospital (-5,7%), Tábua (-4,2%), Cantanhede (-3,5%), Coimbra (-3,4%), Mira (-3,2%), Mealhada (-1,6%) e Figueira da Foz (-0,8%), também sofreram perdas nos quantitativos no contexto concelhio. Por outro lado, percebe-se o efeito de proximidade ao núcleo urbano de Coimbra, assumido pelos concelhos da Lousã, Condeixa-a-Nova, Vila Nova de Poiares, Montemor-o-Velho e Miranda do Corvo, facto que resultou numa evolução positiva na última década (de 1851, 1738, 220, 693 e 29 habitantes, correspondendo a um aumento de 11,8%, 11,3%, 3,1%, 2,7% e 0,2%, respetivamente).

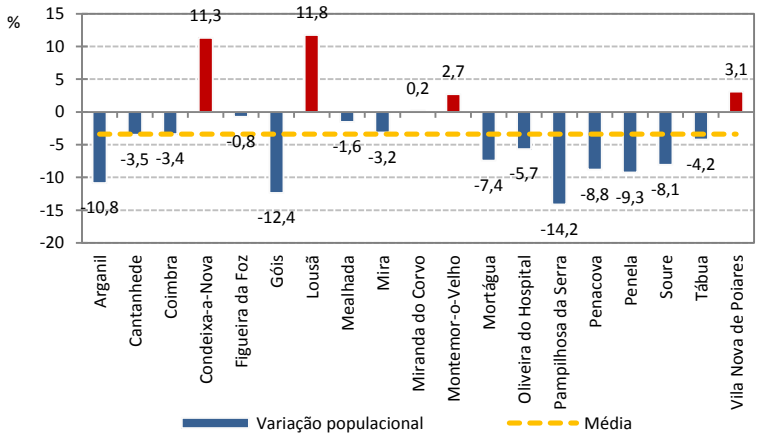
O crescimento nestes territórios relaciona-se de uma forma clara com a proximidade ao pólo urbano de Coimbra e fuga de população do centro desta cidade para estes concelhos limítrofes, onde procuram benefícios relacionados com as boas acessibilidades e os menores preços da habitação. Importa salientar que no seio desta região há um conjunto de concelhos interiores que, não obstante

terem registado uma diminuição populacional (derivado da dinâmica natural), têm vindo a atrair um importante leque de novos residentes, por alguns designados de neo-rurais, que procuram nestes territórios a autenticidade rural e um modo de vida que se coadune com as suas expetativas.

Quadro 2 - Variação populacional na Região de Coimbra entre 1950 e 2011.

Unidade territorial	1991-2001		2001-2011		1991-2011		1950-2011	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Lousã	2306	17,1	1851	11,8	4157	30,9	2554	17,0
Condeixa-a-Nova	2313	17,8	1738	11,3	4051	31,1	3058	21,8
Vila Nova de Poiares	900	14,6	220	3,1	1120	18,2	-869	-10,7
Montemor-o-Velho	-897	-3,4	693	2,7	-204	-0,8	-1807	-6,5
Miranda do Corvo	1395	11,9	29	0,2	1424	12,2	-724	-5,2
Figueira da Foz	1046	1,7	-476	-0,8	570	0,9	5263	9,3
Mealhada	2479	13,6	-323	-1,6	2156	11,8	3214	18,7
Mira	-385	-2,9	-407	-3,2	-792	-6,0	-634	-4,8
Coimbra	9391	6,8	-5047	-3,4	4344	3,1	45369	46,3
Cantanhede	770	2,1	-1315	-3,5	-545	-1,5	-3370	-8,4
Tábua	-499	-3,8	-531	-4,2	-1030	-7,9	-5029	-29,4
Oliveira do Hospital	-472	-2,1	-1257	-5,7	-1729	-7,7	-8183	-28,2
Mortágua	-283	-2,7	-772	-7,4	-1055	-9,9	-2772	-22,4
Soure	-764	-3,5	-1695	-8,1	-2459	-11,3	-6931	-26,5
Penacova	-23	-0,1	-1474	-8,8	-1497	-8,9	-4675	-23,5
Penela	-325	-4,7	-611	-9,3	-936	-13,5	-4364	-42,2
Arganil	-303	-2,2	-1478	-10,8	-1781	-12,8	-8692	-41,7
Góis	-511	-9,5	-601	-12,4	-1112	-20,7	-6763	-61,4
Pampilhosa da Serra	-577	-10,0	-739	-14,2	-1316	-22,7	-9894	-68,8
Região de Coimbra	**15561**	**3,4**	**-12195**	**-2,6**	**3366**	**0,7**	**-5249**	**-1,1**

Fonte: INE, Recenseamento Geral da População 1950, Censos 1991, Censos 2001 e Censos 2011.

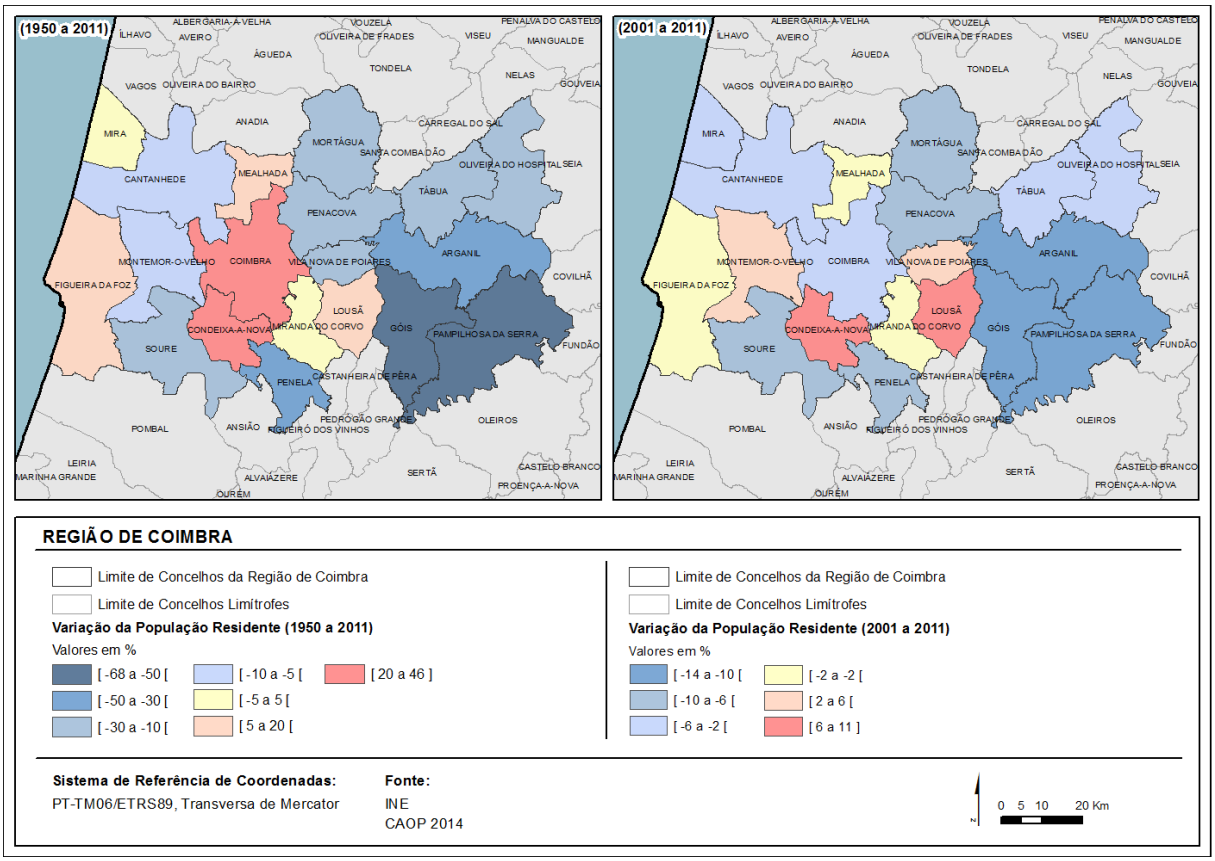


Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011.

Figura 9 - Variação populacional entre 2001 e 2011.

Tendo em consideração o horizonte temporal 1950-2011, constata-se a ocorrência de um decréscimo de 1,1% da população na Região de Coimbra, valor que correspondeu a uma perda de 5249 habitantes, sendo que no contexto da Região Centro esse decréscimo foi superior (-4,6%). O fenómeno do crescimento populacional nestas últimas seis décadas, foi descontínuo e limitado sobretudo a alguns concelhos do litoral que tiveram aumentos populacionais, nalguns territórios muito expressivos. Coimbra apresenta-se como aquele que registou um aumento mais significativo, com 46,3%, seguindo-se Condeixa-a-Nova, Mealhada, Lousã e

Figueira da Foz, com aumentos de 46,3%, 21,8%, 18,7%, 17,0% e 9,3%, correspondendo na sua globalidade a um acréscimo de 59 458 habitantes. Por outro lado, os restantes concelhos registaram um decréscimo populacional neste período, sendo mais proeminente nos concelhos da Pampilhosa da Serra (-9894 habitantes, -68,8%), Góis (-6763, -61,4%), Penela (-4364, -42,2%) e Arganil (-8692, -41,7%). Pode, então, concluir que dos 19 municípios que integram a Região de Coimbra, apenas 5 registaram um crescimento, sendo que 4 perderam mais de 40% da população.



Fonte: INE, Recenseamento Geral da População 1950, Censos 2001 e Censos 2011.

Figura 10 - Variação populacional entre 1950 e 2011 e entre 2001 e 2011.

4.2. Fatores da dinâmica demográfica: crescimento natural e saldo migratório

As variações observadas na demografia de um território relacionam-se de forma clara com dois fatores primordiais: por um lado, o crescimento natural, e, por outro, o saldo migratório, que, no contexto da atual conjuntura se assume como um fator também decisivo, mas cuja análise se torna particularmente difícil dada a dificuldade em prever a sua evolução.

A análise da evolução dos valores da natalidade entre 2001 e 2013 neste território revela um comportamento irregular expresso em aumentos e decréscimos (Quadro 3 e Figura 11). Em termos globais, verifica-se uma tendência no sentido da diminuição do número de nascimentos, que ganha maior relevância nos anos mais recentes. Se se considerar a variação no número de nascimentos entre 2001 e 2013, a Região de Coimbra acaba por registar uma diminuição de 1088 nascimentos (-26,2%), percentagem igual à do Continente, e inferior à da Região Centro (-29,8%). Numa análise individualizada, não pode deixar de ser mencionada a quebra de natalidade nos concelhos de Penacova e Vila Nova de Poiares (se no ano de 2001 nasceram 143 e 74 crianças, respetivamente, no ano de 2013 apenas nasceram 72 e 35 crianças, respetivamente, o que configura quebras de 49,7% e 47,3%, respetivamente).

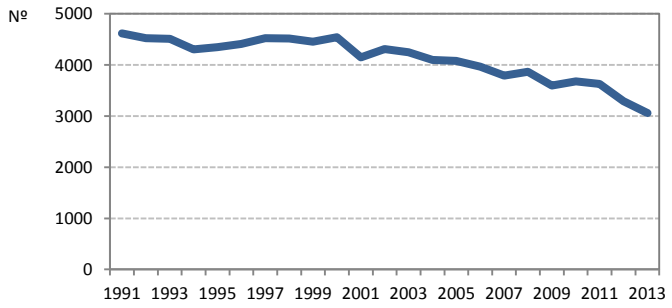
Considerando os valores das taxas de natalidade e mortalidade para os anos de 2001 e 2011 verifica-se um aumento generalizado nestes valores, refletindo taxas de crescimento natural negativas, e com maior expressividade a cada ano que passa (Quadro 4 e Figura

12). No ano de 2011, a taxa de crescimento natural para a Região de Coimbra foi de 3,4‰, correspondendo a -1573 indivíduos, valor muito superior ao do Continente (-0,6‰). Para o mesmo ano sublinha-se as taxas de crescimento natural nos concelhos de Góis, Pampilhosa da Serra e Arganil (-19,7‰, -18,3‰ e -10,0‰, correspondendo a -84, -82 e -121 indivíduos).

Quadro 3 - Nados-vivos entre 2001 e 2013.

Unidade territorial	2001	2002	2003	2004	2005	2006	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	var 2001-2013	
														Nº	%
Coimbra	1386	1351	1324	1278	1202	1201	1207	1194	1148	1186	1218	1129	1074	-312	-22,5
Figueira da Foz	548	633	604	637	612	587	503	513	491	513	459	429	393	-155	-28,3
Cantanhede	308	303	321	303	322	292	296	300	305	240	297	250	219	-89	-28,9
Montemor-o-Velho	241	228	203	204	194	205	196	223	220	238	252	208	199	-42	-17,4
Condeixa-a-Nova	141	187	187	188	173	183	176	192	181	183	180	145	137	-4	-2,8
Oliveira do Hospital	177	193	207	164	165	170	160	164	132	147	170	126	128	-49	-27,7
Mealhada	179	207	195	184	191	186	209	189	164	180	149	153	126	-53	-29,6
Lousã	188	207	213	210	219	209	222	180	190	177	167	162	123	-65	-34,6
Soure	146	141	158	160	177	171	134	149	125	122	114	118	118	-28	-19,2
Mira	94	116	85	129	109	102	82	123	96	115	98	93	84	-10	-10,6
Miranda do Corvo	131	130	126	97	121	137	95	110	90	86	81	90	79	-52	-39,7
Penacova	143	136	127	126	160	105	131	96	100	94	114	79	72	-71	-49,7
Tábua	112	134	119	111	109	102	93	116	87	82	72	68	69	-43	-38,4
Arganil	113	97	96	82	97	81	76	65	79	88	72	57	69	-44	-38,9
Mortágua	67	69	89	63	61	59	61	85	56	68	52	54	59	-8	-11,9
Vila Nova de Poiares	74	67	89	74	71	74	58	75	57	73	67	47	39	-35	-47,3
Pampilhosa da Serra	27	22	21	16	21	21	21	15	17	17	15	16	26	-1	-3,7
Góis	37	36	34	23	33	33	31	21	20	20	13	22	24	-13	-35,1
Penela	37	55	53	52	44	48	42	56	41	48	37	44	23	-14	-37,8
Região de Coimbra	**4149**	**4312**	**4251**	**4101**	**4081**	**3966**	**3793**	**3866**	**3599**	**3677**	**3627**	**3290**	**3061**	**-1088**	**-26,2**
Região Centro	**22415**	**22765**	**22361**	**21854**	**21710**	**20805**	**19973**	**20156**	**18934**	**19127**	**18342**	**17195**	**15733**	**-6682**	**-29,8**
Continente	**106479**	**108192**	**106232**	**103309**	**103420**	**99713**	**96925**	**99057**	**94324**	**96133**	**91701**	**85306**	**78607**	**-27872**	**-26,2**

Fonte: INE.



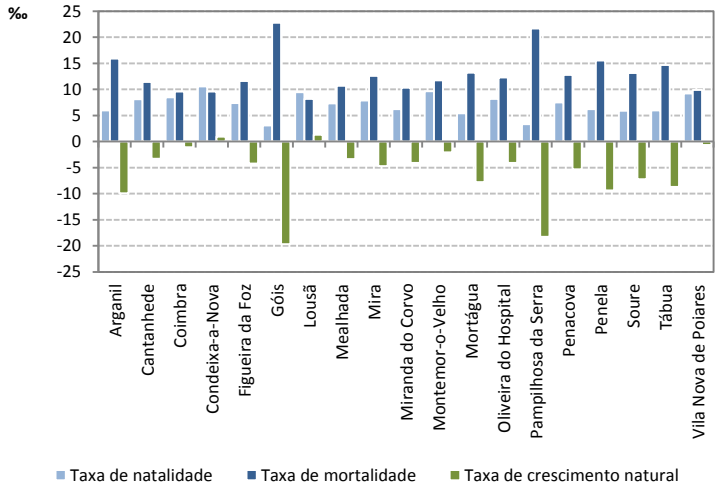
Fonte: INE.

Figura 11 - Evolução do número de nados-vivos, na Região de Coimbra, entre 1991 e 2013.

Quadro 4 - Dinâmica natural, em 2001 e 2011.

Unidade territorial	2001						2011					
	Natalidade	Taxa de Natalidade	Mortalidade	Taxa de Mortalidade	Crescimento Natural	Taxa de Crescimento Natural	Natalidade	Taxa de Natalidade	Mortalidade	Taxa de Mortalidade	Crescimento Natural	Taxa de Crescimento Natural
	Nº	‰	Nº	‰	Nº	‰	Nº	‰	Nº	‰	Nº	‰
Arganil	113	8,3	224	16,4	-111	-8,1	72	5,9	193	15,9	-121	-10,0
Cantanhede	308	8,1	454	12,0	-146	-3,9	297	8,1	417	11,4	-120	-3,3
Coimbra	1386	9,3	1332	9,0	54	0,4	1218	8,5	1376	9,6	-158	-1,1
Condeixa-a-Nova	141	9,2	174	11,3	-33	-2,2	180	10,5	164	9,6	16	0,9
Figueira da Foz	548	8,8	741	11,8	-193	-3,1	459	7,4	722	11,6	-263	-4,2
Góis	37	7,6	102	21,0	-65	-13,4	13	3,1	97	22,8	-84	-19,7
Lousã	188	11,9	159	10,1	29	1,8	167	9,5	144	8,2	23	1,3
Mealhada	179	8,6	180	8,7	-1	0,0	149	7,3	218	10,7	-69	-3,4
Mira	94	7,3	143	11,1	-49	-3,8	98	7,9	157	12,6	-59	-4,7
Miranda do Corvo	131	10,0	174	13,3	-43	-3,3	81	6,2	135	10,3	-54	-4,1
Montemor-o-Velho	241	9,5	291	11,4	-50	-2,0	252	9,6	307	11,7	-55	-2,1
Mortágua	67	6,5	112	10,8	-45	-4,3	52	5,4	127	13,2	-75	-7,8
Oliveira do Hospital	177	8,0	275	12,4	-98	-4,4	170	8,2	256	12,3	-86	-4,1
Pampilhosa da Serra	27	5,2	112	21,5	-85	-16,3	15	3,3	97	21,6	-82	-18,3
Penacova	143	8,6	170	10,2	-27	-1,6	114	7,5	195	12,8	-81	-5,3
Penela	37	5,6	96	14,6	-59	-8,9	37	6,2	93	15,5	-56	-9,4
Soure	146	7,0	280	13,4	-134	-6,4	114	5,9	253	13,1	-139	-7,2
Tábua	112	8,9	196	15,6	-84	-6,7	72	6,0	177	14,7	-105	-8,7
Vila Nova de Poiares	74	10,5	108	15,3	-34	-4,8	67	9,2	72	9,9	-5	-0,7
Região de Coimbra	**4149**	**8,8**	**5323**	**11,3**	**-1174**	**-2,5**	**3627**	**7,9**	**5200**	**11,3**	**-1573**	**-3,4**
Região Centro	**22415**	**9,5**	**27146**	**11,6**	**-77291**	**-2,0**	**18342**	**7,9**	**26356**	**11,3**	**-79626**	**-3,4**
Continente	**106479**	**10,8**	**99706**	**10,1**	**79333**	**0,7**	**91701**	**9,1**	**97968**	**9,8**	**65345**	**-0,6**

Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011.



Fonte: INE, Censos 2011.

Figura 12 - Taxa de natalidade, taxa de mortalidade e taxa de crescimento natural, em 2011.

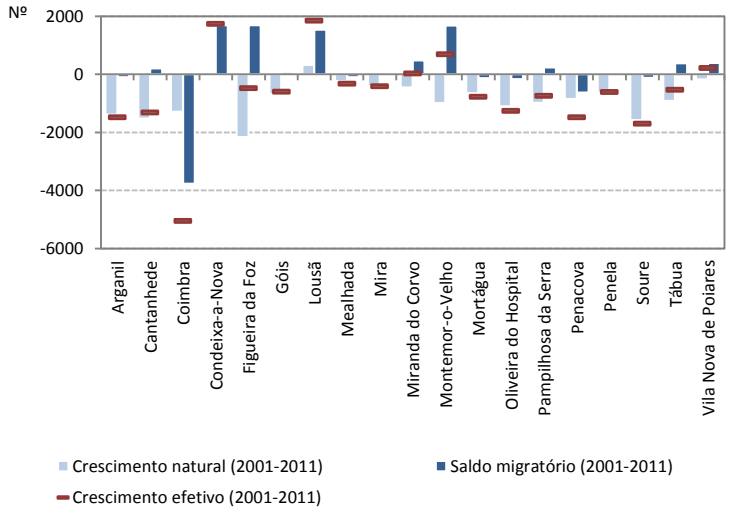
A consideração da dinâmica das migrações totais para a Região de Coimbra, para o período de 2001 a 2011, vem revelar um cenário de evolução natural negativa do território. Efetivamente, se o crescimento natural é negativo na década (-15 575 indivíduos), não

obstante o saldo migratório total apresentar um valor positivo de 3380 pessoas, em termos globais o território apresenta um decréscimo de 12 195 indivíduos nesta última década (Quadro 5 e Figura 13). A análise por concelho destaca o saldo migratório positivo para onze dos 19 concelhos, sendo este mais expressivo nos concelhos de Condeixa-a-Nova e Figueira da Foz (1693 e 1684 indivíduos, respetivamente). De destacar que os concelhos da Lousã e de Condeixa-a-Nova, em virtude do crescimento natural positivo - 317 e 45 indivíduos - e do saldo migratório muito expressivo - 1534 e 1693 indivíduos -, configuram um crescimento efetivo de 1851 e 1738 indivíduos.

Quadro 5 - Dinâmica da população entre 2001 e 2011.

Unidade territorial	Nados-vivos	Óbitos	Crescimento natural	Saldo migratório	Crescimento efectivo
Lousã	2182	1865	317	1534	1851
Condeixa-a-Nova	1971	1926	45	1693	1738
Montemor-o-Velho	2404	3388	-984	1677	693
Vila Nova de Poiares	779	949	-170	390	220
Miranda do Corvo	1204	1649	-445	474	29
Mealhada	2033	2261	-228	-95	-323
Mira	1149	1548	-399	-8	-407
Figueira da Foz	6100	8260	-2160	1684	-476
Tábua	1137	2051	-914	383	-531
Góis	301	982	-681	80	-601
Penela	513	1149	-636	25	-611
Pampilhosa da Serra	213	1190	-977	238	-739
Mortágua	730	1373	-643	-129	-772
Oliveira do Hospital	1849	2946	-1097	-160	-1257
Cantanhede	3287	4799	-1512	197	-1315
Penacova	1332	2177	-845	-629	-1474
Arganil	946	2332	-1386	-92	-1478
Soure	1597	3174	-1577	-118	-1695
Coimbra	13695	14978	-1283	-3764	-5047
Região de Coimbra	**43422**	**58997**	**-15575**	**3380**	**-12195**
Região Centro	**228442**	**1096423**	**-867981**	**847339**	**-20642**
Continente	**1105485**	**297798**	**807687**	**-629409**	**178278**

Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011.

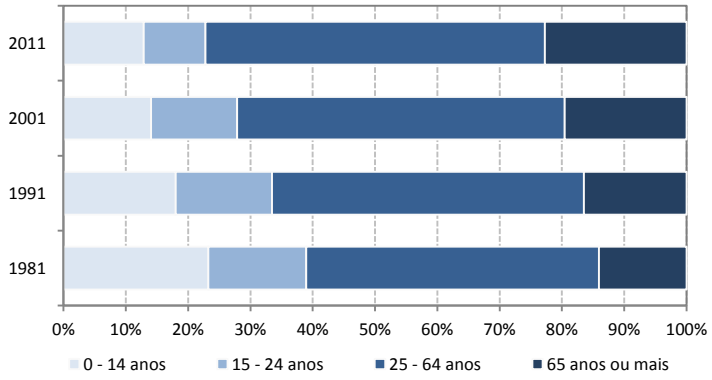


Fonte: INE, Censos 2001 e 2011.

Figura 13 - Crescimento natural, saldo migratório e crescimento efetivo entre 2001 e 2011.

4.3. Estrutura etária, envelhecimento e dependência

A primeira conclusão a retirar da análise dos valores da população, por escalão etário, parece ser a crescente diminuição das classes mais jovens, prosseguida pelo aumento das classes mais idosas, o que espelha de modo bastante claro a crescente tendência para o envelhecimento da população (Figura 14). Procedendo-se a uma análise mais pormenorizada dos grupos etários, verificamos que em todos os concelhos a população adulta (25-64) registou um aumento entre 1981 e 2011, sendo que a população idosa apresentou também um grande crescimento no mesmo período. Por outro lado, a população jovem (0-14 anos) apresentou um decréscimo, assim como a população jovem adulta (15-24 anos). Este facto traduz-se num duplo envelhecimento que caracteriza a generalidade das sociedades dos países desenvolvidos, e deve merecer uma reflexão dada a rapidez em que se passou de uma sociedade com uma população jovem para uma outra envelhecida (a população de 65 anos ou mais representava 22,8% da população total em 2011). A análise dos resultados da estrutura etária para este território sublinham, para o último período intercensitário, uma evolução demográfica no sentido do rápido envelhecimento da população, tendência que deve motivar, de imediato, uma séria reflexão.



Fonte: INE, Recenseamento Geral da população 1981, Censos 1991, 2001 e 2011.

Figura 14 - População residente segundo os grandes grupos etários, na Região de Coimbra, entre 1981 e 2011.

Quadro 6 - Estrutura etária e variação entre 2001 e 2011.

Unidade territorial	População com menos de 24 anos		População com 25 anos ou mais	
	% no total 2011	var. 2001-2011 (%)	% no total 2011	var. 2001-2011 (%)
Cantanhede	22,5	-22,5	77,5	3,9
Arganil	20,8	-28,9	79,2	-4,5
Coimbra	22,9	-22,3	77,1	4,1
Condeixa-a-Nova	24,8	4,3	75,2	13,9
Figueira da Foz	22,4	-17,0	77,6	5,2
Góis	19,3	-27,4	80,7	-7,8
Lousã	26,0	-0,7	74,0	16,9
Mealhada	23,8	-18,8	76,2	5,4
Mira	22,4	-24,3	77,6	5,3
Miranda do Corvo	24,6	-15,6	75,4	6,8
Montemor-o-Velho	23,1	-12,2	76,9	8,3
Mortágua	19,9	-30,9	80,1	1,1
Oliveira do Hospital	23,8	-22,8	76,2	1,3
Pampilhosa da Serra	13,9	-64,8	86,1	11,8
Penacova	21,7	-28,9	78,3	-1,0
Penela	21,3	-20,8	78,7	-5,5
Soure	20,4	-24,2	79,6	-2,8
Tábua	24,0	-20,4	76,0	2,4
Vila Nova de Poiares	25,2	-15,5	74,8	11,4
Região de Coimbra	**22,8**	**-20,4**	**77,2**	**4,3**
Região Centro	**24,0**	**-17,2**	**76,0**	**5,7**
Continente	**25,5**	**-13,3**	**74,5**	**8,3**

Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011.

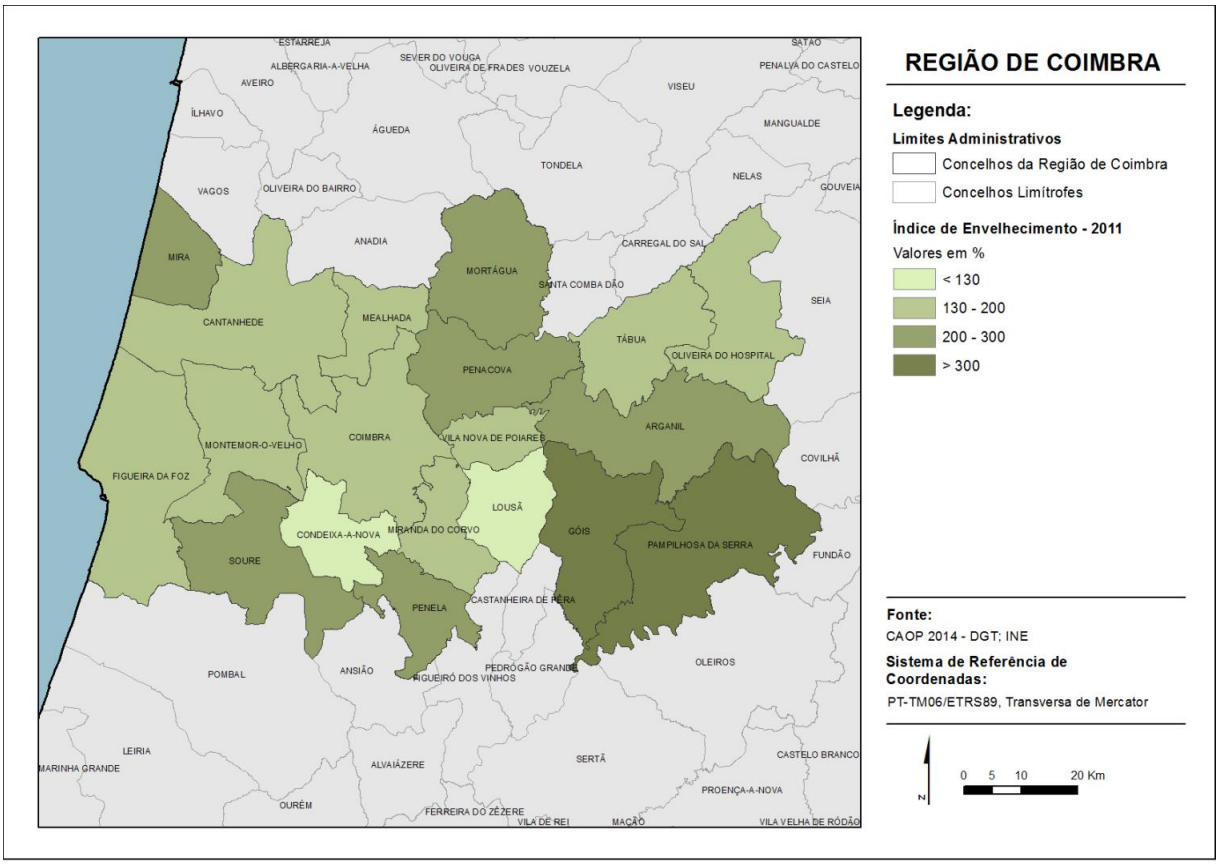
No ano de 2011 cerca de 22,8% da população da Região de Coimbra apresentava idades inferiores a 24 anos, um valor baixo, tendo por referência a Região Centro (24%) e o Continente (25,5%). Os concelhos da Lousã, Vila Nova de Poiares, Condeixa-a-Nova e Miranda do Corvo apresentavam percentagens superiores (26%, 25,2%, 24,8% e 24,6%). Por outro lado, os territórios da Pampilhosa da Serra, Góis e Mortágua apresentavam valores muito inferiores de população jovem (13,9%, 19,3% e 19,9%). Cerca de 77,2% da população da Região de Coimbra apresentava idades superiores a 25 anos, sendo que os concelhos identificados com menores percentagens de população jovem são aqueles que apresentam uma maior proporção de adultos e idosos (Quadro 6).

Os índices de envelhecimento e de dependência evidenciam níveis particularmente desfavoráveis na Região de Coimbra, superando os valores médios nacionais e da Região Centro. De facto, e tendo em conta os valores do índice de envelhecimento (Quadro 7 e Figura 15), houve um acréscimo muito assinalável em todos os concelhos entre 2001 e 2011, à semelhança do que tem vindo a acontecer ao nível da Região Centro e do País. Para o ano de 2011, os concelhos da Pampilhosa da Serra, Góis e Arganil apresentam valores muito preocupantes (591,0%, 310% e 273,2%, respetivamente), principalmente quando comparados aos valores da Região de Coimbra (214,6%), da Região Centro (164,3%) e do Continente (178,4%). Por outro lado, destacam-se os menores valores nos concelhos da Lousã (114,2%) e Condeixa-a-Nova (119,5%). No entanto, não pode deixar de ser salientado o caso de Condeixa-a-Nova já que se observou uma tendência de rejuvenescimento neste território, com o índice de envelhecimento a passar de 127,9% em 2001 para 119,5% na década seguinte. No entanto, a tendência de envelhecimento, comum à generalidade dos concelhos, afigura-se como muito preocupante quando se constata que atingem entre 10% e 30% as perdas de população jovem nos diversos concelhos. Na Região de Coimbra, a população com menos de 24 anos registou uma diminuição de 20,4%, claramente superior à diminuição registada na Região Centro (-17,2%) e no Continente (-13,3%). A diminuição de jovens implica por conseguinte a diminuição de população a longo prazo, tendo as escolas e os serviços educativos para jovens de ser repensados, bem como as políticas de apoio ao insucesso destes alunos.

Quadro 7 - Índice de envelhecimento, índice de dependência e estrutura etária, em 2001 e 2011.

Unidade territorial	Índice de envelhecimento (%)		Índice de dependência (%)		Estrutura Etária (%)					
	Total				0 a 14		15 a 64		65 e +	
	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011	2001	2011
Arganil	188,1	273,2	73,5	69,9	13,8	11,1	60,1	59,0	26,1	29,9
Cantanhede	142,1	193,5	51,4	61	14,0	12,9	66,1	62,2	19,9	24,9
Coimbra	119,5	162,3	44,8	48,4	13,8	12,4	69,6	67,5	16,5	20,1
Condeixa-a-Nova	127,9	119,5	52,4	54,3	14,7	16,0	66,5	65,0	18,8	19,0
Figueira da Foz	143,8	176,5	49,2	56	13,6	13,0	66,9	64,2	19,5	22,8
Góis	268,1	310,0	57	82	11,9	11,0	56,1	55,0	32,0	34,0
Lousã	108,3	114,2	66,8	51,2	15,7	15,8	67,2	66,3	17,1	17,9
Mealhada	119,1	154,3	50,5	54,4	15,2	13,9	66,8	65,0	18,1	21,2
Mira	126,1	202,8	50,4	61	14,9	12,5	66,2	62,3	18,8	25,2
Miranda do Corvo	113,0	155,0	61,3	55,3	16,1	14,0	65,8	64,5	18,2	21,5
Montemor-o-Velho	150,6	173,3	53,2	54,6	13,9	12,9	65,2	64,7	20,9	22,3
Mortágua	176,1	265,3	49,7	62,6	12,0	10,5	66,8	61,6	21,1	27,8
Oliveira do Hospital	132,5	182,3	63,9	60,6	16,0	13,4	62,9	62,3	21,2	24,3
Pampilhosa da Serra	373,5	591,0	78,1	98	9,8	7,2	53,6	50,6	36,6	42,2
Penacova	147,1	200,5	51,4	58,5	13,8	12,3	66,0	63,2	20,3	24,5
Penela	218,2	240,6	50,9	71,3	12,5	12,2	60,3	58,5	27,2	29,3
Soure	207,5	239,6	58,1	66,2	12,0	11,7	63,0	60,3	25,0	28,0
Tábua	153,8	187,5	52,4	64	15,6	13,6	60,5	61,1	24,0	25,4
Vila Nova de Poiares	108,1	136,6	58,4	55,3	17,0	15,1	64,6	64,6	18,4	20,4
Região de Coimbra	**164,4**	**214,6**	**56,5**	**62,3**	**14,0**	**12,9**	**66,4**	**64,4**	**19,6**	**22,8**
Região Centro	**129,5**	**164,3**	**52,5**	**56,9**	**15,0**	**13,7**	**65,5**	**63,9**	**19,4**	**22,4**
Continente	**104,5**	**178,4**	**47,7**	**51,7**	**15,8**	**14,8**	**67,7**	**65,9**	**16,5**	**19,3**

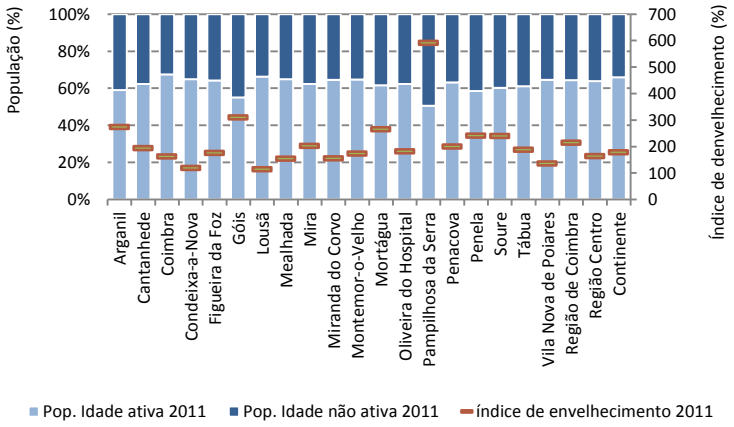
Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011.



Fonte: INE, Censos 2011.

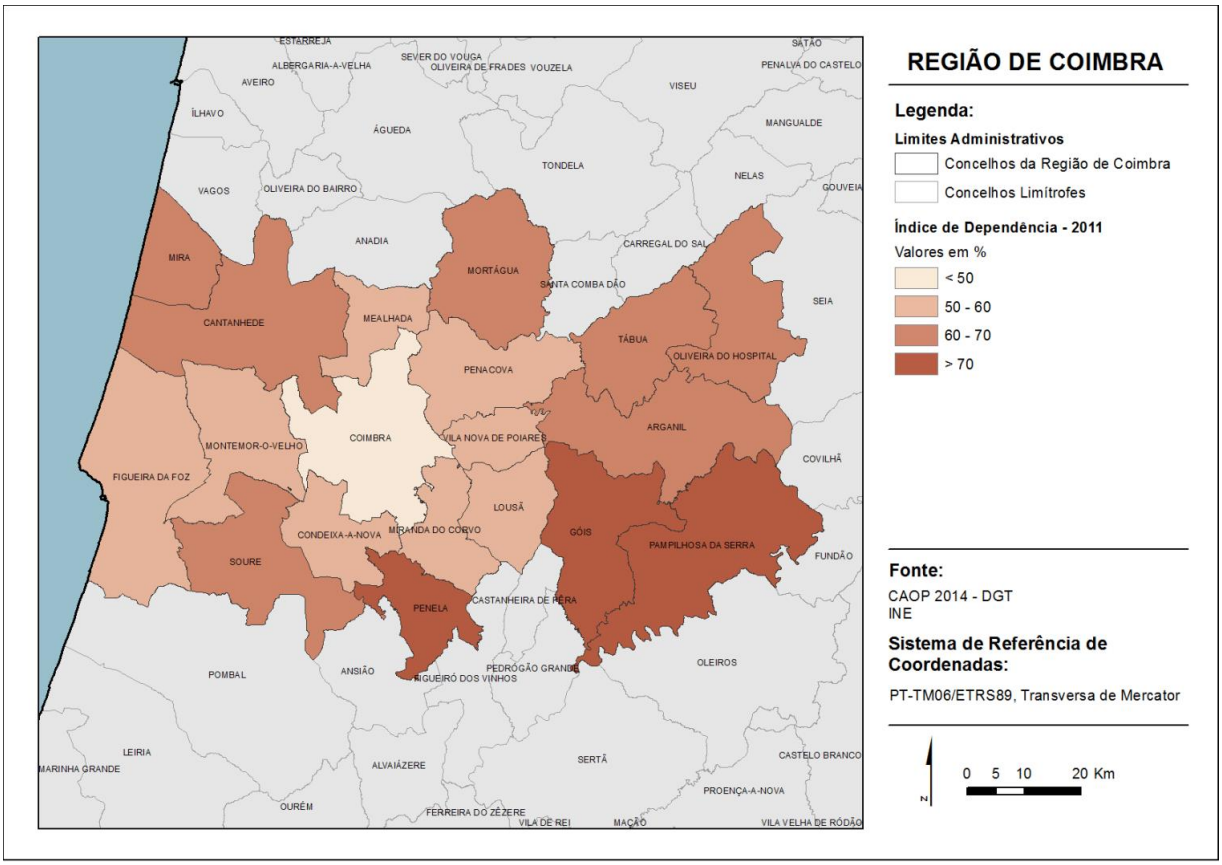
Figura 15 - Índice de envelhecimento na Região de Coimbra, em 2011.

Constata-se ainda que os concelhos que configuram uma maior expressividade em termos de população ativa, detêm os índices de envelhecimento mais baixos no contexto dos 19 concelhos da região (Figura 16). Assim, Coimbra e Condeixa-a-Nova apresentam maiores percentagens de população ativa (67,5% e 65,0%), sendo dos concelhos melhor posicionados em termos de índice de envelhecimento (162,3% e 119,5%).



Fonte: INE, Censos 2011.

Figura 16 - População em idade ativa, população em idade não ativa e índice de envelhecimento, em 2011.



Fonte: INE, Censos 2011.

Figura 17 - Índice de dependência na Região de Coimbra, em 2011.

A leitura dos resultados do índice de dependência ajuda, também, a refletir sobre a necessidade de definir políticas ativas no que diz respeito à população (Figura 17). Em todos os concelhos ocorreu um aumento deste indicador, o que significa que existem cada vez mais não ativos relativamente aos potencialmente ativos. Em termos da Região de Coimbra, em cada 100 indivíduos potencialmente ativos em 2001 e 2011 existiam respetivamente 56 e 62 não ativos, valores manifestamente superiores à média da Região Centro e do Continente. Este facto faz depender mais acentuadamente os não ativos dos ativos, sendo cada vez menos os jovens e mais os idosos também neste território, o que condicionará as políticas sociais no futuro próximo.

No que diz respeito ao campo educativo, estes valores são pertinentes na medida em que o número de idosos é bastante elevado, em que grande parte desta população tem níveis de escolarização muito baixos, sendo o seu capital cultural e social igualmente baixo. Nesse sentido, o apoio que estes poderiam prestar aos mais novos fica condicionado.

4.4. População residente com dificuldades

Nos Censos de 2011 não foi recolhida a população com deficiência tal como nos Censos de 2001. Apenas foi efetuada uma avaliação do grau de dificuldade que a pessoa sente (autoavaliação), diariamente, na realização de determinadas atividades devido a problemas de saúde ou decorrentes do envelhecimento. As dificuldades englobam seis categorias diferentes: a) dificuldade em ver, mesmo usando óculos ou lentes de contacto; b) dificuldade em ouvir mesmo usando aparelho auditivo; c) dificuldade em andar ou subir degraus; d) dificuldades de memória ou de concentração; e) dificuldade em tomar banho ou vestir-se sozinho; f) dificuldade em compreender os outros ou fazer-se entender. Neste contexto, uma análise mais fina desta informação pode vir a oferecer um conjunto de dados quanto às questões estratégicas a seguir para estes cidadãos (Quadros 8, 9 e 10 e Figura 18).

Quadro 8 - Dificuldades da população residente, segundo o número de dificuldades, em 2011.

Unidade territorial	1 dificuldade		2 dificuldades		3 dificuldades		4 dificuldades		5 dificuldades		6 dificuldades		Total	% da pop. res.
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	
Arganil	1387	40,1	839	24,3	523	15,1	305	8,8	205	5,9	197	5,7	3456	28,5
Cantanhede	3331	40,9	1893	23,2	1113	13,7	735	9,0	446	5,5	624	7,7	8142	22,2
Coimbra	11692	46,6	5746	22,9	3101	12,4	1992	7,9	1283	5,1	1256	5,0	25070	17,5
Condeixa-a-Nova	1415	42,2	722	21,5	442	13,2	329	9,8	203	6,0	246	7,3	3357	19,7
Figueira da Foz	5548	42,9	2980	23,1	1681	13,0	1149	8,9	701	5,4	861	6,7	12920	20,8
Góis	528	40,4	327	25,0	206	15,8	122	9,3	66	5,1	57	4,4	1306	30,7
Lousã	1529	46,6	746	22,8	415	12,7	290	8,8	147	4,5	152	4,6	3279	18,6
Mealhada	1731	44,4	927	23,8	509	13,1	323	8,3	201	5,2	207	5,3	3898	19,1
Mira	1124	45,0	586	23,5	295	11,8	206	8,2	142	5,7	144	5,8	2497	20,0
Miranda do Corvo	1340	44,2	699	23,0	348	11,5	294	9,7	157	5,2	196	6,5	3034	23,2
Montemor-o-Velho	2331	39,3	1413	23,8	789	13,3	600	10,1	347	5,8	455	7,7	5935	22,7
Mortágua	964	43,0	555	24,8	282	12,6	192	8,6	128	5,7	121	5,4	2242	23,3
Oliveira do Hospital	2062	43,5	1106	23,4	638	13,5	404	8,5	256	5,4	269	5,7	4735	22,7
Pampilhosa da Serra	499	38,7	309	24,0	175	13,6	133	10,3	70	5,4	103	8,0	1289	28,8
Penacova	1597	42,5	875	23,3	515	13,7	362	9,6	221	5,9	189	5,0	3759	24,6
Penela	527	36,7	333	23,2	224	15,6	139	9,7	103	7,2	111	7,7	1437	24,0
Soure	1898	37,7	1217	24,1	714	14,2	478	9,5	359	7,1	375	7,4	5041	26,2
Tábua	1242	41,8	668	22,5	403	13,6	248	8,4	163	5,5	245	8,3	2969	24,6
Vila Nova de Poiares	683	41,8	374	22,9	240	14,7	170	10,4	94	5,7	74	4,5	1635	22,5
Região de Coimbra	**41428**	**43,2**	**22315**	**23,2**	**12613**	**13,1**	**8471**	**8,8**	**5292**	**5,5**	**5882**	**6,1**	**96001**	**20,9**
Região Centro	**201686**	**43,7**	**106871**	**23,2**	**60078**	**13,0**	**40591**	**8,8**	**23979**	**5,2**	**28128**	**6,1**	**461333**	**19,8**
Continente	**784529**	**45,7**	**389848**	**22,7**	**215186**	**12,5**	**142772**	**8,3**	**84636**	**4,9**	**98174**	**5,7**	**1715145**	**17,1**

Fonte: INE, Censos 2011.

No território da Região de Coimbra cerca de 99 001 habitantes (20,9% da população total), apresentam dificuldades em realizar uma determinada tarefa, valor superior ao observado para a Região Centro (19,8%) e para o Continente (17,1%). Os concelhos que naturalmente apresentam índices de envelhecimento mais expressivos são aqueles que irão apresentar uma maior proporção de residentes com dificuldades. Góis, Pampilhosa da Serra e Arganil apresentam uma posição muito desfavorável no contexto da região, com 30,7%, 28,8% e 28,5% dos residentes a apresentarem dificuldades. O concelho de Coimbra apresenta cerca de 17,5% dos residentes com algum tipo de dificuldade, valor ainda assim superior à média do Continente, mas inferior relativamente à Região Centro.

A população residente com dificuldades apresenta valores mais expressivos no caso das mulheres (60,7% no território intermunicipal), sendo que em todos os concelhos o sexo feminino apresenta valores superiores.

São naturalmente os indivíduos mais idosos aqueles que revelam possuir mais dificuldades, sendo que dos 96 001 residentes com dificuldades na Região de Coimbra, mais de metade (59%) apresenta 65 e mais anos, seguindo-se os indivíduos entre os 25 a 64 anos (35,7%). A população mais jovem até aos 14 anos (2,2%) e entre os 15 a 24 anos (2,2%) apresenta uma menor expressividade de indivíduos com dificuldades. Numa referência aos jovens até aos 24 anos, ganham realce os concelhos de Miranda do Corvo e Lousã, Vila Nova de Poiares e Tábua, uma vez que do total dos indivíduos com dificuldades nestes territórios, cerca de 6,1%, 5,8%, 5,4% e 5,4% apresentam estas idades.

As situações mais mencionadas pela população residente prendem-se com dificuldades de andar ou subir degraus (25,2%), visão (22,4%) e memória e concentração (16,5%), dificuldades estas próprias de um território que tem vindo a registar um grande aumento da sua população idosa.

Quadro 9 - População residente com dificuldades, segundo o sexo, em 2011.

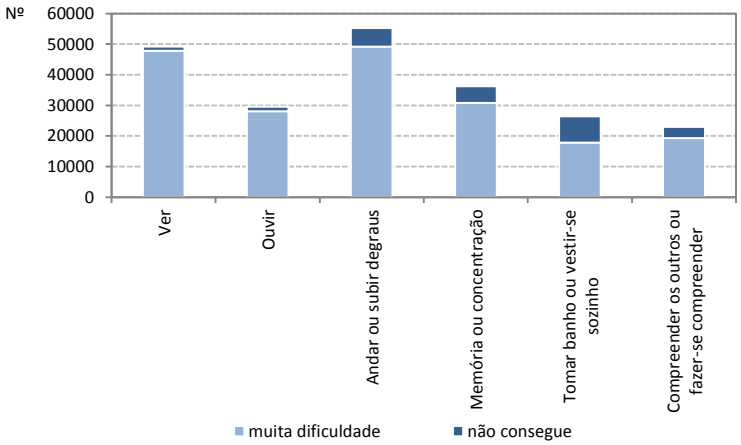
Unidade territorial	Homens		Mulheres		Total
	Nº	%	Nº	%	Nº
Arganil	1386	40,1	2070	59,9	3456
Cantanhede	3223	39,6	4919	60,4	8142
Coimbra	9579	38,2	15491	61,8	25070
Condeixa-a-Nova	1257	37,4	2100	62,6	3357
Figueira da Foz	4983	38,6	7937	61,4	12920
Góis	502	38,4	804	61,6	1306
Lousã	1363	41,6	1916	58,4	3279
Mealhada	1557	39,9	2341	60,1	3898
Mira	981	39,3	1516	60,7	2497
Miranda do Corvo	1219	40,2	1815	59,8	3034
Montemor-o-Velho	2384	40,2	3551	59,8	5935
Mortágua	920	41,0	1322	59,0	2242
Oliveira do Hospital	1930	40,8	2805	59,2	4735
Pampilhosa da Serra	474	36,8	815	63,2	1289
Penacova	1542	41,0	2217	59,0	3759
Penela	588	40,9	849	59,1	1437
Soure	2009	39,9	3032	60,1	5041
Tábua	1159	39,0	1810	61,0	2969
Vila Nova de Poiares	645	39,4	990	60,6	1635
Região de Coimbra	**37701**	**39,3**	**58300**	**60,7**	**96001**
Região Centro	**184495**	**40,0**	**276838**	**60,0**	**461333**
Continente	**673828**	**39,3**	**1041317**	**60,7**	**1715145**

Fonte: INE, Censos 2011.

Quadro 10 - População residente com dificuldades, segundo o grupo etário, em 2011.

Unidade territorial	Grupo etário								Total
	0-14		15-24		25-64		65 e + anos		
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	N.º
Arganil	49	1,4	77	2,2	1079	31,2	2251	65,1	3456
Cantanhede	167	2,1	142	1,7	2747	33,7	5086	62,5	8142
Coimbra	630	2,5	656	2,6	9774	39,0	14010	55,9	25070
Condeixa-a-Nova	85	2,5	71	2,1	1295	38,6	1906	56,8	3357
Figueira da Foz	290	2,2	275	2,1	4592	35,5	7763	60,1	12920
Góis	16	1,2	24	1,8	371	28,4	895	68,5	1306
Lousã	112	3,4	78	2,4	1370	41,8	1719	52,4	3279
Mealhada	84	2,2	82	2,1	1394	35,8	2338	60,0	3898
Mira	51	2,0	50	2,0	819	32,8	1577	63,2	2497
Miranda do Corvo	83	2,7	103	3,4	1122	37,0	1726	56,9	3034
Montemor-o-Velho	102	1,7	125	2,1	2122	35,8	3586	60,4	5935
Mortágua	25	1,1	35	1,6	706	31,5	1476	65,8	2242
Oliveira do Hospital	109	2,3	96	2,0	1666	35,2	2864	60,5	4735
Pampilhosa da Serra	9	0,7	17	1,3	276	21,4	987	76,6	1289
Penacova	72	1,9	57	1,5	1346	35,8	2284	60,8	3759
Penela	30	2,1	14	1,0	399	27,8	994	69,2	1437
Soure	76	1,5	69	1,4	1557	30,9	3339	66,2	5041
Tábua	90	3,0	70	2,4	1005	33,8	1804	60,8	2969
Vila Nova de Poiares	56	3,4	32	2,0	626	38,3	921	56,3	1635
Região de Coimbra	**2136**	**2,2**	**2073**	**2,2**	**34266**	**35,7**	**57526**	**59,9**	**96001**
Região Centro	**11407**	**2,5**	**10650**	**2,3**	**163349**	**35,4**	**275927**	**59,8**	**461333**
Continente	**49302**	**2,9**	**46073**	**2,7**	**662065**	**38,6**	**957705**	**55,8**	**1715145**

Fonte: INE, Censos 2011.



Fonte: INE, Censos 2011.

Figura 18 - Dificuldades da população residente da Região de Coimbra, segundo o tipo e o grau dificuldade, em 2011.

4.5. Projeções da população residente: principais tendências nas próximas décadas (2021 e 2031)

Uma vez que o presente relatório se apresenta enquanto documento estratégico do plano de ação, tendo como principal objetivo o reforço do sucesso escolar, é importante que se analise a evolução futura da população em termos de quantitativos e composição.

Tendo em atenção as dinâmicas populacionais descritas e as principais implicações do ponto de vista da organização das infraestruturas e das atividades no território importa, no quadro dos objetivos desta análise, tentar enquadrar as tendências de evolução no horizonte temporal das próximas duas décadas. Utilizou-se o método das componentes por coortes como metodologia de base para uma análise mais detalhada (por grupos de idades). Os resultados da aplicação deste método a populações particulares dão informações sobre o volume e a composição (segundo o sexo e as idades) da população em momentos futuros, não tendo em atenção acontecimentos de natureza excecional (catástrofes, guerras, epidemias, etc.). Os resultados projetados para o futuro traduzem não só a composição da população no presente, como têm que ser interpretados a partir das hipóteses assumidas sobre a evolução, ao longo do período prospetivo, dos comportamentos demográficos (mortalidade, fecundidade e movimentos migratórios). O momento de partida utilizado foi a data do último recenseamento (21 de Março de 2011), projetando-se sucessivamente para períodos de 5 anos até 2031.

4.5.1. Projeções da população residente

A análise dos resultados indica a diminuição da população no território da Região de Coimbra nas próximas duas décadas (Quadro 11 e Figura 19). Em termos globais estima-se que a Região de Coimbra perca cerca de 23875 habitantes entre 2011 e 2021 (-5,2%). Tendo por referência um horizonte temporal mais longo, estima-se que entre 2011 e 2031, a região perca 12,7% dos seus quantitativos populacionais (-58603 habitantes).

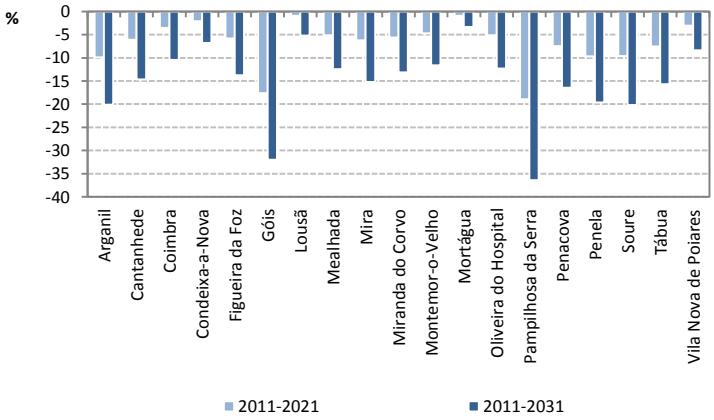
Numa referência à provável evolução da população entre 2011-2021, o cenário traçado dá conta de uma evolução muito desfavorável prevista para a globalidade dos concelhos que integram a região. Ainda assim, importa realçar os territórios que registarão maiores perdas, e que em grande medida correspondem a concelhos que têm vindo a perder elevados quantitativos de algumas décadas a esta parte. Considerando este horizonte temporal, estima-se que os concelhos já identificados como estando em posição desfavorável, continuem a perder população, como é o caso da Pampilhosa da Serra (-18,9%), Góis (17,6%) e Arganil (9,9%).

Quadro 11 - População residente, sobreviventes e variação populacional por concelho, entre 2011 e 2031.

Unidade territorial	2011	2016	2021	2026	2031	2011-2021		2011-2031	
						Nº	%	Nº	%
Arganil	12145	11557	10946	10317	9704	-1199	-9,9	-2441	-20,1
Cantanhede	36595	35658	34364	32838	31223	-2231	-6,1	-5372	-14,7
Coimbra	143396	141579	138342	133861	128373	-5054	-3,5	-15023	-10,5
Condeixa-a-Nova	17078	17008	16723	16333	15921	-355	-2,1	-1157	-6,8
Figueira da Foz	62125	60579	58526	56152	53596	-3599	-5,8	-8529	-13,7
Góis	4260	3872	3508	3184	2896	-752	-17,6	-1364	-32,0
Lousã	17604	17633	17436	17103	16694	-168	-1,0	-910	-5,2
Mealhada	20428	20005	19383	18649	17878	-1045	-5,1	-2550	-12,5
Mira	12465	12130	11688	11157	10566	-777	-6,2	-1899	-15,2
Miranda do Corvo	13098	12782	12362	11888	11376	-736	-5,6	-1722	-13,1
Montemor-o-Velho	26171	25668	24934	24070	23124	-1237	-4,7	-3047	-11,6
Mortágua	9607	9585	9517	9412	9287	-90	-0,9	-320	-3,3
Oliveira do Hospital	20855	20442	19780	19046	18284	-1075	-5,2	-2571	-12,3
Pampilhosa da Serra	4481	4058	3632	3222	2851	-849	-18,9	-1630	-36,4
Penacova	15251	14733	14109	13444	12741	-1142	-7,5	-2510	-16,5
Penela	5983	5706	5403	5094	4809	-580	-9,7	-1174	-19,6
Soure	19245	18366	17390	16381	15362	-1855	-9,6	-3883	-20,2
Tábua	12071	11638	11162	10677	10177	-909	-7,5	-1894	-15,7
Vila Nova de Poiares	7281	7205	7058	6876	6672	-223	-3,1	-609	-8,4
Região de Coimbra	**460139**	**450205**	**436264**	**419702**	**401536**	**-23875**	**-5,2**	**-58603**	**-12,7**

Fonte: INE, Censos 2011.

Importa também realçar que mesmo os concelhos que na última década apresentaram um aumento do número de população, irão perdê-la num futuro próximo, em virtude da sistemática quebra nos nascimentos, aumento do envelhecimento e situações relacionadas com a crise económica e emigração. Deste modo, projeta-se para os concelhos da Lousã, Condeixa-a-Nova, Vila Nova de Poiares, Montemor-o-Velho e Miranda do Corvo quebras na ordem dos -1,0%, -2,1%, -3,1%, -4,7% e -5,6%, correspondendo a -168, -355, -223, -1237 e -736 habitantes, respetivamente.

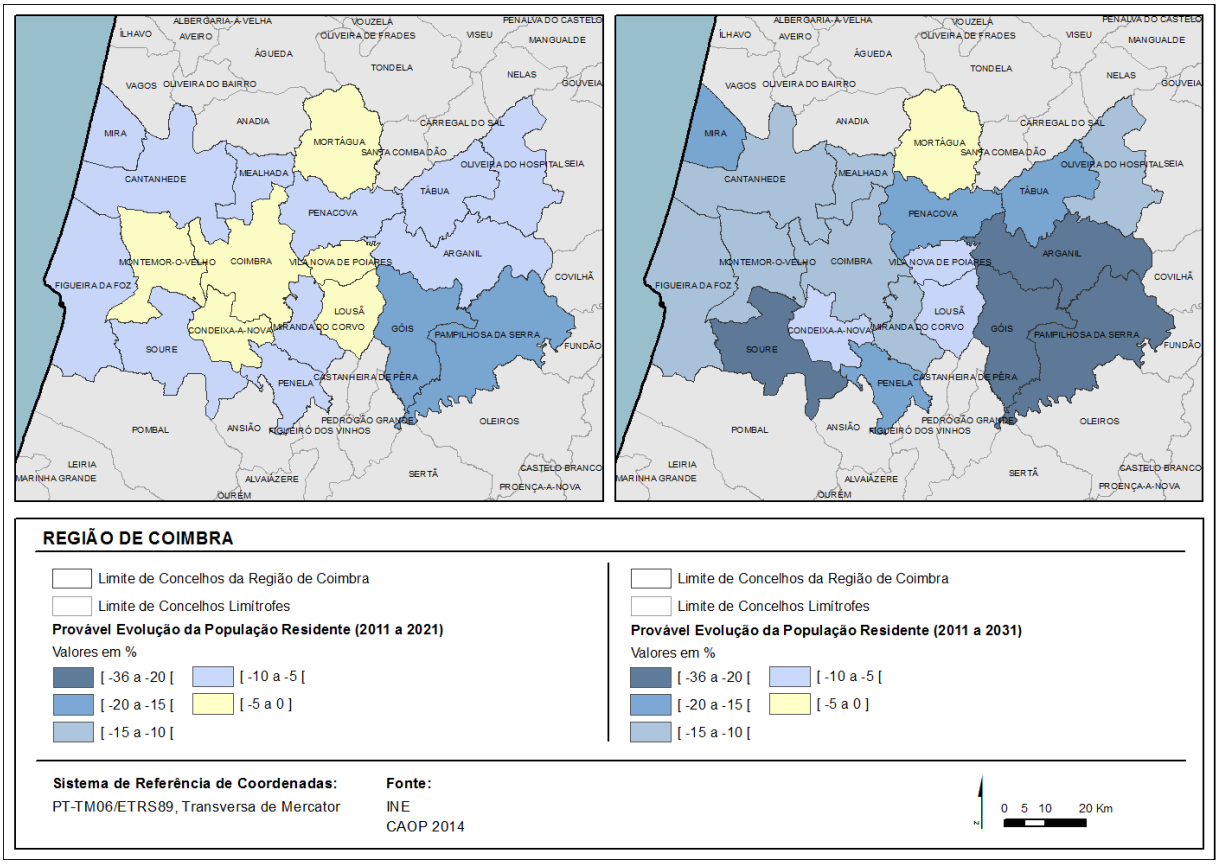


Fonte: INE, Censos 2011.

Figura 19 - Provável variação da população residente entre 2011 e 2021 e entre 2011 e 2031.

Uma nota adicional para os concelhos mais populosos da região (Coimbra, Figueira da Foz e Cantanhede), que perderão respetivamente 5054, 3599 e 2231 habitantes, correspondendo a -3,5%, -5,8% e -6,1%, respetivamente (Figura 20). Considerando um horizonte temporal mais alargado (2011-2031), ganha uma enorme expressividade as perdas que poderão ocorrer nos concelhos de

Pampilhosa da Serra (-36,4%), Góis (-32,0%), Soure (-20,2%) e Arganil (-20,1%). Por outro lado, para os concelhos de Mortágua, Condeixa-a-Nova e Vila Nova de Poiares projetam-se decréscimos menos expressivos, mas ainda assim com importância no contexto concelhio (-3,3%, -6,8% e -8,4%).



Fonte: INE, Censos 2011.

Figura 20 - Provável evolução da população residente entre 2011 e 2021, e entre 2011 e 2031.

4.5.2. Natalidade e fecundidade

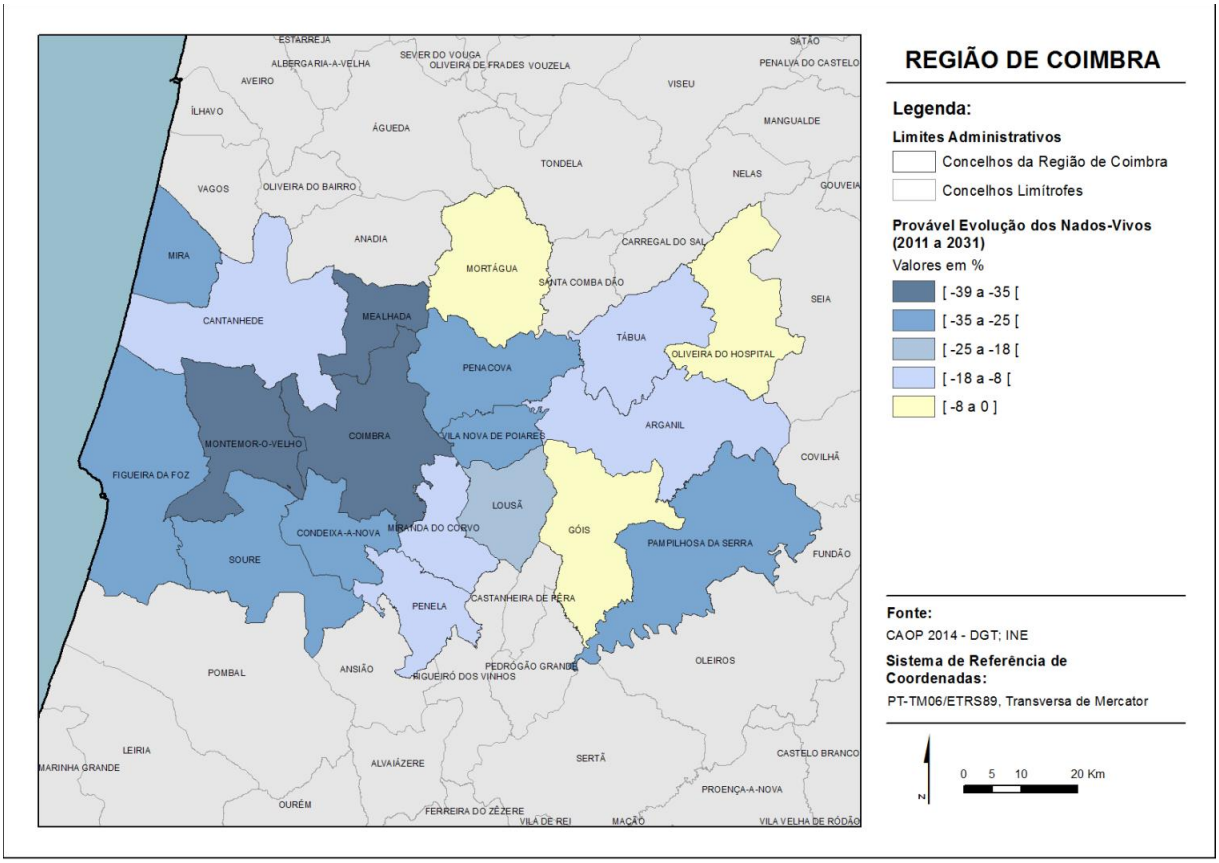
A consideração da dimensão dinâmica natural permite assim compreender uma parte da amplitude e complexidade das alterações demográficas. O entendimento do comportamento desta variável é fundamental para que se possa prospetivar quais serão os volumes de população para os diferentes escalões de idades, mesmo não se considerando o efeito resultante da presença de populações imigrantes e a diferente taxa de fecundidade. A evolução do número de sobreviventes por ano, para os diferentes concelhos, evidencia desde logo uma certa diminuição nos nascimentos projetados. Em termos globais, em 2011 nasceram 1343 crianças na Região de Coimbra, prevendo-se que no ano de 2021 ocorram 1136 nascimentos e no ano de 2031 apenas 966 nascimentos, ou seja uma diminuição de 377 nascimentos relativamente a 2011 (-28,0%).

Entre 2011 e 2021 prevê-se uma diminuição no número de nascimentos na quase totalidade dos concelhos da região (Quadro 12 e Figura 21), à exceção de alguns concelhos para os quais se calculam alguns acréscimos, ainda que na maior parte dos casos sejam valores residuais. Entre 2011 e 2031, sublinha-se os decréscimos previstos para Montemor-o-Velho (-39,1%), Mealhada (-37,6%), Coimbra (-36%) e Condeixa-a-Nova (-34,6%). Neste sentido, toda a gestão e reorganização da rede educativa deverá considerar estes valores, uma vez que as prospetivas do número de nados vivos revelam um quadro muito preocupante.

Quadro 12 - Provável evolução dos nados-vivos e variação entre 2011 e 2031.

Unidade territorial	2011	2016	2021	2026	2031	2011-2021		2011-2031	
						Nº	%	Nº	%
Arganil	72	77	73	69	65	1	1,3	-7	-10,3
Cantanhede	240	264	234	214	201	-6	-2,7	-39	-16,1
Coimbra	1218	1133	1009	876	779	-209	-17,2	-439	-36,0
Condeixa-a-Nova	180	161	128	115	118	-52	-28,8	-62	-34,6
Figueira da Foz	513	456	402	368	348	-111	-21,6	-165	-32,2
Góis	13	17	16	15	14	3	21,1	1	8,4
Lousã	167	164	140	129	125	-27	-16,0	-42	-24,9
Mealhada	180	152	131	118	112	-49	-27,2	-68	-37,6
Mira	98	98	87	79	71	-11	-11,3	-27	-27,4
Miranda do Corvo	81	80	72	70	67	-9	-10,6	-14	-16,9
Montemor-o-Velho	252	222	194	169	153	-58	-23,1	-99	-39,1
Mortágua	52	68	61	54	48	9	17,1	-4	-7,1
Oliveira do Hospital	147	185	155	148	139	8	5,5	-8	-5,7
Pampilhosa da Serra	15	16	14	13	11	-1	-4,3	-4	-25,6
Penacova	114	97	89	85	81	-25	-22,2	-33	-28,8
Penela	37	39	35	34	34	-2	-4,1	-3	-8,5
Soure	114	112	98	91	85	-16	-13,8	-29	-25,6
Tábua	72	77	72	70	66	0	0,1	-6	-8,2
Vila Nova de Poiares	73	60	53	50	49	-20	-27,5	-24	-33,0
Região de Coimbra	**3638**	**3477**	**3063**	**2767**	**2567**	**-575**	**-15,8**	**-1071**	**-29,4**

Fonte: INE, Censos 2011.



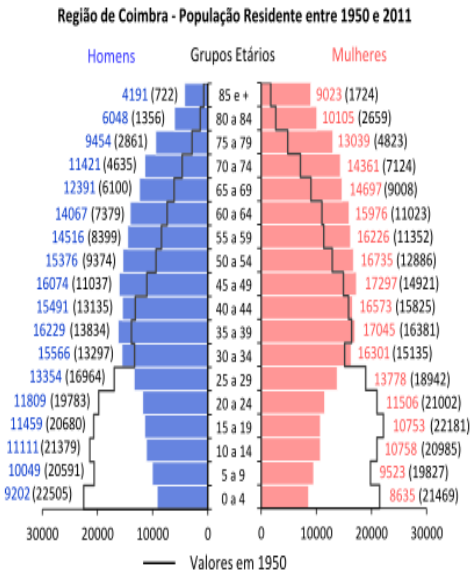
Fonte: INE, Censos 2011.

Figura 21 - Provável evolução dos nados-vivos entre 2011 e 2031.

4.5.3. Estrutura etária, envelhecimento e dependência

A análise da pirâmide etária da Região de Coimbra para o ano de 2011 reflete, comparativamente ao ano de 1950, uma forte tendência de envelhecimento da população, traduzida por um estreitamento da base e um alargamento do topo da pirâmide (Figura 22).

Se em 1950 este território apresentava uma pirâmide etária jovem, no ano de 2011 esta situação é totalmente invertida, passando-se a observar um maior número de idosos e um decréscimo muito expressivo de jovens e jovens adultos (até aos 29 anos). Quando se analisa a pirâmide que poderá ser o futuro da evolução da população residente neste território, a tendência para a diminuição do número de jovens e o aumento progressivo das classes etárias dos idosos assume contornos ainda mais dramáticos (Figura 23 e Figura 24). Deste modo, o perfil etário para o ano de 2011 e 2031 apresenta uma configuração em forma de urna (ainda mais expressiva no ano de 2031), estando considerados os valores correspondentes à população jovem na base e no topo a população idosa, situação esta que em 1950 ainda não se verificava, tornando a pirâmide etária com uma configuração tradicional.



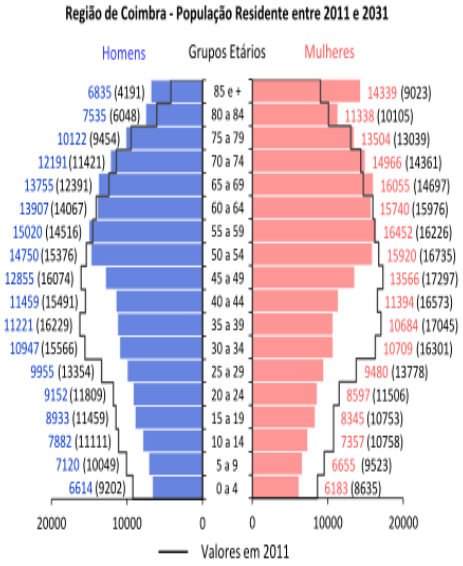


Figura 22 - Pirâmide etária da população residente entre 1950 e 2011..Figura 23 - Pirâmide etária da população residente entre 2011 e 2031.

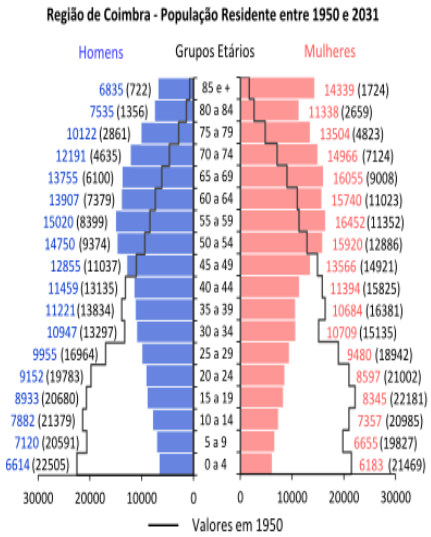
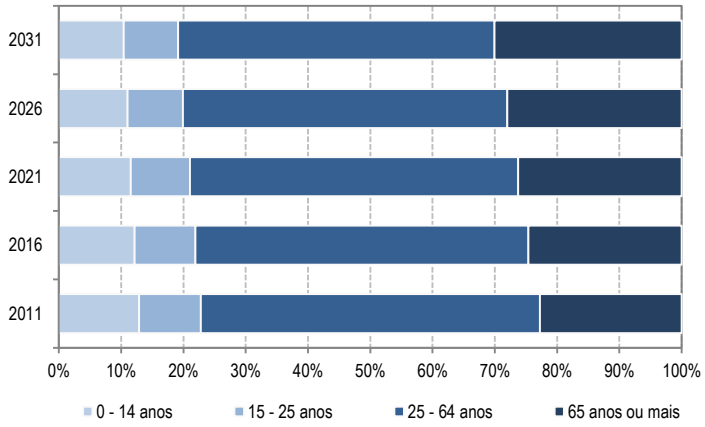


Figura 24 - Pirâmide etária da população residente entre 1950 e 2031.

Em termos da estrutura etária para os diferentes concelhos a tendência é a mesma: uma diminuição expressiva da população jovem e adulta e um aumento da população idosa (Figura 25). Para a Região de Coimbra prevê-se uma diminuição muito expressiva na classe dos 0-14 anos (de 12,9% em 2011 para 10,4% em 2031) e um aumento na classe dos 65 e mais anos (de 22,8% para 30%). Em virtude do decréscimo expectável de população residente nesta região, espera-se que as classes etárias dos 15 aos 24 anos e dos 25 aos 64 anos registem um decréscimo neste mesmo período (de 9,4% para 8,7% e de 54,5% para 50,8%). Tendo por referência o concelho mais populoso do território, estima-se para Coimbra uma diminuição de jovens dos 0 aos 14 anos entre 2011 e 2031 (de 12,4% para 10,3%) e um expressivo aumento dos idosos (de 20,1% para 29,8%).



Fonte: INE, Censos 2011.

Figura 25 - Provável distribuição população residente segundo os grandes grupos etários, na Região de Coimbra, entre 2011 e 2031.

Quadro 13 - Provável evolução do índice de envelhecimento, índice de dependência e estrutura etária entre 2011 e 2031.

Unidade territorial	Índice de envelhecimento (%)			Índice de dependência (%)			Estrutura etária (%)							
							0 - 14 anos		15 - 24 anos		25 - 64 anos		65 anos ou mais	
	2011	2021	2031	2011	2021	2031	2011	2031	2011	2031	2011	2031	2011	2031
Arganil	273,2	298,8	312,0	69,6	69,7	78,2	11,1	10,7	9,7	7,8	49,3	48,3	29,9	33,2
Cantanhede	193,5	244,4	292,3	60,7	64,8	68,3	12,9	10,3	9,6	8,8	52,6	50,6	24,9	30,2
Coimbra	162,3	215,9	289,0	48,2	57,9	67,0	12,4	10,3	10,5	8,6	57,0	51,3	20,1	29,8
Condeixa-a-Nova	119,5	152,1	220,6	53,9	54,5	57,1	16,0	11,3	8,7	10,6	56,2	53,0	19,0	25,0
Figueira da Foz	176,5	232,8	294,2	55,7	60,9	69,6	13,0	10,4	9,4	8,7	54,8	50,3	22,8	30,6
Góis	310,0	413,2	438,9	81,8	70,6	72,0	11,0	7,8	8,3	7,1	46,7	51,1	34,0	34,1
Lousã	114,2	154,8	214,9	50,9	54,4	59,0	15,8	11,8	10,2	10,2	56,1	52,7	17,9	25,3
Mealhada	154,3	202,0	279,0	53,9	55,7	61,6	13,9	10,1	10,0	9,2	55,0	52,7	21,2	28,1
Mira	202,8	239,4	275,6	60,6	68,7	71,5	12,5	11,1	9,9	9,2	52,4	49,2	25,2	30,6
Miranda do Corvo	155,0	242,6	317,9	55,0	52,9	62,7	14,0	9,2	10,7	7,8	53,8	53,7	21,5	29,3
Montemor-o-Velho	173,3	186,3	246,8	54,5	58,0	62,7	12,9	11,1	10,2	9,6	54,6	51,8	22,3	27,4
Mortágua	265,3	371,2	508,9	62,3	87,6	111,2	10,5	8,6	9,4	6,9	52,2	40,4	27,8	44,0
Oliveira do Hospital	182,3	211,6	245,3	60,4	62,9	71,4	13,4	12,1	10,5	9,1	51,9	49,2	24,3	29,6
Pampilhosa da Serra	591,0	693,4	700,8	97,7	98,9	102,1	7,2	6,3	6,7	5,6	43,9	43,9	42,2	44,2
Penacova	200,5	273,3	310,8	58,2	61,7	69,8	12,3	10,0	9,5	7,8	53,7	51,0	24,5	31,1
Penela	240,6	270,9	291,7	71,0	69,0	73,1	12,2	10,8	9,0	8,6	49,4	49,2	29,3	31,4
Soure	239,6	314,2	371,9	65,9	68,2	71,6	11,7	8,8	8,7	7,8	51,6	50,4	28,0	32,9
Tábua	187,5	255,7	295,7	63,7	61,2	67,7	13,6	10,2	10,4	8,2	50,6	51,5	25,4	30,2
Vila Nova de Poiares	136,6	186,1	238,1	54,9	55,4	61,9	15,1	11,3	10,1	9,2	54,4	52,6	20,4	26,9

Fonte: INE, Censos 2011.

Estes valores acabarão por traduzir um grande aumento dos índices de envelhecimento. Pampilhosa da Serra, Mortágua, Góis, Soure, Miranda do Corvo, Arganil e Penacova apresentarão valores superiores a 300% neste indicador, o que evidencia um cenário muito preocupante e que deverá motivar sérias reflexões no âmbito da oferta de equipamentos coletivos e de garantia de serviços aos

cidadãos do território. No caso de Coimbra, estima-se que em 2031 existam 289 idosos para cada 100 jovens, quando no ano de 2011 existiam 162 idosos para cada 100 jovens (Quadro 13 e Figura 26). Para o índice de dependência projetam-se acréscimos entre 2011 e 2031 em todos os concelhos, salientando-se uma vez mais a posição muito desfavorável dos concelhos de Pampilhosa da Serra, Mortágua, Arganil e Góis, e a posição mais favorável nos concelhos de Condeixa-a-Nova e Lousã (Figura 27).

Estamos, assim, em presença de um território de contrastes, não só físicos (sectores de montanha e sectores aplanados), mas também demográficos com consequências na forma como a região se tem vindo a organizar e que deve motivar a procura de soluções que permitam manter o sucesso escolar num território que tem vindo a perder população, nomeadamente jovem, e para o qual as tendências analisadas evidenciam um futuro dramático. As políticas a definir num horizonte temporal de carácter mais curto ou mais longo devem ser perspetivadas sempre no contexto das tendências detetadas, mas sem nunca se esquecer a necessidade de oferecer um ensino de qualidade que vise o combate ao insucesso escolar, permitindo um leque variado de oportunidades para todas as crianças e jovens.

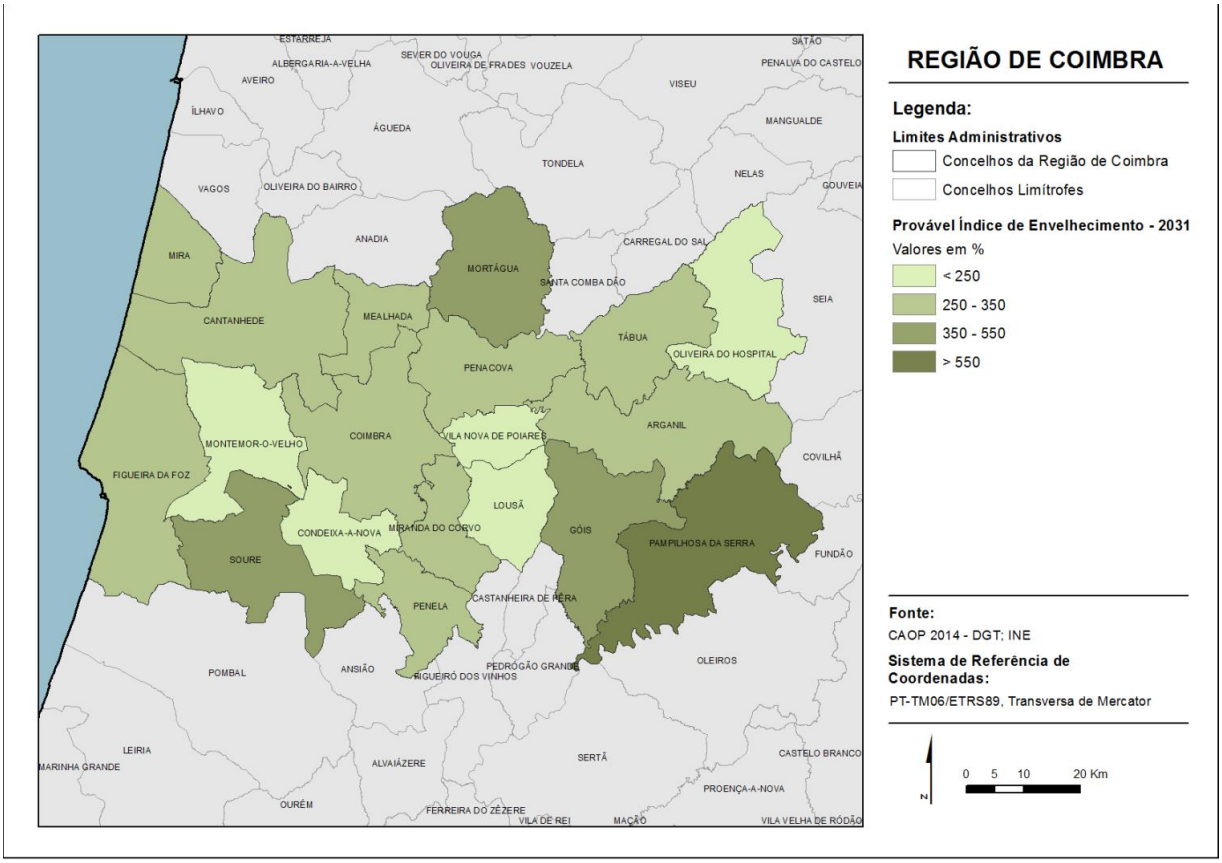


Figura 26 - Provável índice de envelhecimento, em 2031.

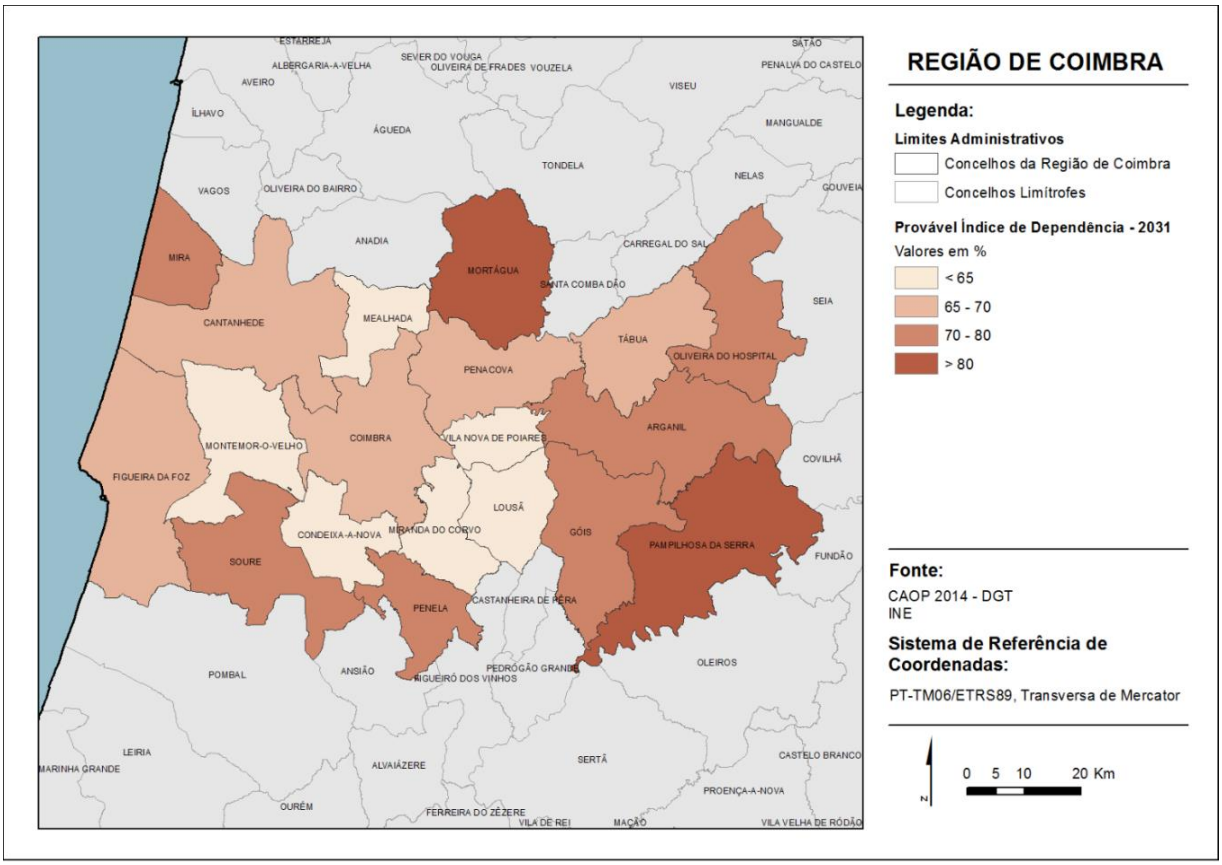


Figura 27 - Provável índice de dependência, em 2031.

5. SOCIOECONOMIA

A caracterização da população deve também avaliar as principais alterações da geografia das atividades económicas, assim como os elementos associados à componente social. As mudanças observadas na economia e na sociedade consideram aspetos relativos às variáveis que caracterizam quantitativamente e qualitativamente o local de habitação dos residentes, as famílias consideradas como a base fundamental de estruturação da sociedade no âmbito das mudanças que têm vindo a ocorrer nas décadas mais recentes e da abertura da sociedade analisada pela presença de indivíduos de outras nacionalidades. Por outro lado, são também analisadas as características das atividades económicas, vetor essencial para que se compreenda não apenas a produção e a forma de obtenção dos rendimentos, mas fundamentalmente os problemas associados à dinâmica atual da economia. É neste quadro que é feita uma análise mais detalhada dos principais aspetos dos meios de vida, destacando-se as situações mais problemáticas do ponto de vista social e da política de suporte que é necessário desenvolver. A dinâmica económica e social descrita tem tradução naturalmente no posicionamento que os territórios revelam em termos de nível de vida (poder de compra).

Com base na pesquisa realizada sobre o insucesso escolar e quais os fatores que o poderão condicionar, verificou-se que uma das causas poderá estar relacionada com as famílias e o meio social e cultural no qual os jovens estão inseridos. Nesse aspeto, e tendo por base os indicadores anteriormente mencionados pretende-se conhecer o território e as características socioeconómicas da população.

5.1. Nacionalidade da população residente

Considerando os 460 139 residentes na Região de Coimbra no ano de 2011 (Quadro 14), a quase totalidade (96,4%) apresentava nacionalidade portuguesa, sendo que apenas 8487 eram estrangeiros (1,8%) e cerca de 7936 indivíduos apresentavam dupla

nacionalidade (1,7%). Os valores de população estrangeira eram para a generalidade dos concelhos da região inferiores à média do Continente (3,5%) e da própria Região Centro (2,1%). Os concelhos de Tábua (3,3%), Vila Nova de Poiares (2,8%), Arganil (2,7%) e Lousã (2,6%) apresentavam um importante peso da população estrangeira na sua estrutura, relacionada com a procura destes territórios de matriz rural por parte de alguma população estrangeira para residir.

Fazendo referência aos 8487 residentes estrangeiros (Quadro 15), 46,2% eram provenientes do continente europeu (3920 indivíduos) e 28,5% eram provenientes do continente americano, correspondendo a 2420 indivíduos. Apresentando valores menos significativos, surgem os indivíduos oriundos de África (18,8%, correspondendo a 1593 habitantes) e os oriundos da Ásia (6,4%, correspondendo a 544 indivíduos).

Devido à ausência de dados estatísticos nesta temática, não é possível compreender qual a idade dos residentes estrangeiros na região, motivo pelo qual não se pode afirmar que estes dados são indicadores e influenciam o insucesso escolar. No entanto, e apesar disso, considera-se que a emigração poderá ser uma condicionante para um rendimento escolar mais baixo, uma vez que vários estudos mencionam o facto das crianças e jovens estarem num país com uma cultura diferente daquela do país de origem, assim como o facto da língua portuguesa não ser a língua materna, podendo existir alguma dificuldade no processo de aprendizagem.

Quadro 14 - População residente segundo a nacionalidade, em 2011.

Unidade territorial	Portuguesa		Estrangeira		Dupla nacionalidade		Apátrida		Total
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº
Arganil	11661	96,0	329	2,7	155	1,3	0	0,0	12145
Cantanhede	35062	95,8	468	1,3	1064	2,9	1	0,0	36595
Coimbra	137966	96,2	3038	2,1	2391	1,7	1	0,0	143396
Condeixa-a-Nova	16534	96,8	267	1,6	277	1,6	0	0,0	17078
Figueira da Foz	59758	96,2	1230	2,0	1135	1,8	2	0,0	62125
Góis	4138	97,1	98	2,3	24	0,6	0	0,0	4260
Lousã	16788	95,4	451	2,6	365	2,1	0	0,0	17604
Mealhada	19673	96,3	321	1,6	431	2,1	3	0,0	20428
Mira	11863	95,2	147	1,2	454	3,6	1	0,0	12465
Miranda do Corvo	12737	97,2	201	1,5	159	1,2	1	0,0	13098
Montemor-o-Velho	25717	98,3	244	0,9	210	0,8	0	0,0	26171
Mortágua	9241	96,2	205	2,1	161	1,7	0	0,0	9607
Oliveira do Hospital	20194	96,8	382	1,8	279	1,3	0	0,0	20855
Pampilhosa da Serra	4414	98,5	26	0,6	41	0,9	0	0,0	4481
Penacova	14862	97,4	114	0,7	274	1,8	1	0,0	15251
Penela	5778	96,6	149	2,5	56	0,9	0	0,0	5983
Soure	18828	97,8	211	1,1	204	1,1	2	0,0	19245
Tábua	11523	95,5	404	3,3	144	1,2	0	0,0	12071
Vila Nova de Poiares	6966	95,7	202	2,8	112	1,5	1	0,0	7281
Região de Coimbra	**443703**	**96,4**	**8487**	**1,8**	**7936**	**1,7**	**13**	**0,0**	**460139**
Região Centro	**2229634**	**95,8**	**48626**	**2,1**	**49424**	**2,1**	**71**	**0,0**	**2327755**
Continente	**9467840**	**94,2**	**352389**	**3,5**	**226853**	**2,3**	**539**	**0,0**	**10047621**

Fonte: INE, Censos 2011.

Quadro 15 - População residente estrangeira segundo o país de origem, em 2011.

Unidade territorial	Europa		África		América		Ásia		Oceânia		Total
	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º	%	N.º
Arganil	262	79,6	23	7,0	29	8,8	15	4,6	0	0,0	329
Cantanhede	186	39,7	55	11,8	208	44,4	18	3,8	1	0,2	468
Coimbra	931	30,6	846	27,8	995	32,8	262	8,6	4	0,1	3038
Condeixa-a-Nova	93	34,8	47	17,6	108	40,4	18	6,7	1	0,4	267
Figueira da Foz	499	40,6	149	12,1	501	40,7	80	6,5	1	0,1	1230
Góis	83	84,7	3	3,1	10	10,2	2	2,0	0	0,0	98
Lousã	261	57,9	119	26,4	47	10,4	23	5,1	1	0,2	451
Mealhada	167	52,0	53	16,5	86	26,8	14	4,4	1	0,3	321
Mira	64	43,5	9	6,1	63	42,9	11	7,5	0	0,0	147
Miranda do Corvo	111	55,2	40	19,9	36	17,9	14	7,0	0	0,0	201
Montemor-o-Velho	88	36,1	78	32,0	63	25,8	15	6,1	0	0,0	244
Mortágua	59	28,8	63	30,7	78	38,0	5	2,4	0	0,0	205
Oliveira do Hospital	289	75,7	29	7,6	40	10,5	24	6,3	0	0,0	382
Pampilhosa da Serra	17	65,4	2	7,7	4	15,4	3	11,5	0	0,0	26
Penacova	65	57,0	22	19,3	24	21,1	3	2,6	0	0,0	114
Penela	116	77,9	9	6,0	12	8,1	12	8,1	0	0,0	149
Soure	151	71,6	16	7,6	37	17,5	7	3,3	0	0,0	211
Tábua	343	84,9	18	4,5	32	7,9	10	2,5	1	0,2	404
Vila Nova de Poiares	135	66,8	12	5,9	47	23,3	8	4,0	0	0,0	202
Região de Coimbra	**3920**	**46,2**	**1593**	**18,8**	**2420**	**28,5**	**544**	**6,4**	**10**	**0,1**	**8487**
Região Centro	**23329**	**48,0**	**6375**	**13,1**	**15907**	**32,7**	**2935**	**6,0**	**79**	**0,2**	**48626**
Continente	**127800**	**36,3**	**95551**	**27,1**	**107692**	**30,6**	**20985**	**6,0**	**357**	**0,1**	**352389**

Fonte: INE, Censos 2011.

5.2. Famílias

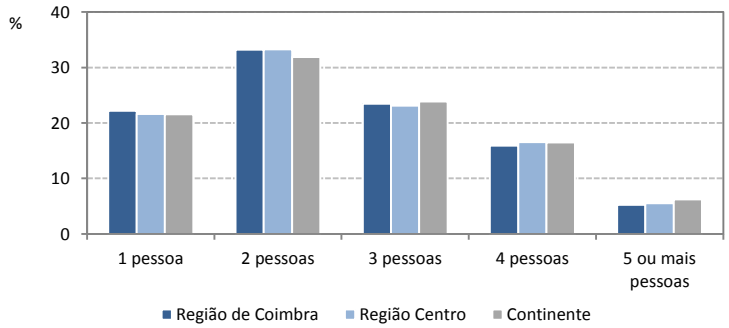
Relativamente ao tipo de famílias predominam as famílias clássicas, ou seja, o conjunto de pessoas que residem no mesmo alojamento, que têm relações de parentesco entre si e que ocupam a totalidade ou parte do alojamento. Efetivamente em 2011 existiam na Região de Coimbra cerca de 180 474 famílias clássicas, correspondendo a 99,9% do total, sendo que no mesmo ano existiam 268 famílias institucionais, ou seja, residentes num alojamento coletivo governados por uma entidade interior ou exterior ao grupo (correspondendo a 0,1%). De referir que entre 2001 e 2011 ocorreu um aumento de 62 famílias institucionais. Neste contexto, importa salientar que foi expressivo o crescimento do número de famílias clássicas em quase todos os concelhos, o que reflete uma tendência para a redução da dimensão média das famílias, alinhada com a tendência nacional (Quadro 16).

Numa referência ao número de pessoas existente nas famílias clássicas (Figura 28), verifica-se uma predominância de famílias constituídas por 2 pessoas (59 921 famílias em 2011, correspondendo a 33,2%), valores que são semelhantes na generalidade dos concelhos em análise, bem como na Região Centro e no país. As famílias clássicas constituídas por 3 elementos apresentam resultados com alguma expressividade (42 314 famílias, correspondendo a 23,4%). Por outro lado, as famílias com apenas 1 indivíduo correspondem a 22,2%, sendo este valor superior nos territórios que apresentam maiores níveis de envelhecimento. As famílias constituídas por 4 elementos apresentam para os concelhos em análise percentagens que rondam os 15%, sendo superior nos concelhos de Condeixa-a-Nova e Miranda do Corvo (18,8% e 18,4%). Por último, as famílias com 5 ou mais elementos correspondem a 5,3% do total, sendo este valor superior nos concelhos de Tábua (7,4%), Mira (7,0%) e Cantanhede (6,9%).

Quadro 16 - Tipologia das famílias, em 2001 e 2011.

Unidade territorial	Famílias Clássicas				Famílias Institucionais				Total	
	2001		2011		2001		2011		2001	2011
	Nº	%	Nº	%	Nº	%	Nº	%		
Arganil	5143	99,9	4984	99,9	4	0,1	7	0,1	5147	4991
Cantanhede	12767	99,9	13811	99,9	12	0,1	16	0,1	12779	13827
Coimbra	55402	99,9	58101	99,8	76	0,1	93	0,2	55478	58194
Condeixa-a-Nova	5427	99,9	6266	99,9	7	0,1	9	0,1	5434	6275
Figueira da Foz	22596	99,9	24448	99,9	27	0,1	32	0,1	22623	24480
Góis	1934	99,8	1787	99,7	4	0,2	5	0,3	1938	1792
Lousã	5682	99,9	6879	99,9	7	0,1	9	0,1	5689	6888
Mealhada	7271	99,9	7742	99,9	5	0,1	7	0,1	7276	7749
Mira	4415	99,9	4721	99,9	4	0,1	7	0,1	4419	4728
Miranda do Corvo	4668	99,8	4887	99,8	10	0,2	10	0,2	4678	4897
Montemor-o-Velho	8941	99,9	9873	99,9	7	0,1	8	0,1	8948	9881
Mortágua	3736	99,9	3773	99,9	2	0,1	4	0,1	3738	3777
Oliveira do Hospital	8015	99,9	7980	99,8	8	0,1	13	0,2	8023	7993
Pampilhosa da Serra	2228	99,7	2029	99,7	6	0,3	6	0,3	2234	2035
Penacova	5732	99,9	5841	99,9	6	0,1	8	0,1	5738	5849
Penela	2515	99,9	2361	99,6	3	0,1	9	0,4	2518	2370
Soure	7925	99,9	7686	99,8	9	0,1	13	0,2	7934	7699
Tábua	4473	99,9	4554	99,9	5	0,1	6	0,1	4478	4560
Vila Nova de Poiares	2440	99,8	2751	99,8	4	0,2	6	0,2	2444	2757
Região de Coimbra	**171310**	**99,9**	**180474**	**99,9**	**206**	**0,1**	**268**	**0,1**	**171516**	**180742**
Região Centro	**851198**	**99,9**	**904770**	**99,8**	**1021**	**0,1**	**1477**	**0,2**	**852219**	**906247**
Continente	**3512522**	**99,9**	**3869188**	**99,9**	**3661**	**0,1**	**4578**	**0,1**	**3516183**	**3873766**

Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011.



Fonte: INE, Censos 2011.

Figura 28 - Famílias clássicas segundo a sua dimensão, em 2011.

Alguns indicadores genéricos relacionados com as famílias, dão conta de um aumento expressivo de famílias clássicas fundamentalmente nos concelhos da Lousã (21,1%), Condeixa-a-Nova (15,5%) e Vila Nova de Poiares (12,7%), o que se associa ao aumento populacional verificado na última década nestes territórios (Quadro 17). As famílias de dimensão mais reduzida apresentam valores mais expressivos nos concelhos de menor dimensão populacional e de maior envelhecimento demográfico. Por outro lado, os concelhos mais jovens e com maior dinamismo demográfico acabam por apresentar um maior número de famílias com dimensão mais alargada.

Quadro 17 - Indicadores das famílias, em 2011.

Unidade territorial	Famílias Clássicas			Núcleos familiares	
	Taxa de variação (2001-2011) (%)	Indivíduos na família		Proporção de casais com filhos (%)	Proporção de núcleos monoparentais (%)
		Com 1 ou 2 indivíduos (%)	Com 5 ou + indivíduos (%)		
Arganil	-3,1	61,2	4,9	47,7	11,2
Cantanhede	8,2	52,9	6,9	54,5	11,8
Coimbra	4,9	57,7	4,8	56,0	15,3
Condeixa-a-Nova	15,5	49,0	4,8	60,6	11,4
Figueira da Foz	8,2	55,7	5,4	54,4	14,2
Góis	-7,6	64,2	3,5	45,9	11,5
Lousã	21,1	53,0	4,7	58,4	12,2
Mealhada	6,5	50,8	5,7	57,0	12,6
Mira	6,9	53,2	7,0	53,5	12,8
Miranda do Corvo	4,7	51,3	4,9	58,8	11,4
Montemor-o-Velho	10,4	50,9	5,8	56,0	10,0
Mortágua	1,0	56,6	5,7	51,0	11,1
Oliveira do Hospital	-0,4	53,7	5,5	55,5	9,9
Pampilhosa da Serra	-8,9	74,6	3,2	34,8	9,2
Penacova	1,9	52,5	4,5	54,9	9,8
Penela	-6,1	57,9	4,8	54,2	11,4
Soure	-3,0	56,9	4,3	52,0	10,1
Tábua	1,8	53,7	7,4	53,7	9,8
Vila Nova de Poiares	12,7	52,3	5,5	59,5	11,4
Região de Coimbra	**5,3**	**55,4**	**5,3**	**53,6**	**11,4**
Região Centro	**6,8**	**54,9**	**5,5**	**55,8**	**12,6**
Continente	**10,4**	**53,4**	**6,2**	**58,4**	**14,8**

Fonte: INE, Censos 2011.

Uma última nota para a proporção de casais com filhos que na Região de Coimbra apresenta um valor mais baixo (53,6%), tendo por comparação a Região Centro (55,8%) e o Continente (58,4%). Ao nível dos concelhos que integram a Região de Coimbra, Condeixa-a-Nova (60,6%), Vila Nova de Poiares (59,5%) e Miranda do Corvo (58,8%) apresentam uma posição muito favorável, com valores que ultrapassam a média do Continente. Relativamente à proporção de núcleos monoparentais, a Região de Coimbra (11,4%) apresenta um valor inferior ao da Região Centro e do Continente, sendo que apenas o concelho de Coimbra (15,3%), assume um valor superior à média do Continente (14,8%).

5.3. Habitação

O dinamismo deste território no que respeita ao aumento do número de edifícios e de alojamentos familiares clássicos reflete-se em variações de cerca de 12,5% e 15,6%, respetivamente, ao longo do período 2001-2011 (Quadro 18). Esta intensidade de crescimento foi superior ao observado em termos nacionais no caso dos edifícios (11,9%) e inferior no caso dos alojamentos (16,3%). Os concelhos de Penela, Coimbra, Mortágua e Lousã apresentaram um crescimento muito expressivo de edifícios em termos percentuais (23,4%, 18,8%, 17,8% e 17,2%, respetivamente).

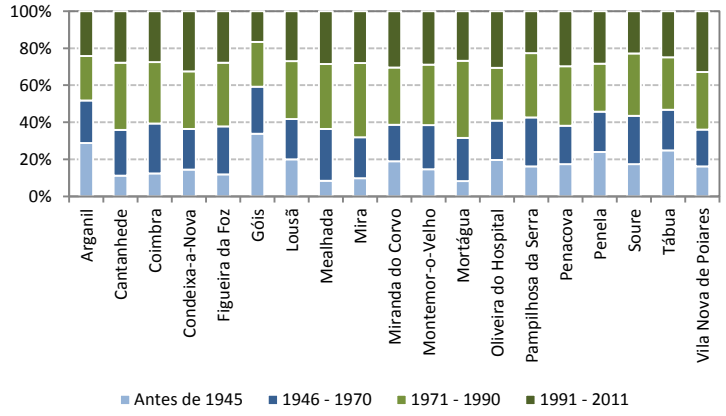
Quadro 18 - Variação do número de edifícios e alojamentos entre 2001 e 2011.

Unidade territorial	Edifícios			Alojamentos		
	2001	2011	var. 01-11 (%)	2001	2011	var. 01-11 (%)
Arganil	9174	10075	9,8	9937	10937	10,1
Cantanhede	16754	18695	11,6	18111	20569	13,6
Coimbra	35807	40641	13,5	68501	79455	16,0
Condeixa-a-Nova	5588	6637	18,8	6724	8498	26,4
Figueira da Foz	22687	24893	9,7	37856	43300	14,4
Góis	4252	4934	16,0	4421	5176	17,1
Lousã	6199	7268	17,2	8363	10587	26,6
Mealhada	7361	8434	14,6	8560	10169	18,8
Mira	6150	7003	13,9	7516	8628	14,8
Miranda do Corvo	5328	6201	16,4	6291	7380	17,3
Montemor-o-Velho	10051	11697	16,4	10604	13225	24,7
Mortágua	4706	5542	17,8	5035	6019	19,5
Oliveira do Hospital	10819	11726	8,4	12565	13715	9,2
Pampilhosa da Serra	5202	5455	4,9	5375	5681	5,7
Penacova	7266	7876	8,4	7578	8357	10,3
Penela	3688	4551	23,4	3828	4711	23,1
Soure	9686	10697	10,4	10543	11745	11,4
Tábua	7249	7856	8,4	7902	8743	10,6
Vila Nova de Poiares	3438	3926	14,2	3775	4564	20,9
Região de Coimbra	**181405**	**204107**	**12,5**	**243485**	**281459**	**15,6**
Região Centro	**992321**	**1111952**	**12,1**	**1248486**	**1443886**	**15,7**
Continente	**2997659**	**3353610**	**11,9**	**4832537**	**5621098**	**16,3**

Fonte: INE, Censos 2001 e 2011.

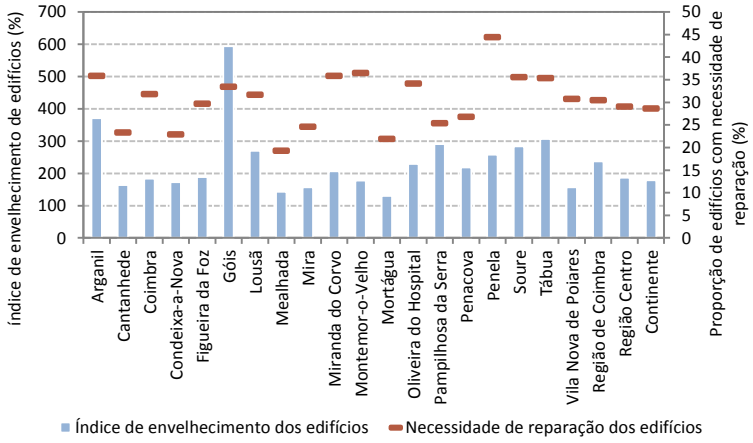
A Região de Coimbra apresenta um parque habitacional relativamente jovem: cerca de 60% dos edifícios foram construídos nos últimos 40 anos, sendo um valor semelhante à média nacional e da Região Centro. Os concelhos de Vila Nova de Poiares, Condeixa-a-Nova, Oliveira do Hospital e Miranda do Corvo apresentam um parque habitacional jovem, sendo que 32,8%, 32,5%, 30,5% e 30,5% dos edifícios foram construídos ou reconstruídos entre 1991 e 2011 (Figura 29). Paralelamente, o índice de envelhecimento dos edifícios (calculado sob a fórmula: edifícios construídos até 1960/edifícios construídos após 2001)*100) é muito expressivo nos concelhos de Góis (593,9%), Arganil (370,9%) e Tábua (306,2%), sendo que para a Região de Coimbra é de 237% e para o Continente assume um valor menos expressivo (178,4%) (Figura 30). Importa salientar que dos dezanove concelhos da Região de Coimbra, apenas sete apresentam um índice de envelhecimento de edifícios inferior à média do Continente (Mortágua, Mealhada, Vila Nova de Poiares, Mira, Cantanhede, Condeixa-a-Nova e Montemor-o-Velho).

A consideração dos edifícios segundo o seu estado de conservação deixa antever que a grande maioria dos edifícios não apresenta necessidade de reparação (69,7% na Região de Coimbra), valor inferior à média nacional e da Região Centro (70,9% e 71,4%). Em termos da análise global da Região de Coimbra, existem 3483 edifícios muito degradados (1,8%), 5691 necessitam de grandes reparações (2,9%), 13816 necessitam de reparações médias (7,1%) e 35673 edifícios carecem de pequenas reparações (18,4%). O estado de conservação dos edifícios não é diretamente um fator que influencia o sucesso escolar, até porque não se sabe a idade dos moradores, no entanto, e não querendo deixar de parte a população em situação de desfavorecimento, achou-se que estes dados deveriam ser tidos em consideração.



Fonte: INE, Censos 2011.

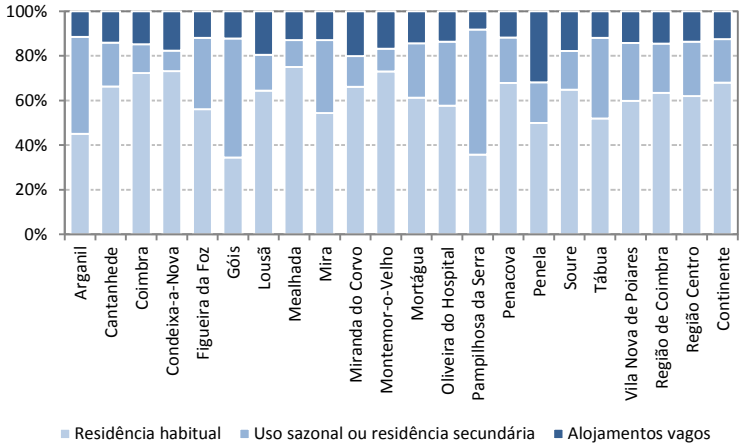
Figura 29 - Época de construção ou reconstrução dos edifícios.



Fonte: INE, Censos 2011.

Figura 30 - Edifícios segundo o índice de envelhecimento e a necessidade de reparação, em 2011.

A ocupação dos alojamentos familiares neste território destina-se, na sua grande maioria (cerca de 63,4%), a residência habitual dos habitantes, emergindo ainda uma parcela substancial do total (cerca de 22%) como residência secundária. Os alojamentos de uso sazonal ou residência secundária assumem uma maior representatividade nos concelhos de Pampilhosa da Serra (56,1%), Góis (53,2%) e Arganil (43,5%), em virtude dos processos de despovoamento e emigração destes territórios de vocação rural, e por outro lado, Mira (32,7%) e Figueira da Foz (31,9%), que manifestam uma procura de habitação associada a férias e lazer nestes territórios litorais. A parcela de alojamentos vazios cinge-se a cerca de 14,6% do total de alojamentos familiares na Região de Coimbra, sendo superior nos concelhos de Penela (31,8%), Miranda do Corvo (20,2%) e Lousã (19,6%), justificando-se que o aumento do edificado nestes territórios nem sempre foi acompanhado por uma procura que justificasse tal crescimento (Figura 31).



Fonte: INE, Censos 2011.

Figura 31 - Alojamentos familiares clássicos segundo a forma de ocupação, em 2011.

5.4. Condições de vida

Entre 2007 e 2013 ocorreu um aumento no número de pensionistas na Região de Coimbra (4%), sendo este crescimento inferior ao verificado quer para a Região Centro (5,1%), quer para o Continente (7,3%). A maioria dos concelhos registou um aumento de pensionistas, à exceção de Pampilhosa da Serra, Mealhada, Arganil, Penela e Soure. Nos concelhos de Coimbra, Miranda do Corvo e Figueira da Foz o aumento de pensionistas fixou-se nos 10,4%, 9,8% e 8%, respetivamente (Quadro 19). Em termos da distribuição do número de pensionistas segundo a tipologia, no ano de 2013, há um maior número por velhice na Região de Coimbra (67,4%), seguidamente por sobrevivência (23,7%) e finalmente por invalidez (8,9%). Relativamente à evolução dos pensionistas entre 2007 e 2013, ocorreu um decréscimo no número por invalidez (-18,4%), ao passo que ocorreu um acréscimo no número por velhice (8,4%) e por sobrevivência (3%).

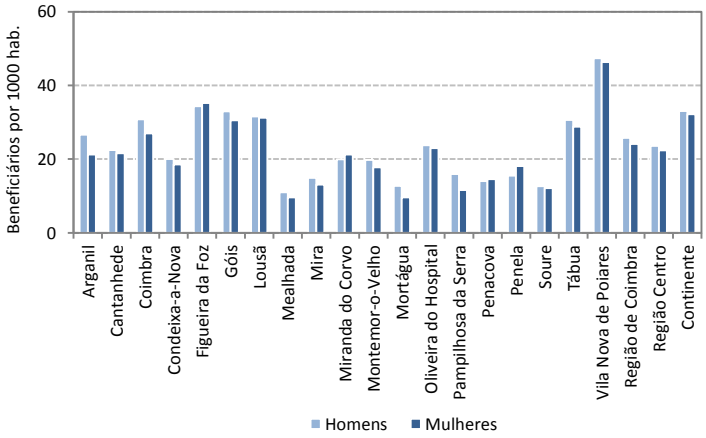
Quadro 19 - Pensionistas segundo o tipo, em 2007 e 2013.

Unidade territorial	Invalidez			Velhice			Sobrevivência			Total		
	2007	2013	var. (%)	2007	2013	var. (%)	2007	2013	var. (%)	2007	2013	var. (%)
Arganil	514	363	-29,4	3 601	3 499	-2,8	1 337	1 320	-1,3	5 452	5 182	-5,0
Cantanhede	1 221	1 004	-17,8	8 319	8 485	2,0	2 759	2 846	3,2	12 299	12 335	0,3
Coimbra	4 734	3 831	-19,1	23 536	27 907	18,6	8 463	8 816	4,2	36 733	40 554	10,4
Condeixa-a-Nova	686	555	-19,1	2 876	3 121	8,5	1 040	1 085	4,3	4 602	4 761	3,5
Figueira da Foz	1 953	1 686	-13,7	11 469	13 030	13,6	4 686	4 835	3,2	18 108	19 551	8,0
Góis	233	162	-30,5	1 376	1 341	-2,5	561	541	-3,6	2 170	2 044	-5,8
Lousã	795	666	-16,2	2 738	3 131	14,4	1 158	1 232	6,4	4 691	5 029	7,2
Mealhada	631	433	-31,4	5 170	4 899	-5,2	1 621	1 652	1,9	7 422	6 984	-5,9
Mira	382	310	-18,8	2 435	2 674	9,8	842	857	1,8	3 659	3 841	5,0
Miranda do Corvo	510	472	-7,5	2 414	2 760	14,3	949	1 019	7,4	3 873	4 251	9,8
Montemor-o-Velho	985	800	-18,8	5 384	5 558	3,2	1 971	1 986	0,8	8 340	8 344	0,0
Mortágua	269	234	-13,0	2 377	2 538	6,8	873	907	3,9	3 519	3 679	4,5
Oliveira do Hospital	822	733	-10,8	4 741	4 999	5,4	1 741	1 821	4,6	7 304	7 553	3,4
Pampilhosa da Serra	223	152	-31,8	1 556	1 390	-10,7	587	563	-4,1	2 366	2 105	-11,0
Penacova	601	464	-22,8	3 115	3 355	7,7	1 209	1 233	2,0	4 925	5 052	2,6
Penela	269	203	-24,5	1 638	1 578	-3,7	602	619	2,8	2 509	2 400	-4,3
Soure	744	609	-18,1	5 221	5 200	-0,4	1 924	1 984	3,1	7 889	7 793	-1,2
Tábua	421	350	-16,9	2 852	2 921	2,4	1 104	1 095	-0,8	4 377	4 366	-0,3
Vila Nova de Poiares	185	169	-8,6	1 194	1 327	11,1	543	574	5,7	1 922	2 070	7,7
Região de Coimbra	**16 178**	**13 196**	**-18,4**	**92 012**	**99 713**	**8,4**	**33 970**	**34 985**	**3,0**	**142 160**	**147 894**	**4,0**
Região Centro	**71 347**	**64 270**	**-9,9**	**464 586**	**501 734**	**8,0**	**175 119**	**181 539**	**3,7**	**711 052**	**747 543**	**5,1**
Continente	**293 497**	**251 095**	**-14,4**	**1 754 483**	**1 964 529**	**12,0**	**668 244**	**699 238**	**4,6**	**2 716 224**	**2 914 862**	**7,3**

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro 2007 e 2013.

No ano de 2013 existiam na Região de Coimbra, 11451 beneficiários de Rendimento Social de Inserção, tendo ocorrido uma diminuição deste valor entre 2007 e 2013 (-19,9%, correspondendo a -2851 indivíduos), diminuição esta acompanhada pelo decréscimo deste tipo de beneficiários na Região Centro (-10,5%) e no Continente (-6%). De salientar que, para o ano mais recente existem cerca de 24,9 beneficiários por mil habitantes na Região de Coimbra, sendo este valor superior no sexo masculino (25,8), comparativamente ao sexo feminino (24,1) (Figura 32). Os concelhos de Vila Nova de Poiares, Figueira da Foz e Góis apresentam valores muito elevados quer no caso dos homens (47,3; 34,3 e 33 beneficiários por 1000 habitantes), quer no caso das mulheres (46,4; 35,2 e 30,6). Estes dados podem condicionar o sucesso escolar das crianças e jovens, na medida em que uma das condicionantes para o insucesso escolar é o baixo capital social e cultural da família na qual a criança e/ou jovem está inserido.

Considerando os 23347 indivíduos que em 2013 recebiam o subsídio de desemprego na Região de Coimbra, cerca 52,5% eram do sexo masculino e 47,5% do sexo feminino. Os concelhos mais populosos de Coimbra, Figueira da Foz e Cantanhede contabilizam um maior número de beneficiários (7107, 3812 e 1685, respetivamente). Importa salientar que são os concelhos de Montemor-o-Velho e Figueira da Foz que registam um maior número de beneficiários por 1000 habitantes (63 e 61). Nos que diz respeito ao perfil etário deste tipo de beneficiários, 30,5% têm entre 30 a 39 anos e 24,7% têm 40 a 49 anos (Figura 32). Verifica-se uma percentagem bastante elevada de população beneficiária do subsídio de desemprego na Região de Coimbra em idade fértil, situação que poderá condicionar as condições de vida de algumas crianças e/ou jovens, nomeadamente no que respeita ao capital social e cultural, uma vez que os recursos económicos são mais escassos, o próprio estado emocional da família também poderá influenciar o rendimento escolar dos alunos.



Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro 2013.
Figura 32- Beneficiários de rendimento social de inserção, por 1000 habitantes, em 2013.

O quadro 20 mostra a estrutura, por sexos, dos beneficiários do rendimento social de inserção. Verifica-se que, em 2013, em todas as desagregações geográficas apresentadas, o número de beneficiários do RSI é cerca de metade homens e metade mulheres. Nos concelhos de Arganil, Mealhada, Mira, Montemor-o-Velho, Mortágua e Pampilhosa da Serra há um maior peso dos homens na estrutura dos beneficiários do RSI.

A leitura dos dados do rendimento social de inserção por idades revela uma enorme expressividade dos subsidiados com menos de 25 anos (39,3% na Região de Coimbra, a contrastar com os 45,3% no Continente). Esta realidade é partilhada por quase todos os concelhos, sendo de destacar o peso destes jovens beneficiários nos concelhos de Condeixa-a-Nova (45,7%), Tábua (43%), Vila Nova de Poiares (42,8%) e Figueira da Foz (42,1%). Em seguida, apresentando uma grande importância na estrutura de cada concelho, surgem os beneficiários com idades compreendidas entre os 40 a 54 anos. Destacam-se os concelhos de Mortágua (36,4%), Soure (32,8%) e Pampilhosa da Serra (31,1%), territórios onde esta faixa etária é dominante na estrutura dos beneficiários do RSI (Figura 33). Com

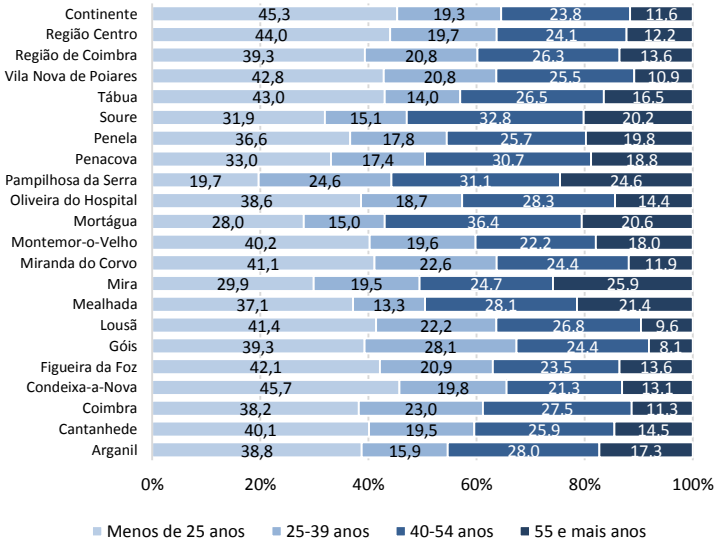
valores menos expressivos, surgem os indivíduos entre os 25 e 39 anos e com idades superiores a 55 anos (20,8% e 13,6% na Região de Coimbra).

Considerando os 23347 indivíduos que em 2013 recebiam o subsídio de desemprego na Região de Coimbra, cerca de 52,5% eram do sexo masculino e 47,5% do sexo feminino (Quadro 21). Apenas os concelhos de Cantanhede e Mira apresentam um maior peso dos beneficiários no sexo feminino (50,6% e 52,9%). No caso dos concelhos de Pampilhosa da Serra, Penacova, Arganil e Vila Nova de Poiares, os homens apresentam uma preponderância mais evidente, representando 67,4%, 59,9%, 56,6% e 55,8%, respetivamente.

Quadro 20 - Beneficiários de rendimento social de inserção, por sexo, em 2013.

Unidade territorial	Sexo				Total
	Homens		Mulheres		
	Nº	%	Nº	%	Nº
Arganil	154	53,3	135	46,7	289
Cantanhede	391	48,5	415	51,5	806
Coimbra	2 062	50,0	2 061	50,0	4 123
Condeixa-a-Nova	160	48,8	168	51,2	328
Figueira da Foz	1 009	46,7	1 153	53,3	2 162
Góis	66	48,9	69	51,1	135
Lousã	269	48,6	284	51,4	553
Mealhada	108	51,4	102	48,6	210
Mira	88	50,6	86	49,4	174
Miranda do Corvo	126	46,7	144	53,3	270
Montemor-o-Velho	249	50,8	241	49,2	490
Mortágua	59	55,1	48	44,9	107
Oliveira do Hospital	238	48,9	249	51,1	487
Pampilhosa da Serra	33	54,1	28	45,9	61
Penacova	101	46,3	117	53,7	218
Penela	44	43,6	57	56,4	101
Soure	116	48,7	122	51,3	238
Tábua	176	49,2	182	50,8	358
Vila Nova de Poiares	165	48,4	176	51,6	341
Região de Coimbra	**5 614**	**49,0**	**5 837**	**51,0**	**11 451**
Região Centro	**26 196**	**49,0**	**27 252**	**51,0**	**53 448**
Continente	**158 766**	**48,4**	**169 107**	**51,6**	**327 873**

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro 2013.



Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro 2013.

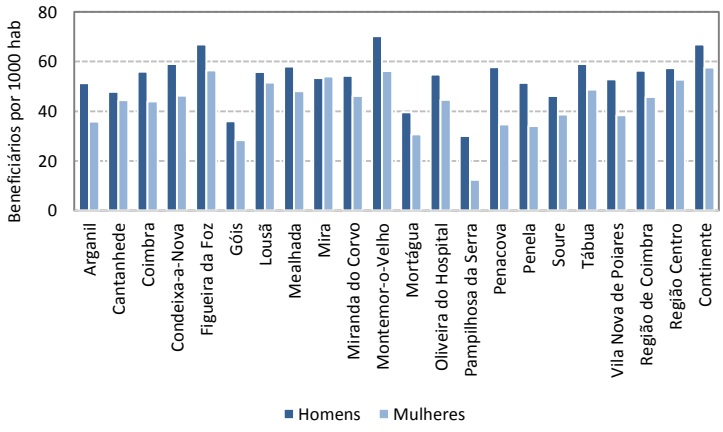
Figura 33 - Beneficiários de rendimento social de inserção, segundo o grupo etário, em 2013.

Quadro 21 - Beneficiários de subsídios de desemprego, segundo o sexo, em 2013.

Unidade territorial	Sexo				Total
	Homens		Mulheres		
	Nº	%	Nº	%	Nº
Arganil	297	56,6	228	43,4	525
Cantanhede	832	49,4	853	50,6	1 685
Coimbra	3 744	52,7	3 363	47,3	7 107
Condeixa-a-Nova	472	52,9	420	47,1	892
Figueira da Foz	1 963	51,5	1 849	48,5	3 812
Góis	72	52,9	64	47,1	136
Lousã	475	50,4	468	49,6	943
Mealhada	570	52,8	510	47,2	1 080
Mira	315	47,1	354	52,9	669
Miranda do Corvo	342	52,2	313	47,8	655
Montemor-o-Velho	885	53,8	761	46,2	1 646
Mortágua	183	54,5	153	45,5	336
Oliveira do Hospital	548	53,1	484	46,9	1 032
Pampilhosa da Serra	62	67,4	30	32,6	92
Penacova	416	59,9	279	40,1	695
Penela	146	57,7	107	42,3	253
Soure	423	52,1	389	47,9	812
Tábua	339	52,4	308	47,6	647
Vila Nova de Poiares	184	55,8	146	44,2	330
Região de Coimbra	**12 268**	**52,5**	**11 079**	**47,5**	**23 347**
Região Centro	**63 653**	**49,8**	**64 104**	**50,2**	**127 757**
Continente	**320 795**	**51,5**	**302 547**	**48,5**	**623 342**

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro 2013.

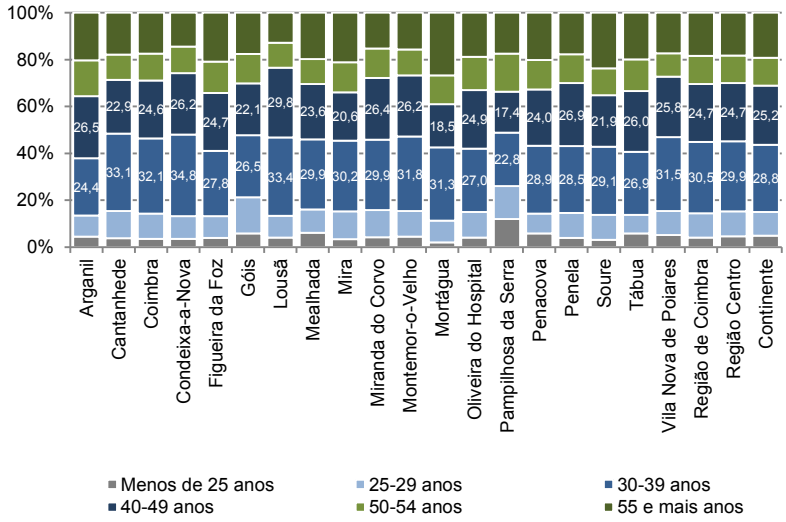
Os concelhos mais populosos de Coimbra, Figueira da Foz e Cantanhede contabilizam naturalmente um maior número de beneficiários em termos absolutos (7107, 3812 e 1685, respetivamente). Numa análise em termos relativos, importa salientar que são os concelhos de Montemor-o-Velho e Figueira da Foz que registam um maior número de beneficiários por 1000 habitantes (62,9 e 61,4). Os concelhos de Mira (53,7), Lousã (53,6) e Tábua (53,6) apresentam igualmente um elevado número de beneficiários por 1000 habitantes (Figura 34). Por outro lado, por serem concelhos de menor dinâmica populacional e económica, surgem os concelhos da Pampilhosa da Serra e Góis, com um menor peso dos beneficiários de desemprego sobre a população total (20,5 e 31,9 beneficiários por 1000 habitantes).



Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro 2013.

Figura 34 - Beneficiários do subsídio de desemprego, por 1000 habitantes, em 2013.

No ano de 2013 existiam na Região de Coimbra, 11451 beneficiários de Rendimento Social de Inserção, tendo ocorrido uma diminuição deste valor entre 2007 e 2013 (-19,9%, correspondendo a -2851 indivíduos), diminuição esta acompanhada pelo decréscimo deste tipo de beneficiários na Região Centro (-10,5%) e no Continente (-6%). De salientar que, para o ano mais recente existem cerca de 24,9 beneficiários por mil habitantes na Região de Coimbra, sendo este valor superior no sexo masculino (25,8), comparativamente ao sexo feminino (24,1) (Figura 32). Os concelhos de Vila Nova de Poiares, Figueira da Foz e Góis apresentam valores muito elevados quer no caso dos homens (47,3; 34,3 e 33 beneficiários por 1000 habitantes), quer no caso das mulheres (46,4; 35,2 e 30,6). Estes dados podem condicionar o sucesso escolar das crianças e jovens, na medida em que uma das condicionantes para o insucesso escolar é o baixo capital social e cultural da família na qual a criança e/ou jovem está inserido.

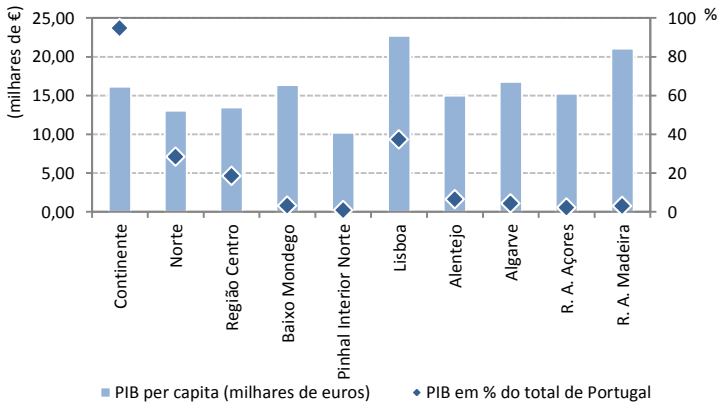


Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro 2013.

Figura 35 - Beneficiários de subsídios de desemprego, segundo o grupo etário, em 2013.

5.5. Nível de vida (Poder de compra)

O PIB *per capita* atingido pelas NUTSIII Baixo Mondego e Pinhal Interior Norte representa apenas 3,1% e 0,8% do total do país, sendo que em termos da Região Centro esse valor é de 18,5%, ficando esta região ultrapassada pela região Norte e pela região de Lisboa. Em termos absolutos, o PIB apresenta um total de 16,36 mil euros *per capita* para a sub-região do Baixo Mondego e 10,18 mil euros per capita para a sub-região do Pinhal Interior Norte (Figura 36).



Fonte: Eurostat 2010.

Figura 36 - PIB *per capita* e PIB em % do total do país, em 2010.

Numa referência ao poder de compra nos diferentes concelhos que integram a Região de Coimbra, os valores de 2000 a 2011 indicam um aumento deste indicador ao longo dos anos (Quadro 22 e Figura 37). Para o ano mais recente, são os concelhos de Coimbra, Figueira da Foz, Mealhada e Cantanhede que apresentam um maior poder de compra (131,7%, 96,5% 83,9% e 80,7%), sendo que Coimbra e Figueira da Foz superam os valores para a Região Centro (87,5%). Para o mesmo ano o poder de compra do Continente fixava-se nos 100,8%. Por outro lado, os concelhos de Pampilhosa da Serra, Penacova e Góis apresentam valores muito baixos de poder de compra (56,3%, 59,1% e 59,3%).

Quadro 22 - Indicador *per capita* entre 2000 e 2011.

Unidade territorial	2000	2005	2009	2011
	%			
Arganil	58,0	58,9	61,6	65,2
Cantanhede	63,0	71,2	73,5	80,7
Coimbra	137,0	137,6	144,9	131,7
Condeixa-a-Nova	71,8	82,3	78,5	80,5
Figueira da Foz	82,9	99,3	96,8	96,5
Góis	52,8	54,3	59,0	59,3
Lousã	72,0	81,2	72,3	80,1
Mealhada	69,5	76,8	75,4	83,9
Mira	54,2	71,0	66,5	73,6
Miranda do Corvo	59,0	65,9	59,8	64,0
Montemor-o-Velho	50,6	65,4	72,7	71,3
Mortágua	57,5	59,7	62,2	69,7
Oliveira do Hospital	62,7	63,1	64,6	70,1
Pampilhosa da Serra	46,8	55,8	55,6	56,3
Penacova	46,8	54,7	52,8	59,1
Penela	44,4	53,3	58,6	65,7
Soure	53,9	66,0	63,3	68,6
Tábua	52,2	55,9	60,1	63,7
Vila Nova de Poiares	72,9	67,9	63,2	68,9
Região Centro	**77,5**	**83,9**	**84,4**	**87,5**
Continente	**101,6**	**100,5**	**100,5**	**100,8**

Fonte: INE, Estudo sobre o poder de compra concelhio 2000, 2005, 2009 e 2011.

Sendo o indicador *per capita* na generalidade dos concelhos da Região de Coimbra inferior ao valor de referência (que se situa nos 100%), devemos refletir, quer sobre as características do desenvolvimento económico e social, quer também sobre as opções de política no quadro dos investimentos a realizar no futuro próximo. Tendo por base o campo de estudo deste documento, pode-se afirmar que o poder de compra das famílias não influência diretamente o insucesso escolar. O capital social e cultural das famílias poderá ser condição para que um aluno consiga atingir um bom desempenho escolar, no entanto entende-se por capital social e cultural o acesso a cultura, à participação em grupos sociais, a aproximação à cultura escolar/valorizada na escola e não propriamente aos recursos económicos.

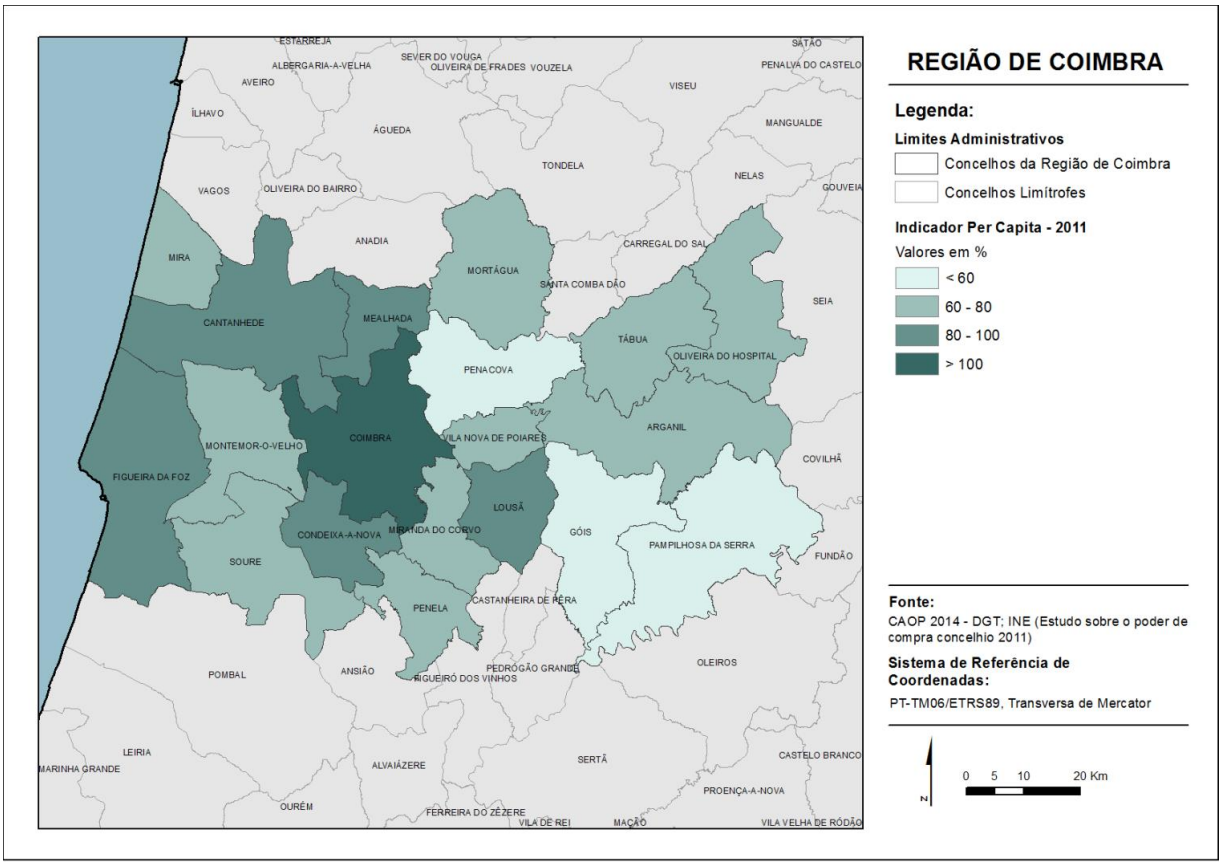


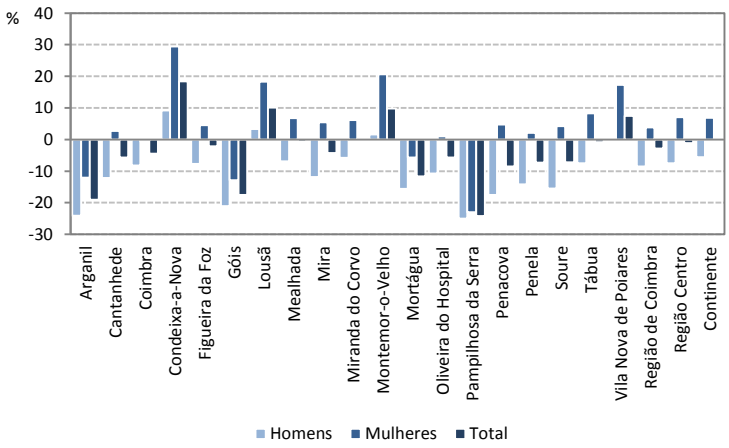
Figura 37 - Indicador *per capita* em 2011.

6. ESTRUTURA PRODUTIVA E DINÂMICA ECONÓMICA

6.1. População ativa e empregada

Considerando a estrutura e variação da população ativa para a Região de Coimbra, importa referir que, em 2011, a população ativa tem maior relevância nos homens (51,2%), em comparação com as mulheres (48,8%). Em 2001 a situação era idêntica (54,4% nos homens e 45,6% nas mulheres). Este cenário evidencia um aumento de 3,8% da população ativa feminina e um decréscimo de 8,5% do sexo masculino, à semelhança do ocorrido na Região Centro (-7,5% nos homens e um aumento de 7,1% nas mulheres) e no Continente (-5,6% nos homens e um aumento de 6,9% nas mulheres) (Figura 38).

Tendo em conta os valores totais, ocorreu neste território um decréscimo da população ativa (-2,9%), situação de decréscimo que foi acompanhada com grande expressividade pelos concelhos de Pampilhosa da Serra (-24,2%), Arganil (-19,1%), Góis (-17,5%). Por outro lado, houve um acréscimo relevante da população ativa em Condeixa-a-Nova (18,4%) e Montemor-o-Velho (9,8%).



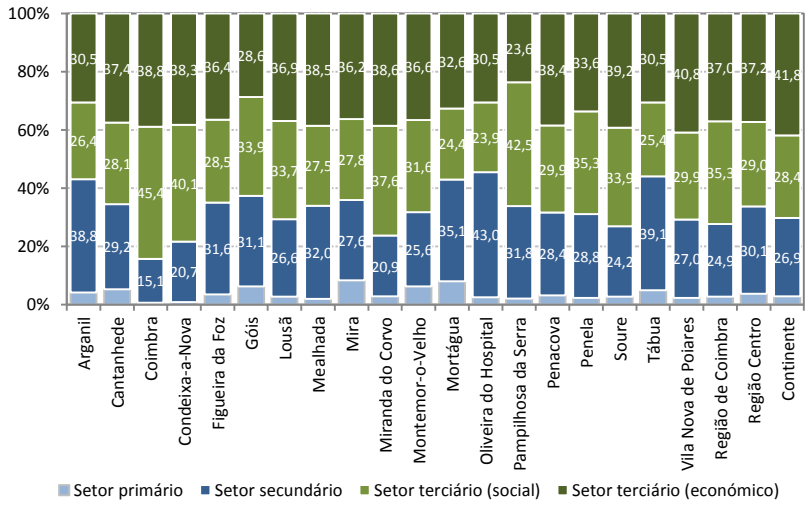
Fonte: INE, Censos 2001 e 2011.

Figura 38 - Variação da população ativa, por sexo, entre 2001 e 2011.

Numa referência à população empregada segundo o sector de atividade nos concelhos que integram a Região de Coimbra, os valores recentes de 2001 e 2011 indicam uma diminuição acentuada referente ao emprego no sector primário (de 5,4% para 2,8%), um decréscimo do emprego no sector secundário (de 31,5% para 24,9%) e um reforço da relevância do emprego no sector terciário (de 63,0% para 72,3%), acompanhando a tendência observada a nível da Região Centro e do Continente

Em relação ao sector primário, e tendo por referência o ano de 2011, são os concelhos de Mira (8,3%), Mortágua (8,0%), Góis (6,3%) e Montemor-o-Velho (6,3%), que apresentam uma maior expressão neste sector. Relativamente ao sector secundário, importa aqui destacar o decréscimo visível em todos os concelhos entre 2001 e 2011, a par do que se tem vindo a observar em termos da Região Centro e do nacional. São os concelhos de Oliveira do Hospital (43%) Tábua (39,1%) e Arganil (38,8%) que assumem uma grande importância deste sector na sua estrutura produtiva. Por último, o sector terciário tem vindo a crescer de importância na estrutura do emprego em todas as unidades territoriais, sendo que os concelhos de Coimbra, Condeixa-a-Nova e Miranda do Corvo totalizam cerca de 84,3%, 84,3% e 76,2% dos empregados neste sector. Numa leitura à subdivisão do sector terciário, nas vertentes económico e social, importa destacar o aumento da importância da vertente social em todos os concelhos em análise, ainda que o sector terciário económico seja aquele que apresenta um maior peso no número de empregados (Figura 39). Partindo do pressuposto que a população integra um determinado sector de atividade com base nas suas qualificações, e tendo por base a literatura, existe uma tendência para que por ordem decrescente as taxas de insucesso sejam mais expressivas nos filhos dos trabalhadores agrícolas, operários, empregados dos serviços, patrões, quadros médios e, por último, os filhos dos quadros superiores e profissões liberais. Há variações de acordo com a tipologia criada, mas invariavelmente a tendência é esta (Martins, 1993). Estes dados devem-se essencialmente à valorização da escola por parte das famílias e ao capital social e cultural.

Deste modo, podemos dizer que os concelhos cujo sector primário tem maior predominância, poderão ter tendência para registar uma taxa de insucesso escolar superior, estes são Mira, Mortágua, Góis e Montemor-o-Velho, porém, importa referir que apesar de serem os territórios onde o sector apresenta maior expressividade, as suas taxas variam entre os 8,3% e os 6,3%, demonstrando que o número de população a trabalhar no sector não é muito significativa. Por sua vez, os concelhos com uma maior expressão no sector terciário, aquela que à partida tem um maior capital cultural social e por esse motivo presta um maior acompanhamento na escolarização das crianças, são Coimbra, Condeixa-a-Nova e Miranda do Corvo, cujas taxas variam entre os 84,3% e os 76,2%. Apesar de se verificar valores bastante elevados de população inserida neste sector, não nos podemos esquecer das freguesias mais rurais inseridas nestes territórios, cujos valores não são tão expressivos e que continuam a ter muitas famílias que se dedicam ao primeiro sector.



Fonte: INE, Censos 2011.

Figura 39 - População empregada segundo o sector de atividade, em 2011.

Considerando a população empregada segundo os grupos de profissões para a Região de Coimbra, constata-se um predomínio do grupo de profissões correspondente a pessoal dos serviços e vendedores (20,3%), em que os grupos de profissões nas áreas de especialistas intelectuais e científicas (18,1%), os trabalhadores qualificados da indústria (14,5%), trabalhadores não qualificados (13,4%) e técnicos e profissionais de nível intermédio (9,8%), assumem alguma importância no contexto do concelho (Quadro 23).

Quadro 23 - População empregada segundo os grupos de profissões, em 2011.

Profissão	Região Coimbra		Região Centro		Continente	
	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Profissões das Forças Armadas	933	0,5	6879	0,7	30705	0,7
Representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, directores e gestores executivos	11993	6,3	67436	7,2	308866	7,4
Especialistas das actividades intelectuais e científicas	34276	18,1	129069	13,7	619892	14,9
Técnicos e profissões de nível intermédio	18547	9,8	91610	9,7	459432	11,1
Pessoal administrativo	15519	8,2	76875	8,2	374227	9,0
Trabalhadores dos serviços pessoais, de protecção e segurança e vendedores	38279	20,3	182781	19,4	813717	19,6
Agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura, da pesca e da floresta	4334	2,3	27246	2,9	90910	2,2
Trabalhadores qualificados da indústria, construção e artífices	27470	14,5	164352	17,5	657720	15,8
Operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem	12252	6,5	68364	7,3	255517	6,2
Trabalhadores não qualificados	25363	13,4	125599	13,4	539266	13,0
Total	**188966**	**100**	**940211**	**100**	**4150252**	**100**

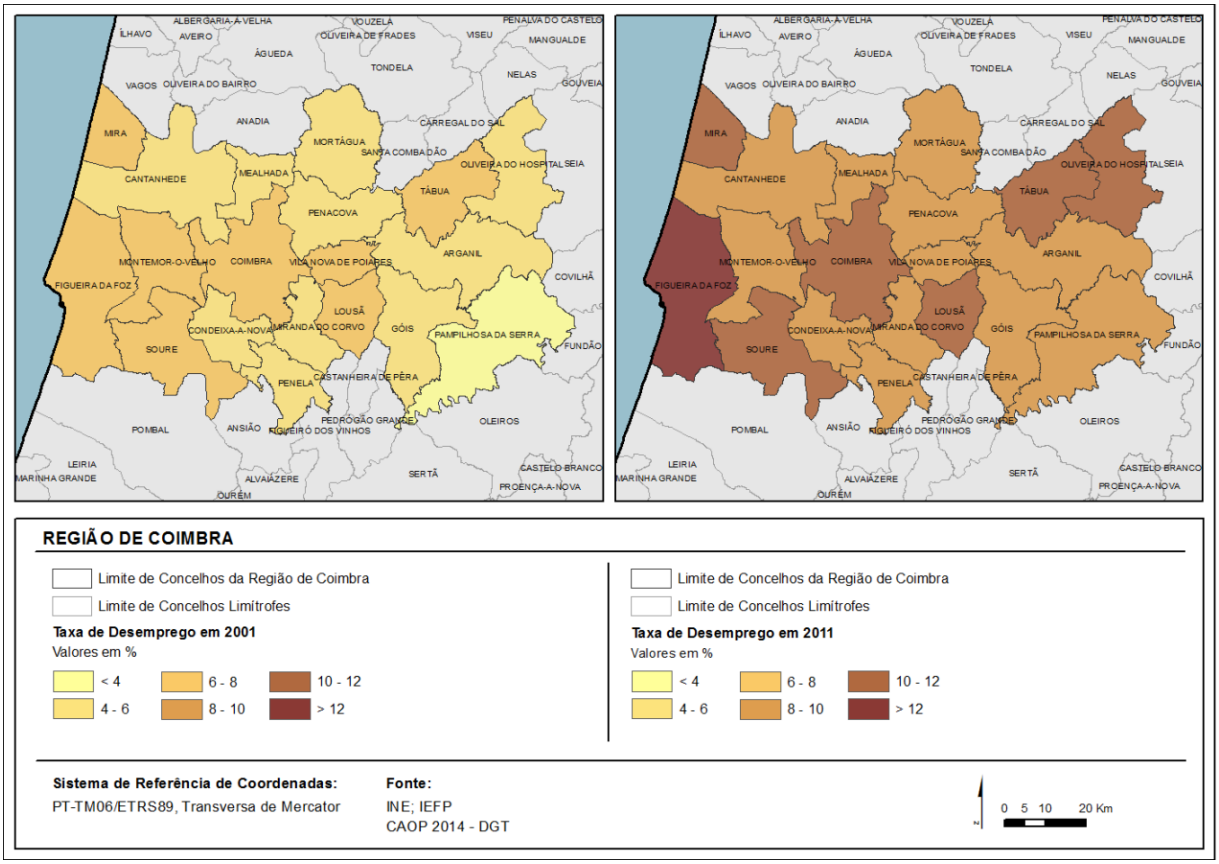
Fonte: INE, Censos 2011.

Por outro lado, os grupos de profissões relativos a pessoal administrativo (8,2%), operadores de instalações e máquinas e trabalhadores da montagem (6,5%), representantes do poder legislativo e de órgãos executivos, dirigentes, diretores e gestores (6,3%), agricultores e trabalhadores qualificados da agricultura e pescas (2,3%) e por fim, profissões das forças armadas (0,5%) têm uma menor representatividade no contexto do território (7,4%, 7,6%, 6,5%, 3,3% e 0,6%).

6.2. Desemprego

A maioria dos concelhos da Região de Coimbra apresentam níveis de desemprego inferiores aos registados no país e na própria Região Centro, refletindo alguma resistência do território aos efeitos potenciais gerados pela deterioração do contexto socioeconómico atual. Entre 2001 e 2011 ocorreu um aumento da taxa de desemprego na Região de Coimbra (passando de 8,0% para 9,9%), sendo este indicador mais expressivo no sexo feminino (de 4% para 10,9%), comparativamente ao sexo masculino (de 4,5% para 9,1%), num cenário em que os indivíduos desempregados tiveram um aumento neste território na ordem dos 61,6%, sendo este aumento superior no sexo masculino (105,5%) e inferior no sexo feminino (33,9%).

No ano de 2011 a taxa de desemprego assumiu valores superiores nos concelhos de Figueira da Foz (12,7%), Oliveira do Hospital (11,4%), Lousã (11%) e Mira (11%), e inferiores nos concelhos de Mortágua (8,4%), Mealhada (8,5%) e Coimbra (8,8%) (Figura 40).



Fonte: INE, Censos 2001 e Censos 2011.

Figura 40 -Taxa de desemprego total, em 2001 e 2011.

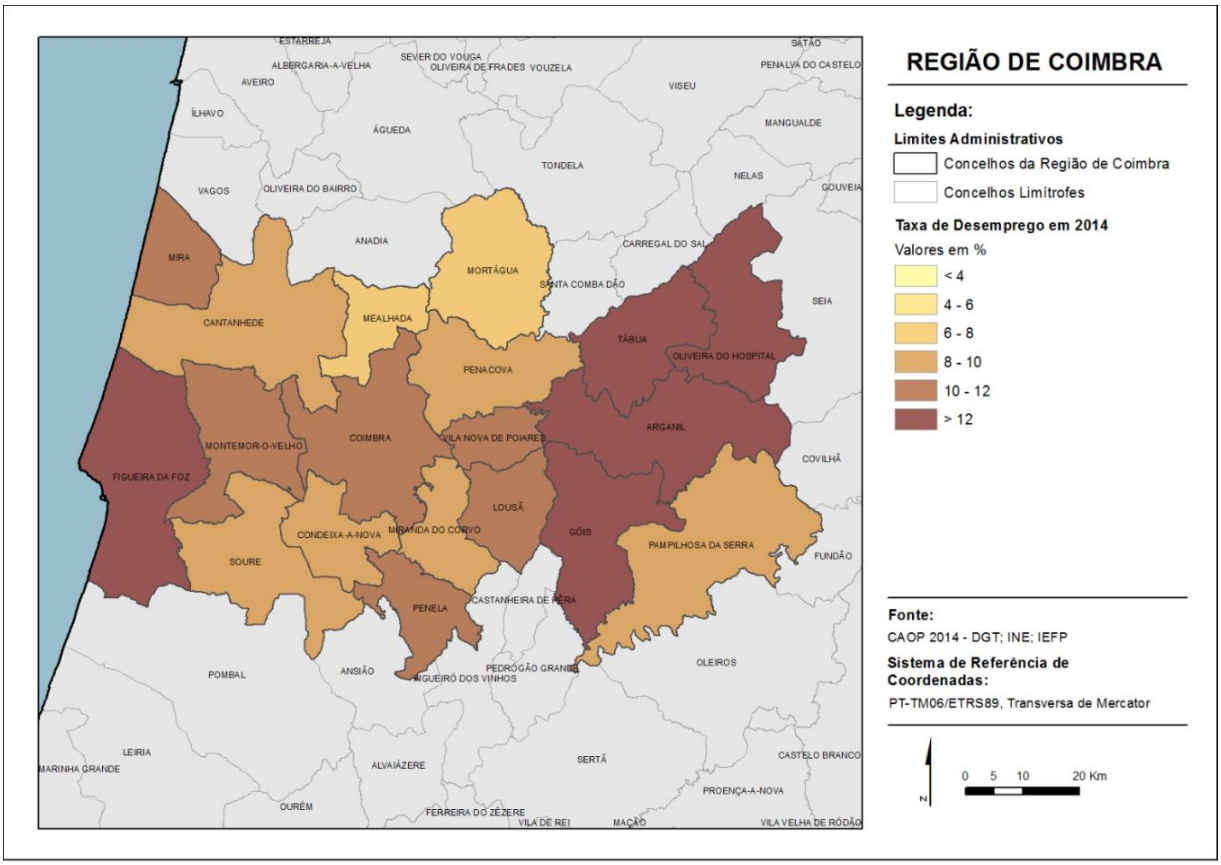
Numa referência à taxa de desemprego total no ano de 2014 (Figura 41), são os concelhos da Figueira da Foz, Arganil, Tábua, Oliveira do Hospital e Góis que registam os valores mais expressivos (13,8%, 13%, 12,8%, 12,7% e 12,1% respetivamente). Por outro lado, os concelhos de Mortágua, Mealhada e Condeixa-a-Nova apresentam valores menos relevantes (7,5%, 8,0% e 8,2%). De salientar que a taxa de desemprego na região é superior nas mulheres (11,3%) comparativamente aos homens (10,3%), situação compartilhada por todos os concelhos, à exceção de Coimbra onde a taxa de desemprego é superior nos homens (11,0%) relativamente às mulheres (9,5%).

Por outro lado, e tendo por base as estatísticas do IEFP para o período 2008-2014, verifica-se uma evolução expressa em acréscimos e diminuições na Região de Coimbra (Figura 42). Deste modo, entre 2008 e 2009 ocorreu um acréscimo no número de desempregados

(de 2468 indivíduos, correspondendo a 15,9%), sendo que no ano seguinte o aumento foi pouco relevante (de 126 indivíduos, correspondendo a 0,7%). Já no período compreendido entre 2010 e 2012 houve um acréscimo muito relevante (8213 indivíduos, correspondendo a 45,4%). A partir deste ano a tendência tem vindo a assumir novos contornos, sendo que entre 2012 e 2013 ocorreu uma quebra de 547 indivíduos desempregados (-2,1%) e no ano seguinte assistiu-se a um decréscimo surpreendente de 12% (-3088 indivíduos). Estes valores, nomeadamente os que refletem a evolução para os anos mais recentes, devem ser lidos no quadro do crescente aumento da emigração, principalmente dos indivíduos mais jovens e mais qualificados, observada nestes últimos anos.

Importa acrescentar que em termos globais, entre 2008 e 2014 ocorreu um aumento de 7172 desempregados na região (46,2%), sendo que este aumento foi manifestamente mais expressivo no sexo masculino (+4383 desempregados, correspondendo a 65,4%) comparativamente ao sexo feminino (+2789 desempregados, correspondendo a 31,7%).

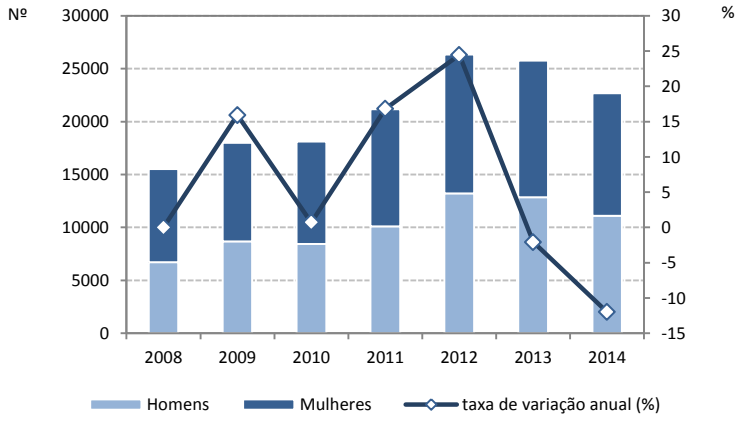
No que diz respeito à evolução dos desempregados a nível nacional, a evolução entre 2008 e 2014 foi ligeiramente menos expressiva que a observada para a Região de Coimbra (40,2%), sendo também superior no sexo masculino (57%) e inferior no sexo feminino (27,4%).



Fonte: INE, Censos 2011; IEFP (2014).
Figura 41 - Taxa de desemprego, em 2014.

No que diz respeito à evolução dos desempregados nos concelhos para o período 2008-2014, importa destacar aqueles que registaram um aumento de desempregados superior à média da Região de Coimbra (Quadro 24). Vila Nova de Poiares (93,9%), Penela (86,8%), Oliveira do Hospital (82,1%), Miranda do Corvo (72,4%), Arganil (63,6%), Condeixa-a-Nova (62,2%), Tábua (57,6%), Montemor-o-Velho (55,6%), Mortágua (55,9%), Lousã (55,2%) e Figueira da Foz (46,4%) apresentaram uma evolução muito desfavorável de aumento de desempregados. A tendência para os anos recentes é semelhante à descrita para a Região de Coimbra, sendo que entre 2013 e 2014 ocorreu um decréscimo de desempregados na generalidade dos concelhos em análise, em que as exceções dizem respeito

apenas aos concelhos da Pampilhosa da Serra, Góis e Oliveira do Hospital. A situação de desemprego poderá condicionar o sucesso escolar das crianças e/ou jovens na medida em que causa tensões no seio familiar, podendo afetar a sua gestão emocional, assim como o fato da família ficar com menos rendimentos disponíveis, podendo afetar a manutenção do capital cultural e social.



Fonte: IEFP (2008-2014).

Figura 42 - Desempregados registados segundo o género na Região de Coimbra entre 2008 e 2014.

Em todos os anos considerados nesta análise verifica-se que, naturalmente, os valores mais significativos estão associados ao número de desempregados que se encontra à procura de novo emprego, sendo que os desempregados que se encontram numa situação de 1º emprego apresentam valores claramente inferiores. Dos 22684 desempregados no ano de 2014 na Região de Coimbra (Figura 43), 19837 indivíduos (87,4%) encontram-se à procura de um novo emprego, à semelhança do observado em termos nacionais (92%). Os restantes 2847 desempregados estão à procura de um primeiro emprego (12,6%), valor superior ao observado no Continente (8%).

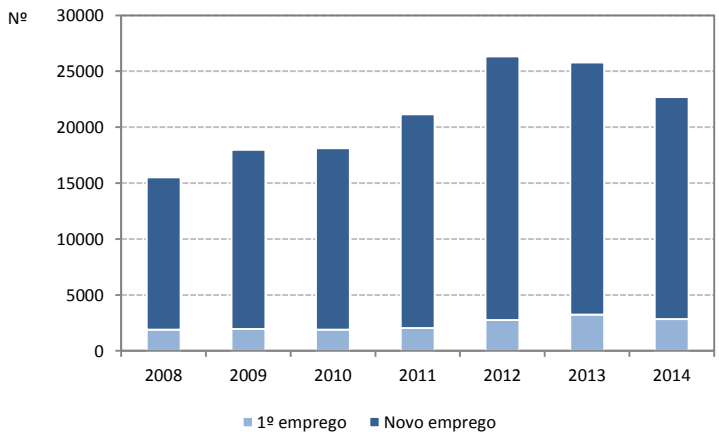
Outra análise que assume particular significado no contexto da Região de Coimbra prende-se com a situação dos desempregados tendo em conta a sua faixa etária (Figura 44). Deste modo, e tendo em consideração o ano mais recente de 2014, importa referir que a faixa etária dos 35 aos 54 é aquela que assume maior representatividade em todos os concelhos, à semelhança do observado para a Região de Coimbra (44%), Região Centro (44,1%) e Continente (46,5%). Segue-se, em termos de importância na estrutura dos desempregados, os indivíduos com idades compreendidas entre os 25 e 34 anos e os indivíduos com 55 e mais anos, que em termos da Região de Coimbra representam, respetivamente, 21,5% e 21,2% dos desempregados.

Por último, a faixa etária dos indivíduos com idade inferior a 25 anos representa 13,3% dos desempregados na Região de Coimbra, valor semelhante ao da Região Centro (13,4%), sendo superior ao observado em termos do território nacional (12,1%). Numa leitura mais minuciosa no que respeita às idades dos desempregados, conclui-se que são muitos os concelhos cuja percentagem de desempregados com idade inferior a 35 anos é superior a 30%. Pampilhosa da Serra apresenta-se como sendo o território onde o número de jovens desempregados é inferior, justificado pelo facto de ser este um território muito envelhecido e com quantitativos pouco expressivos de população jovem.

Quadro 24 - Desempregados registados nos concelhos da Região de Coimbra entre 2008 e 2014.

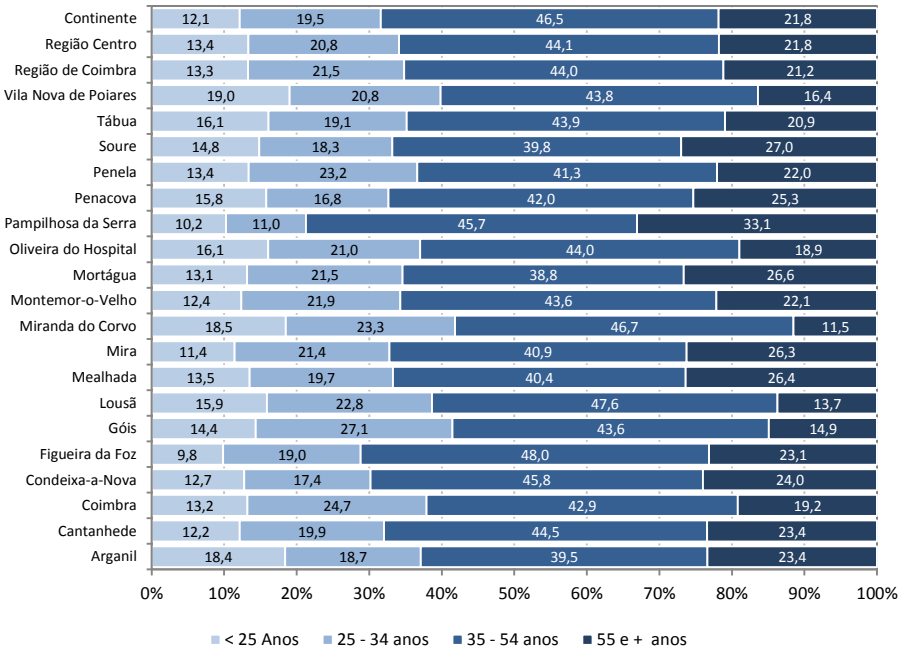
Unidade territorial	Anos							var. 2008-2014	
	2008	2009	2010	2011	2012	2013	2014	Nº	%
Arganil	379	424	501	543	579	703	620	241	63,6
Cantanhede	1070	1269	1229	1356	1817	1816	1563	493	46,1
Coimbra	5127	5891	5823	7024	8718	8683	7224	2097	40,9
Condeixa-a-Nova	421	475	524	683	823	815	683	262	62,2
Figueira da Foz	2644	3265	3032	3677	4379	4165	3871	1227	46,4
Góis	155	128	100	150	168	181	188	33	21,3
Lousã	625	747	727	870	1078	1040	970	345	55,2
Mealhada	628	704	701	861	1062	943	785	157	25,0
Mira	502	583	545	560	706	640	613	111	22,1
Miranda do Corvo	348	439	466	450	614	684	600	252	72,4
Montemor-o-Velho	888	1000	1088	1229	1697	1716	1382	494	55,6
Mortágua	189	211	193	280	329	320	289	100	52,9
Oliveira do Hospital	626	703	973	939	1157	1113	1140	514	82,1
Pampilhosa da Serra	106	76	119	126	123	116	127	21	19,8
Penacova	447	515	503	539	696	634	588	141	31,5
Penela	136	178	149	163	248	254	254	118	86,8
Soure	617	635	664	722	937	851	763	146	23,7
Tábua	406	446	492	645	778	664	640	234	57,6
Vila Nova de Poiares	198	291	277	332	410	434	384	186	93,9
Região de Coimbra	**15512**	**17980**	**18106**	**21149**	**26319**	**25772**	**22684**	**7172**	**46,2**
Região Centro	**62739**	**74346**	**73949**	**82231**	**99171**	**95872**	**83527**	**20788**	**33,1**
Continente	**402545**	**504775**	**519888**	**576383**	**675466**	**654569**	**564312**	**161767**	**40,2**

Fonte: IEFP (2008-2014).



Fonte: IEFP (2008-2014).

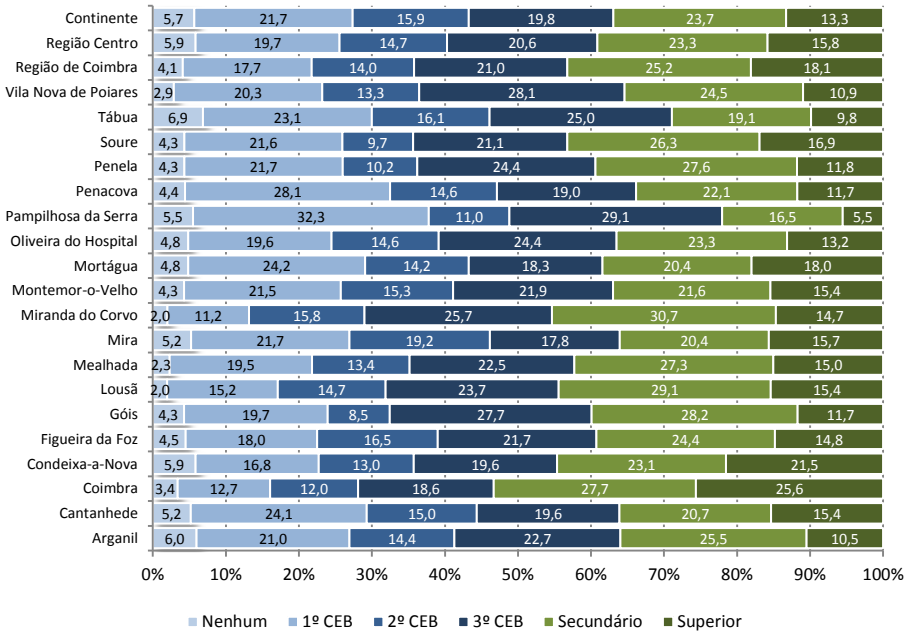
Figura 43 - Desempregados registados segundo a situação face à procura de emprego na Região de Coimbra entre 2008 e 2014.



Fonte: IEFP (2014).

Figura 44 - População desempregada, segundo o grupo etário, em 2014.

Em relação à distribuição da população desempregada segundo as habilitações literárias na Região de Coimbra, importa referir os elevados valores daqueles que apenas concluiram o 1º CEB, com 17,7% (3173 indivíduos). Relativamente ao 2º e 3º CEB existiam 7934 indivíduos (35%), com o ensino secundário 5706 desempregados (25,2%) e com o ensino superior existiam 4105 indivíduos (18,1%). Deste modo, e para a globalidade dos concelhos em análise, o ensino básico é o nível mais representativo na estrutura nacional de habilitações da população desempregada (Figura 45).



Fonte: IEFP (2014).

Figura 45 - Desempregados segundo os níveis de escolaridade, em 2014.

Os concelhos de Miranda do Corvo, Lousã e Góis apresentam uma grande representatividade de desempregados com o ensino secundário (30,7%, 29,1% e 28,2%, respetivamente). Por outro lado, os indivíduos desempregados com habilitação ao nível do ensino superior apresentam uma maior expressividade nos concelhos de Coimbra (26,6%), Mortágua (18%) e Mira (16,9%), sendo estes valores manifestamente superiores ao da Região Centro (15,8%) e do Continente (13,3%). No entanto, importa referir que à partida um desempregado cujo nível de habilitações é elevado apresenta um leque mais variado de possíveis oportunidades e detém um maior grau de adaptabilidade ao mercado de trabalho assim como de competências transversais. O mesmo não é frequente em desempregados com baixos níveis de qualificação.

Uma última nota para os concelhos cuja percentagem de desempregados com escolaridade até ao 2º ciclo do ensino básico é superior a 40%: Arganil, Cantanhede, Mira, Montemor-o-Velho, Mortágua, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra, Penacova, Penela e Tábua.

7. Estrutura e Tecido empresarial

7.1. Empresas e território

No ano de 2012 existiam cerca de 47174 empresas na Região de Coimbra, sendo que a sua distribuição é superior nos concelhos de Coimbra (17957 empresas, correspondendo a 38,1%), Figueira da Foz (6036, correspondendo a 12,8%), Cantanhede (3877, correspondendo a 8,2%), Montemor-o-Velho (2229, ou 4,7%) e Mealhada (2007, ou 4,3%), sendo inferior nos concelhos de menor dimensão populacional, nomeadamente, Pampilhosa da Serra (257 empresas, correspondendo a 0,5%), Góis (359, ou 0,8%) e Penela (547, ou 1,2%). Merece realce a diminuição entre 2006 e 2012 de 3066 empresas na Região de Coimbra (-6,1%), sendo que neste contexto apenas os concelhos de Montemor-o-Velho, Góis, Mortágua e Penela viram o seu parque empresarial aumentar 7%, 5,3%, 4,7% e 1,3%, respetivamente. Por seu turno, os concelhos de Vila Nova de Poiares, Penacova e Figueira da Foz registaram decréscimos de -12,1%, -10,3% e -10,1% de empresas neste período.

A tendência em termos da Região Centro e do Continente traduz para o mesmo período uma diminuição de -3,2% e -2,6% no número de empresas. (Quadro 25). A dinâmica do emprego na Região de Coimbra assentou num decréscimo de 3,7% do pessoal ao serviço nas empresas, sendo este decréscimo inferior ao registado em termos da Região Centro (-6,6%) e do Continente (-5,9%). De salientar que os concelhos de Tábua, Góis, Mortágua, Montemor-o-Velho, Coimbra e Mira registaram uma evolução positiva nos valores do pessoal ao serviço. O número de empresas não condiciona diretamente o sucesso escolar dos alunos, no entanto afeta em parte a estrutura das famílias, nomeadamente no que respeita aos valores do desemprego. As empresas num futuro podem assumir um papel importante no que diz respeito a um contributo para a melhoria dos desempenhos das crianças e/ou jovens, possibilitando uma aproximação ao território, à compreensão da comunidade e criação de uma identidade territorial.

Em termos da distribuição do volume de negócios pelos concelhos da Região de Coimbra, verifica-se um maior peso nos concelhos de Coimbra, Figueira da Foz e Cantanhede, que globalmente reúnem 66,2% do total da região. Merece também algum destaque os concelhos da Mealhada, Oliveira do Hospital, Vila Nova de Poiares, Lousã e Mortágua, uma vez que no seu conjunto representam cerca de 17% do volume de negócios da Região de Coimbra.

Não obstante a diminuição no número de empresas e pessoal ao serviço, ocorreu entre 2006 e 2012 um aumento do volume de negócios na Região de Coimbra (9,7%), sendo que a tendência em termos da Região Centro foi de um ligeiro acréscimo (2,1%) e em termos do Continente assistiu-se a um decréscimo, ainda que ligeiro (-0,7%). Os concelhos de Mortágua, Vila Nova de Poiares e Pampilhosa da Serra merecem destaque uma vez que tiveram acréscimos muito positivos em termos deste indicador.

Quadro 25 - Indicadores genéricos da dinâmica empresarial por concelho entre 2006 e 2012.

Unidade territorial	Número de empresas			Pessoal ao serviço			Volume de negócios (milhares €)			VAB (milhares €)		
	2006	2012	var 2006/2012(%)	2006	2012	var 2006/2012(%)	2006	2012	var 2006/2012(%)	2008	2012	var 2008/2012(%)
Arganil	1 127	1 052	-6,7	3 183	2 806	-11,8	139 121	144 254	3,7	39 645	36 037	-9,1
Cantanhede	4 123	3 877	-6,0	10 629	10 152	-4,5	821 684	830 288	1,0	199 453	183 828	-7,8
Coimbra	19 120	17 957	-6,1	47 604	48 330	1,5	2 777 306	2 652 739	-4,5	870 913	823 027	-5,5
Condeixa-a-Nova	1 678	1 543	-8,0	3 879	3 331	-14,1	247 236	209 567	-15,2	55 500	48 515	-12,6
Figueira da Foz	6 714	6 036	-10,1	19 895	18 354	-7,7	2 041 247	2 586 821	26,7	630 716	662 161	5,0
Góis	341	359	5,3	755	863	14,3	30 010	45 369	51,2	16 575	13 326	-19,6
Lousã	1 654	1 560	-5,7	4 021	3 631	-9,7	257 872	285 443	10,7	76 941	65 187	-15,3
Mealhada	2 142	2 007	-6,3	5 762	5 410	-6,1	376 399	352 175	-6,4	124 264	94 399	-24,0
Mira	1 402	1 288	-8,1	3 026	3 055	1,0	158 243	166 703	5,3	39 667	36 617	-7,7
Miranda do Corvo	1 239	1 194	-3,6	2 331	2 160	-7,3	99 055	105 082	6,1	25 337	26 915	6,2
Montemor-o-Velho	2 083	2 229	7,0	4 418	4 672	5,7	200 785	262 012	30,5	59 368	58 486	-1,5
Mortágua	966	1 011	4,7	2 399	2 678	11,6	133 683	278 313	108,2	47 152	58 964	25,0
Oliveira do Hospital	1 819	1 687	-7,3	6 750	5 175	-23,3	298 146	316 723	6,2	71 601	63 301	-11,6
Pampilhosa da Serra	286	257	-10,1	622	488	-21,5	44 795	63 990	42,9	28 403	38 996	37,3
Penacova	1 647	1 478	-10,3	3 233	2 779	-14,0	134 143	136 475	1,7	39 831	33 186	-16,7
Penela	540	547	1,3	1 600	1 418	-11,4	86 161	76 925	-10,7	22 098	18 921	-14,4
Soure	1 515	1 400	-7,6	3 011	2 715	-9,8	150 190	155 266	3,4	30 737	28 836	-6,2
Tábua	1 002	952	-5,0	2 944	3 468	17,8	139 850	185 943	33,0	36 068	43 561	20,8
Vila Nova de Poiares	842	740	-12,1	2 387	2 256	-5,5	218 660	312 429	42,9	39 096	33 985	-13,1
Região de Coimbra	**50 240**	**47 174**	**-6,1**	**128 449**	**123 741**	**-3,7**	**8 354 583**	**9 166 518**	**9,7**	**2 453 366**	**2 368 250**	**-3,5**
Região Centro	**237 907**	**230 274**	**-3,2**	**700 261**	**653 964**	**-6,6**	**50 868 556**	**51 916 447**	**2,1**	**13 184 865**	**11 915 050**	**-9,6**
Continente	**1 044 450**	**1 017 697**	**-2,6**	**3 593 213**	**3 379 729**	**-5,9**	**318 938 679**	**316 674 736**	**-0,7**	**82 788 295**	**73 573 766**	**-11,1**

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro 2007 e 2013.

No que diz respeito aos dados do valor acrescentado bruto, são naturalmente os concelhos de Coimbra, Figueira da Foz e Cantanhede que apresentam os valores mais significativos, em termos globais a representar cerca de 70,5% do VAB da região. Em termos da evolução entre 2008 e 2012, ocorreu um decréscimo na região de -3,5%, seguindo a tendência observada quer na Região Centro (-9,6%), quer no Continente (-11,1%). Os concelhos de Tábua, Pampilhosa da Serra, Mortágua, Miranda do Corvo e Figueira da Foz destacam-se pela positiva uma vez que registaram um aumento no volume acrescentado bruto no seu tecido empresarial.

Outros indicadores dão conta de uma elevada densidade de empresas nos concelhos de Coimbra, Mealhada e Figueira da Foz (56,2; 18,1 e 15,9 empresas por km^2), superior à generalidade dos municípios limítrofes, e superior aos valores observados para a Região Centro (8,2 empresas por km^2) o Continente (11,4 empresas por km^2).

Em termos da dimensão das empresas relativamente ao número de pessoas ao serviço, na quase totalidade deste território (valores superiores a 95%) são de pequena dimensão, apresentando menos de 10 pessoas ao serviço, valores concelhios semelhantes aos do Continente (95,9%).

O número médio de pessoas por empresa varia entre 1,9 no caso de Penacova e 3,1 no caso de Oliveira do Hospital e Vila Nova de Poiares, valores inferiores aos do Continente (3,3). Em termos da concentração do volume de negócios das 4 maiores empresas, os concelhos de Pampilhosa da Serra, Vila Nova de Poiares e Figueira da Foz apresentam percentagens superiores (72,5%, 69,3% e 52,3%), refletindo uma grande concentração em poucas unidades empresariais (Quadro 26).

Quadro 26 - Indicadores genéricos da dinâmica empresarial por concelho em 2012.

Unidade territorial	Densidade de empresas	Prop. empresas individuais	Prop. empresas com menos de 250 pessoas ao serviço	Prop. empresas com menos de 10 pessoas ao serviço	Pessoal ao serviço por empresa	Volume de negócios por empresa	Indicador de concentração do volume de negócios das 4 maiores empresas	Indicador de concentração do valor acrescentado bruto das 4 maiores empresas
	N.º/km²		%		N.º	milhares €	%	
Arganil	3,2	70,8	100,0	96,9	2,7	153,1	32,1	45,0
Cantanhede	9,9	73,4	99,9	96,8	2,6	214,9	31,2	33,2
Coimbra	56,2	70,9	99,9	97,4	2,7	147,7	23,6	29,7
Condeixa-a-Nova	11,1	76,5	100,0	97,7	2,2	135,8	45,3	32,3
Figueira da Foz	15,9	72,0	99,9	96,6	3,0	428,6	52,3	50,1
Góis	1,4	70,2	100,0	97,2	2,4	133,5	46,7	56,5
Lousã	11,3	70,3	99,9	97,4	2,3	195,3	33,1	50,8
Mealhada	18,1	71,9	100,0	96,5	2,7	176,1	23,7	28,1
Mira	10,4	76,9	100,0	97,0	2,4	130,0	33,2	31,1
Miranda do Corvo	9,4	73,7	100,0	98,0	1,8	90,1	18,8	21,7
Montemor-o-Velho	9,7	78,5	100,0	97,4	2,1	117,6	31,5	24,6
Mortágua	4	71,9	100,0	96,3	2,7	284,2	43,4	35,3
Oliveira do Hospital	7,2	65,4	99,9	95,4	3,1	187,7	23,5	17,4
Pampilhosa da Serra	0,6	67,3	100,0	97,3	2,0	250,7	72,5	87,6
Penacova	6,8	73,3	100,0	98,1	1,9	96,6	20,5	20,7
Penela	4,1	66,5	100,0	96,5	2,6	145,8	40,2	36,5
Soure	5,3	77,3	100,0	97,6	2,0	118,1	36,3	16,4
Tábua	4,8	65,7	99,9	95,9	3,7	195,7	49,6	47,1
Vila Nova de Poiares	8,8	63,0	99,7	95,7	3,1	422,8	69,3	40,0
Região de Coimbra	**10,4**	**71,3**	**100,0**	**96,9**	**2,5**	**190,8**	**38,2**	**37,1**
Região Centro	**8,2**	**69,0**	**100,0**	**96,3**	**2,8**	**225,5**	**4,2**	**4,5**
Continente	**11,4**	**66,5**	**99,9**	**96,1**	**3,3**	**311,2**	**6,9**	**4,8**

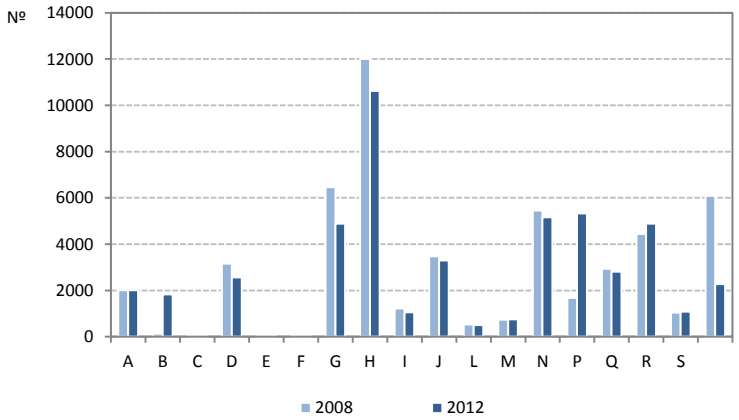
Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro 2013.

Numa análise à distribuição das empresas segundo a CAE-Rev.3 em 2012[5] (Figura 46), verifica-se que a Região de Coimbra apresenta um maior número de empresas em atividades de comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos (**G**), em atividades administrativas e dos serviços de apoio (**N**), e em atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares (**M**) que contabilizam um total de 10619, 5328 e 5156 empresas, representando no conjunto cerca de 44,7% do total de empresas na região. As empresas de atividades de saúde humana e apoio social (**Q**), Construção (**F**) e atividade de alojamento, restauração e similares (**I**), apresentam também uma grande importância na estrutura empresarial do território (4890, 4883 e 3293 empresas, correspondendo a 10,4%, 10,4% e 7%, respetivamente).

O sector primário representa apenas 1,6% da riqueza produzida na Região de Coimbra, ligeiramente superior ao peso deste sector na riqueza produzida no País (1,3%). A Região de Coimbra revela uma especialização menos vincada que a Região Centro (2,6%) neste sector. Os concelhos de Mira (9,6%), Montemor-o-Velho (7,3%), Mortágua (7,3%), Soure (8,8%) e Penacova (3,9%) destacam-se dos restantes concelhos, revelando uma especialização produtiva, na ótica da criação de riqueza neste sector, superior ao território nacional (Figura 45).

5 A - Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca; B - Indústrias extrativas; C - Indústrias transformadoras; D - Eletricidade, gás, vapor, água quente e fria e ar frio; E - Captação, tratamento e distribuição de água; saneamento, gestão de resíduos e despoluição; F – Construção; G - Comércio por grosso e a retalho; reparação de veículos automóveis e motociclos; H - Transportes e armazenagem; I - Alojamento, restauração e similares; J - Atividades de informação e de comunicação; K - Atividades financeiras e de seguros; L - Atividades imobiliárias; M - Atividades de consultoria, científicas, técnicas e similares; N - Atividades administrativas e dos serviços de apoio; O - Administração Pública e Defesa; Segurança Social Obrigatória; P – Educação; Q - Atividades de saúde humana e apoio social; R - Atividades artísticas, de espetáculos, desportivas e recreativas; S - Outras atividades de serviços.

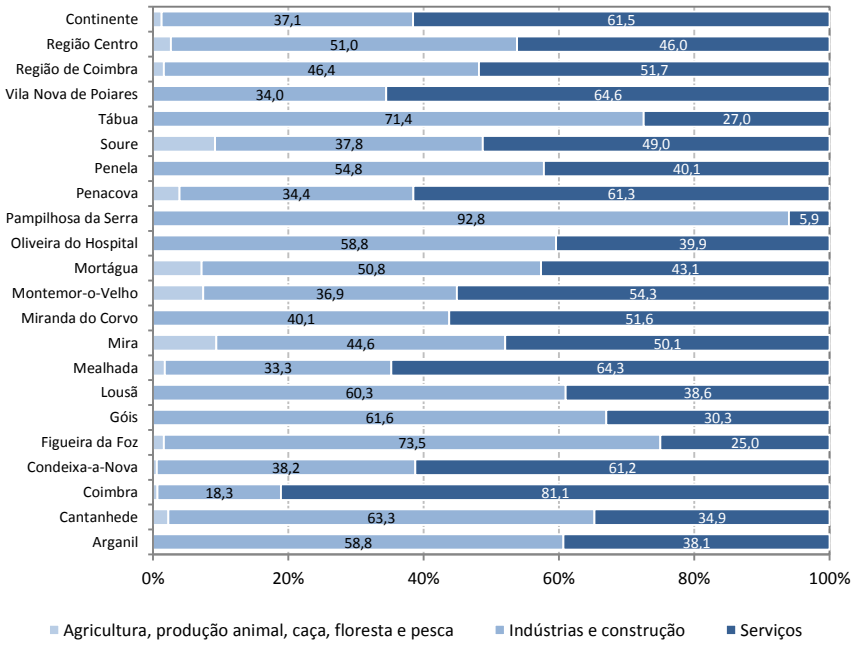
As indústrias e a construção assumem um peso assinalável na Região de Coimbra (46,4%) superior ao registado no País (37,1%) e alinhado com a Região Centro (51,0%), num contexto em que nos concelhos de Pampilhosa da Serra, Figueira da Foz, Tábua e Cantanhede a quase totalidade da riqueza produzida advém das atividades neste sector (92,8%, 73,5%, 71,4% e 63,3%, respetivamente). De salientar o grande peso deste sector na estrutura da riqueza criada nos concelhos de Arganil. Góis, Lousã, Mortágua e Oliveira do Hospital, com valores que ultrapassam os 50%.



Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro 2009 e 2013.

Figura 46 - Empresas segundo a CAE-Rev.3, na Região de Coimbra, em 2008 e 2012.

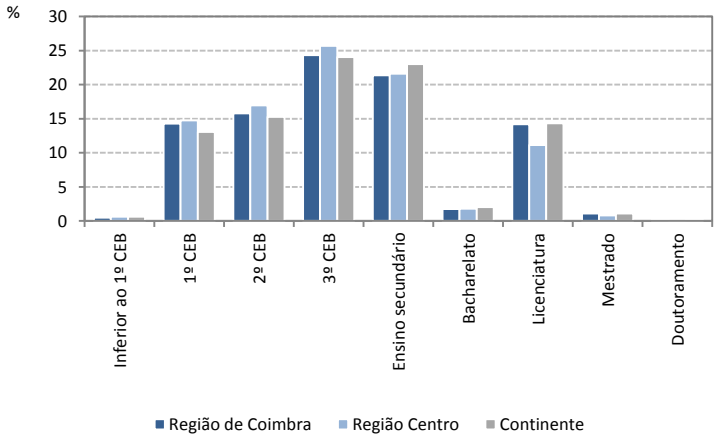
O sector dos serviços é responsável por cerca de 51,7% da riqueza produzida na Região de Coimbra, valor inferior ao registado no País (61,5%) e superior ao registado na Região Centro (46%). Os concelhos de Coimbra (81,1%), Vila Nova de Poiares (64,6%), Mealhada (64,3%), Penacova (61,3%) e Condeixa-Nova (61,2%) evidenciam um importante peso do terciário na criação de riqueza. Em termos globais, a especialização produtiva da Região de Coimbra revela uma grande dependência do sector terciário, que contribui em mais de metade para a produção de riqueza na região (Figura 47).



Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro 2013.

Figura 47 - Composição sectorial da riqueza criada (VAB) nas empresas, em 2012.

Os elementos presentes na Figura 48 permitem concretizar uma breve caracterização dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos da Região de Coimbra segundo o grau de habilitações literárias, constatando-se uma clara desqualificação escolar no conjunto dos trabalhadores neste território, observando-se que 54,9% não tem mais do que o 3º ciclo do ensino básico, facto que deverá levar a uma reflexão no contexto da estratégia a desenvolver no quadro da educação da Região. De facto estes dados assumem-se como bastante pertinentes quando se pensa no insucesso escolar das crianças e/ou jovens, muitas vezes associado ao capital social e cultural das famílias, em grande parte condicionado pelo grau de habilitações das famílias e consequentemente no apoio dado ao estudo e valorização da escola.



Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro 2013.

Figura 48 - Trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos da Região de Coimbra, segundo o nível de habilitações, em 2012.

Uma percentagem de 0,5% dos trabalhadores detém habilitações inferiores ao 1º ciclo, enquanto 14,3% têm o 1º ciclo e 15,8% o 2º ciclo. O terceiro ciclo congrega 24,3% dos trabalhadores, ao passo que o ensino secundário reúne 21,4%. Quanto ao ensino superior verifica-se que 1,8% dos profissionais detém o bacharelato e 14,2%, o grau de licenciatura. Uma pequena minoria de 1,1% tem o mestrado e 0,2%, o doutoramento. Tendo por comparação os valores para o Continente, o peso dos trabalhadores com habilitação inferior ao 2º CEB é semelhante neste território. De facto, cerca de 30,5% dos trabalhadores por conta de outrem apresentam habilitações inferiores ao 2º CEB. Para o Continente esse valor baixa ligeiramente para os 29,0%.

De igual modo, os trabalhadores por conta de outrem com nível de habilitação superior à licenciatura atinge o valor de 15,4% na Região de Coimbra, sendo semelhante ao observado no Continente (15,6%).

Relativamente ao ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos concelhos da Região de Coimbra, no ano de 2012 o valor situava-se em média nos 860,7€, inferior ao observado na Região Centro (941,5€) e no Continente (1095,6€). Os concelhos de Figueira da Foz, Coimbra e Cantanhede apresentavam um ganho médio mensal superior (1073,8€, 1066€ e 965,1€), enquanto que os concelhos de Góis, Tábua e Oliveira do Hospital apresentavam valores bastante inferiores à média da região (707,3€, 743,2€ e 750,1€, respetivamente). De facto, os trabalhadores por conta de outrem na Figueira da Foz, Coimbra e Cantanhede recebem mais 213,1€, 205,3€ e 104,4€ que a média dos trabalhadores da região, enquanto que os trabalhadores de Góis, Tábua e Oliveira do Hospital recebem menos 153,3€, 117,4€ e 110,6 €, respetivamente. Apesar de se saber que o nível de vida tem oscilações territoriais, observa-se uma grande diferença salarial dos territórios situados no interior e no litoral da Região de Coimbra.

O sector da indústria e construção é aquele que apresenta um ganho médio mensal superior na região (877,4€), menos 130,3€ que o auferido em termos nacionais. Em seguida, surge o sector dos serviços, com uma média de remunerações a rondar os 844,7€, menos 301,5€ que o Continente. Por último, os trabalhadores do sector primário apresentam um nível de rendimentos inferior, recebendo em média 759€ mensais, menos 53,9€ quando comparado com o ganho médio do Continente (Quadro 27).

Quadro 27 - Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o sector de atividade, em 2012.

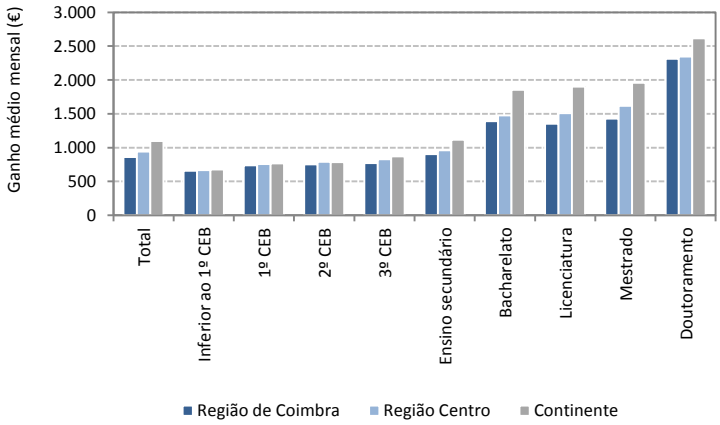
Unidade territorial	Ganho médio mensal				Diferença salarial face ao Continente (€)			
	Total	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	Indústrias e construção	Serviços	Total	Agricultura, produção animal, caça, floresta e pesca	Indústrias e construção	Serviços
Arganil	770,4	700,3	708,4	827,7	-325,2	-112,6	-299,4	-318,6
Cantanhede	965,1	798,5	1043,1	895,9	-130,5	-14,4	35,4	-250,4
Coimbra	1066,0	639,1	1039,5	1074,9	-29,6	-173,9	31,8	-71,3
Condeixa-a-Nova	931,6	688,9	1030,0	887,9	-164,0	-124,0	22,3	-258,3
Figueira da Foz	1073,8	1391,5	1253,4	925,9	-21,8	578,6	245,7	-220,3
Góis	707,3	720,4	666,6	731,5	-388,3	-92,5	-341,1	-414,7
Lousã	870,5	692,7	907,0	845,9	-225,1	-120,3	-100,8	-300,4
Mealhada	943,8	649,6	963,7	942,9	-151,8	-163,4	-44,0	-203,3
Mira	839,4	850,5	838,8	836,8	-256,2	37,6	-168,9	-309,4
Miranda do Corvo	808,4	621,9	837,0	808,7	-287,2	-191,0	-170,7	-337,5
Montemor-o-Velho	832,1	681,4	816,3	860,7	-263,5	-131,5	-191,4	-285,6
Mortágua	862,9	767,6	900,8	840,8	-232,7	-45,3	-106,9	-305,5
Oliveira do Hospital	750,1	661,0	734,6	771,7	-345,5	-151,9	-273,1	-374,5
Pampilhosa da Serra	782,8	1019,5	675,5	803,3	-312,8	206,6	-332,2	-343,0
Penacova	831,4	710,0	877,3	814,6	-264,2	-102,9	-130,4	-331,6
Penela	962,7	789,5	1096,5	743,2	-132,9	-23,4	88,8	-403,0
Soure	810,7	684,1	801,6	827,1	-284,9	-128,8	-206,1	-319,2
Tábua	743,2	655,3	715,2	785,1	-352,4	-157,6	-292,6	-361,1
Vila Nova de Poiares	800,5	699,7	765,2	825,9	-295,1	-113,2	-242,5	-320,3
Região de Coimbra	**860,7**	**759,0**	**877,4**	**844,7**	**-234,9**	**-53,9**	**-130,3**	**-301,5**
Região Centro	**941,5**	**774,5**	**972,2**	**926,8**	**-154,1**	**-38,4**	**-35,6**	**-219,4**
Continente	**1095,6**	**812,9**	**1007,7**	**1146,2**				

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro 2013.

Tal como acontece na generalidade dos territórios portugueses, a Região de Coimbra apresenta grandes desfasamentos nas remunerações dos trabalhadores detentores de níveis habilitacionais mais elevados (secundário e superior), sendo que estes diferenciais explicam em grande medida os baixos níveis de atratividade na fixação de mão-de-obra qualificada na generalidade dos concelhos. O nível salarial praticado na Região de Coimbra não acompanha os patamares nacionais, sendo inferior em cerca de 27% para a globalidade das remunerações. Por norma, quanto maior o nível de habilitação, maior é a discrepância do ganho médio auferido neste território e nas regiões de referência. De facto, na Região de Coimbra as pessoas que possuem um doutoramento recebem menos 301,3€ do que a média dos doutorados no Continente. Os licenciados recebem menos 548€ e as pessoas com o mestrado menos 529€ (Figura 49 e Quadro 28). De resto, as pessoas com um grau de escolaridade inferior ao 1º ciclo do ensino básico que exercem a sua atividade no município, recebem menos 19,5€ do que a nível nacional, as com o 1º ciclo têm uma diferença de menos 27,2€, as que detêm o 2º ciclo auferem menos 36,6 €, com o 3º ciclo de ensino menos 95€ e, por último, os trabalhadores por conta de outrem que têm o ensino secundário recebem menos 211,8€. Numa referência aos valores para este território, observa-se que os licenciados ganham, em média, mais 614,3€ do que as pessoas que têm uma escolaridade igual ao 1º ciclo do ensino básico, mais 579,4€ do que as que possuem o 9º ano de escolaridade e mais 448,4€ do que as que detêm o ensino secundário. Nesta linha, poder-se-á concluir que embora se verifiquem cada vez maiores dificuldades ao ingresso dos licenciados no mercado de trabalho, a frequência do ensino superior influencia, decisiva e positivamente, a retribuição salarial dos diferentes profissionais.

Uma última nota para alguns valores extremos no seio da região, dá indicações de alguns contrastes concelhios nos valores das remunerações. Desde modo, e tendo em consideração as habilitações ao nível do 1º CEB, são os trabalhadores dos concelhos de Penela (942,9€), Figueira da Foz (894,3€) e Mira (834,2€) que recebem mais, enquanto os trabalhadores de Góis (620,7€) e Oliveira do

Hospital (664,2€) recebem menos (Quadro 24). Ao nível do 3º CEB, ganham protagonismo os trabalhadores dos concelhos da Figueira da Foz (972,7€), Mealhada (878,2€) e Coimbra (850,9€) ao registarem remunerações superiores, a contrastar com os indivíduos dos concelhos de Tábua (647,2€) e Góis (659,1€), que registam remunerações inferiores. Relativamente aos trabalhadores detentores de licenciatura, os concelhos da Figueira da Foz, Cantanhede e Mortágua registam valores médios superiores (1768,8€, 1579,7€ e 1504,8€), enquanto os trabalhadores da Pampilhosa da Serra, Arganil e Miranda do Corvo registam valores muito inferiores (1163,1€, 1188,7€ e 11528€, respetivamente).



Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro 2013.

Figura 49 - Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, segundo o nível de habilitações, em 2012.

Quadro 28 - Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, segundo o nível de habilitações, em 2012.

Unidade territorial	Nível de habilitações								
	Inferior ao 1º CEB	1º CEB	2º CEB	3º CEB	Ensino secundário	Bacharelato	Licenciatura	Mestrado	Doutoramento
Arganil	520,3	668,1	677,8	735,9	874,9	1077,5	1188,7	...	...
Cantanhede	611,3	770,8	801,2	842,9	956,4	1761,9	1579,7	1505,3	2561,4
Coimbra	609,4	733,4	808,0	850,9	1006,7	1528,1	1503,6	1632,0	2783,4
Condeixa-a-Nova	671,7	802,8	877,0	831,4	930,8	1459,2	1388,0	1759,0	...
Figueira da Foz	654,4	894,3	847,7	972,7	1084,5	1640,6	1768,8	1716,4	2860,6
Góis	...	620,8	621,3	659,1	726,9	1183,5	1210,8	1131,4	...
Lousã	572,2	731,5	753,0	762,3	880,4	1399,8	1410,2	1465,8	...
Mealhada	669,0	790,6	834,8	878,2	987,3	1502,2	1484,7	1111,7	...
Mira	615,7	834,2	699,2	691,4	874,8	1412,4	1394,5	1173,7	1050,8
Miranda do Corvo	872,4	687,6	711,7	712,6	960,8	1180,4	1152,8	1207,0	...
Montemor-o-Velho	655,4	683,3	742,4	789,8	923,5	1200,9	1245,2	1459,3	...
Mortágua	572,6	690,0	723,0	730,6	927,0	1572,7	1504,8	1252,5	...
Oliveira do Hospital	630,4	664,2	657,0	685,8	838,1	1346,3	1174,8	1331,6	...
Pampilhosa da Serra	...	671,4	705,8	790,7	854,9	...	1163,1	...	...
Penacova	926,8	712,4	718,7	788,0	954,1	988,9	1250,0	1548,1	...
Penela	666,9	942,9	936,6	847,7	942,7	2097,4	1420,6	1088,6	...
Soure	594,0	715,2	737,0	730,0	804,3	1398,0	1282,2	1228,8	...
Tábua	587,9	689,0	695,2	647,2	799,0	1145,5	1251,3	2213,6	...
Vila Nova de Poiares	746,6	728,8	714,6	747,7	857,3	1131,5	1329,5	1478,6	...
Região de Coimbra	**657,5**	**738,5**	**750,6**	**773,4**	**904,4**	**1390,4**	**1352,8**	**1429,6**	**2314,1**
Região Centro	**668,8**	**759,0**	**791,8**	**826,9**	**960,3**	**1475,6**	**1507,6**	**1615,8**	**2344,8**
Continente	**676,9**	**765,7**	**787,3**	**868,4**	**1116,2**	**1853,5**	**1901,4**	**1959,2**	**2615,4**

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro 2013.

7.2. Internacionalização

No que concerne ao comércio internacional declarado de mercadorias no território abrangido pela Região de Coimbra regista-se, entre 2007 e 2013, uma diminuição na ordem dos 6,9% nas saídas de mercadorias. Quer isto dizer que, em termos absolutos, as empresas com sede neste território exportaram menos 85 230 000 euros em 2013, do que em 2007. No que diz respeito às entradas de mercadorias, houve um acréscimo de 14,7%, correspondendo a uma diferença de 107 593 000 euros (Quadro 29).

Para o ano mais recente de 2013, o território apresenta uma taxa de cobertura (relação entre entradas e saídas) de 137,3%, ou seja há um maior volume de saídas relativamente às entradas. A taxa de cobertura apresenta valores favoráveis nos concelhos de Góis, Mortágua, Arganil, Mealhada e Tábua, com taxas superiores a 200%. Os concelhos de Miranda do Corvo, Penacova, Soure, Pampilhosa da Serra, Penela, Mira, Montemor-o-Velho e Coimbra assumem-se como deficitários, uma vez que as importações superam em larga medida as exportações.

Quadro 29 - Comércio internacional declarado de mercadorias por município de sede dos operadores (milhares €), em 2013.

Unidade territorial	Exportações					Importações					Taxa de cobertura
	Total	Comércio intra-UE		Comércio extra-UE		Total	Comércio intra-UE		Comércio extra-UE		
	Nº	Nº	%	Nº	%		Nº	%	Nº	%	%
Arganil	24 063	21 811	90,6	2 252	9,4	6 178	4 428	71,7	1 750	28,3	389,5
Cantanhede	270 563	211 551	78,2	59 013	21,8	154 057	116 044	75,3	38 013	24,7	175,6
Coimbra	117 588	80 788	68,7	36 800	31,3	143 527	126 323	88,0	17 205	12,0	81,9
Condeixa-a-Nova	15 002	8 133	54,2	6 869	45,8	8 897	7 861	88,4	1 036	11,6	168,6
Figueira da Foz	369 822	307 871	83,2	61 951	16,8	275 504	243 106	88,2	32 398	11,8	134,2
Góis	3 545	2 331	65,8	1 213	34,2	172	170	98,9	2	1,1	2058,6
Lousã	41 558	22 606	54,4	18 952	45,6	39 594	36 714	92,7	2 879	7,3	105,0
Mealhada	22 037	15 612	70,8	6 425	29,2	9 338	9 157	98,1	181	1,9	236,0
Mira	19 750	11 286	57,1	8 464	42,9	31 037	30 422	98,0	616	2,0	63,6
Miranda do Corvo	554	480	86,6	74	13,4	2 716	2 554	94,0	162	6,0	20,4
Montemor-o-Velho	28 116	27 413	97,5	703	2,5	38 719	36 908	95,3	1 811	4,7	72,6
Mortágua	70 936	30 965	43,7	39 971	56,3	17 696	12 767	72,1	4 929	27,9	400,9
Oliveira do Hospital	49 781	25 773	51,8	24 008	48,2	24 583	24 056	97,9	527	2,1	202,5
Pampilhosa da Serra	134	0	0,0	134	100,0	267	252	94,5	15	5,5	50,4
Penacova	3 930	1 630	41,5	2 301	58,5	10 994	10 676	97,1	317	2,9	35,8
Penela	7 512	4 643	61,8	2 868	38,2	13 723	9 685	70,6	4 038	29,4	54,7
Soure	4 431	3 675	82,9	756	17,1	10 751	6 372	59,3	4 379	40,7	41,2
Tábua	80 228	76 430	95,3	3 798	4,7	33 185	31 238	94,1	1 948	5,9	241,8
Vila Nova de Poiares	25 290	18 172	71,9	7 118	28,1	20 447	17 966	87,9	2 481	12,1	123,7
Região de Coimbra	**1 154 840**	**871 169**	**75,4**	**283 671**	**24,6**	**841 385**	**726 699**	**86,4**	**114 686**	**13,6**	**137,3**
Região Centro	**9 051 039**	**6 783 511**	**74,9**	**2 267 528**	**25,1**	**7 214 617**	**6 193 618**	**85,8**	**1 020 998**	**14,2**	**125,5**
Continente	**45 262 797**	**31 968 398**	**70,6**	**13 294 399**	**29,4**	**53 348 391**	**37 874 597**	**71,0**	**15 473 794**	**29,0**	**84,8**

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro 2013.

8. SAÚDE

8.1. Indicadores de saúde

Relativamente à observação de alguns indicadores relacionados com a saúde, destaca-se de imediato a posição desfavorável da Região de Coimbra em termos do número de enfermeiros por 1000 habitantes (5,3) e do número de médicos por 1000 habitantes (3,1), uma vez que assumem valores inferiores ao observado em termos da Região Centro e do território nacional (Quadro 30). Apenas os

concelhos de Coimbra e Condeixa-a-Nova superam os valores nacionais ao nível destes dois indicadores (25,5 e 6,5 enfermeiros e 28,7 e 4,7 médicos por 1000 habitantes).

Por outro lado, o número de farmácias e postos farmacêuticos móveis por 1000 habitantes apresenta valores superiores na Região de Coimbra (0,4), comparativamente ao Continente (0,3), enquanto que relativamente ao número de consultas por habitante, apenas Lousã (4,8 consultas) supera o valor nacional (4,2 consultas).

Em termos de alguns indicadores relacionados com diferentes taxas de mortalidade, o destaque vai para a posição desfavorável de Pampilhosa da Serra, Mortágua e Mealhada com uma taxa quinquenal de mortalidade infantil de 12,5‰, 9,5‰ e 6‰, quando no Continente a taxa para o mesmo período (2008-2012) foi de 3,1‰. A taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório apresenta valores preocupantes na Região de Coimbra (4,4‰), uma vez que a generalidade dos concelhos apresenta dados superiores à média nacional (3,1‰), e em alguns casos superiores mesmo à média da Região Centro (3,7‰). Por último, a taxa de mortalidade por tumores malignos apresenta valores mais elevados para Pampilhosa da Serra (5‰), Góis (4,8‰) e Arganil (3,6‰), sendo importante refletir sobre os cuidados de saúde que são oferecidos a estas populações, bem como os fatores do ambiente físico e socioeconómico que poderão estar na base destes resultados desfavoráveis.

Quadro 30 - Indicadores de saúde, em 2012 e 2013.

Unidade territorial	Enfermeiros por 1000 habitantes	Médicos por 1000 habitantes	Farmácias e postos farmacêuticos móveis por 1000 habitantes	Consultas por habitante ⊥	Taxa quinquenal de mortalidade infantil (2008/2012)	Taxa quinquenal de mortalidade neonatal (2008/2012)	Taxa de mortalidade por doenças do aparelho circulatório	Taxa de mortalidade por tumores malignos
	N.º				‰			
	2013				2012			
Arganil	2,8	0,8	0,3	3,3	0,0	0,0	4,4	3,6
Cantanhede	5,9	2,4	0,4	4,1	1,4	1,4	3,8	2,5
Coimbra	25,5	28,7	0,4	...	2,6	1,7	2,5	2,4
Condeixa-a-Nova	6,5	4,7	0,3	...	2,3	2,3	2,7	1,7
Figueira da Foz	5,9	4,4	0,4	4,1	2,1	1,2	3,5	2,8
Góis	3,4	0,2	0,7	3,4	0,0	0,0	4,6	4,8
Lousã	2,8	1,1	0,2	4,8	0,0	0,0	2,7	3,2
Mealhada	3,4	2,6	0,3	3,1	6,0	6,0	3,7	2,3
Mira	4,2	2,3	0,5	3,3	3,8	3,8	3,6	3,2
Miranda do Corvo	3,2	1,5	0,2	3,1	0,0	0,0	4,5	2,4
Montemor-o-Velho	4,9	1,9	0,4	3,1	2,6	1,8	3,6	2,3
Mortágua	4,1	2,0	0,4	3,6	9,5	9,5	3,5	2,6
Oliveira do Hospital	3,7	1,4	0,4	...	2,7	2,7	3,8	2,9
Pampilhosa da Serra	2,1	0,0	0,5	4,0	12,5	12,5	11,7	5,0
Penacova	7,3	1,4	0,5	3,2	0,0	0,0	3,9	2,4
Penela	5,2	1,0	0,3	3,5	0,0	0,0	7,3	2,0
Soure	5,1	1,1	0,5	4,1	1,6	0,0	5,7	3,3
Tábua	3,5	1,1	0,4	3,6	2,4	0,0	3,9	2,8
Vila Nova de Poiares	2,0	0,7	0,3	3,1	0,0	0,0	4,7	3,2
Região de Coimbra	**5,3**	**3,1**	**0,4**	**3,6**	**2,6**	**2,3**	**4,4**	**2,9**
Região Centro	**6,3**	**3,9**	**0,3**	**4,4**	**2,9**	**1,9**	**3,7**	**2,6**
Continente	**6,2**	**4,4**	**0,3**	**4,2**	**3,1**	**2,1**	**3,1**	**2,5**

Fonte: INE, Anuário Estatístico da Região Centro 2013.

9. Oferta e procura da Rede Social

A rede de serviços e equipamentos sociais é uma realidade que resulta do esforço e envolvimento de entidades de diversas naturezas no sentido de fazer face às dificuldades geradas pelas dinâmicas sociais, localizadas nas zonas consideradas pelas próprias como prioritárias para a intervenção social. Os equipamentos sociais correspondem à aplicação prática da maioria das respostas, uma vez que integram as valências, independentemente da sua natureza – residencial, ambulatória ou mista.

De uma situação em que um equipamento social abrangia apenas uma valência, passou-se para uma situação em que no mesmo equipamento estão sedeadas várias respostas sociais, dirigidas ou não para a mesma população-alvo ou grupo-alvo. Esta realidade, que se traduz em benefícios de aproveitamento de infraestruturas e de meios humanos com claras vantagens para os diversos tipos de utentes, tem vindo a ser cada vez mais equacionada, quer ao nível da conceção inicial do equipamento social, quer mesmo, posteriormente, aquando do trabalho de ampliação ou remodelação das instalações existentes.

Numa perspetiva global, verifica-se que os 556 equipamentos sociais existentes na Região de Coimbra integram 1080 respostas sociais, o que vem corroborar a tendência progressiva de um equipamento social abranger várias respostas. São naturalmente os concelhos com maiores quantitativos populacionais, aqueles que apresentam um maior número de equipamentos e respostas sociais, salientando-se Coimbra e Figueira da Foz com 161 e 86 equipamentos, correspondendo a 29% e 15,5%, respetivamente.

Quadro 31 - Distribuição dos equipamentos e respostas sociais por concelho.

Unidade territorial	Equipamentos sociais		Respostas sociais	
	Nº	%	Nº	%
Arganil	23	4,1	51	4,7
Cantanhede	30	5,4	90	8,3
Coimbra	161	29,0	274	25,4
Condeixa-a-Nova	17	3,1	21	1,9
Figueira da Foz	86	15,5	144	13,3
Góis	8	1,4	22	2,0
Lousã	24	4,3	40	3,7
Mealhada	23	4,1	51	4,7
Mira	11	2,0	24	2,2
Miranda do Corvo	14	2,5	32	3,0
Montemor-o-Velho	36	6,5	62	5,7
Mortágua	9	1,6	9	0,8
Oliveira do Hospital	29	5,2	74	6,9
Pampilhosa da Serra	18	3,2	31	2,9
Penacova	13	2,3	30	2,8
Penela	11	2,0	18	1,7
Soure	21	3,8	58	5,4
Tábua	15	2,7	34	3,1
Vila Nova de Poiares	7	1,3	15	1,4
Região de Coimbra	**556**	**100**	**1080**	**100**

Fonte: http://www.cartasocial.pt/

A análise da distribuição dos equipamentos sociais na Região de Coimbra realça que estes são dirigidos, na sua totalidade, a três populações-alvo, designadamente infância e juventude, população adulta e família e comunidade. No caso da infância e juventude as respostas sociais encontram-se vocacionadas apenas para os grupos-alvo crianças e jovens e crianças e jovens em situação de perigo, sendo que no caso da população adulta são dirigidas para os grupos-alvo pessoas idosas e pessoas adultas com deficiência. Por último, relativamente ao grupo-alvo família e comunidade, as respostas encontram-se vocacionadas para a família e comunidade em geral, pessoas com VIH/Sida e suas famílias e pessoas toxicodependentes.

A análise da distribuição das respostas sociais na Região de Coimbra, de acordo com o tipo de população-alvo, permite concluir que as respostas vocacionadas para a população adulta são em número ligeiramente superior, sendo este um dos reflexos da progressiva

tendência para o envelhecimento populacional. No entanto, e por este diagnóstico ser parte integrante do programa de combate ao abandono escolar na Região de Coimbra, optou-se por apresentar apenas a caraterização das respostas sociais destinadas à infância e juventude.

Reconhece-se que as respostas sociais dirigidas à infância e juventude assumem um duplo papel. Se por um lado solucionam o problema da guarda e da educação das crianças durante a parte do dia em que estas não podem estar com os seus pais, por outro lado contribuem para o seu crescimento e desenvolvimento harmonioso, complementando ou substituindo a família na sua socialização.

A rede de serviços e equipamentos sociais para a Infância e Juventude encontra-se dividida em três grupos-alvo, nomeadamente crianças e jovens, crianças e jovens em situação de perigo e crianças e jovens com deficiência, cada um com respostas específicas.

A Região de Coimbra contabiliza um total de 450 respostas sociais destinadas à população-alvo infância e juventude. Ao nível da resposta social creche verifica-se um total de 147 respostas distribuídas pelos concelhos da região, sendo que a capacidade é de 5857 crianças e a frequência atual é de 4656 crianças. Relativamente aos estabelecimentos de educação pré-escolar foram contabilizadas 102 respostas sociais, com uma maior incidência nos concelhos de Coimbra (32) e Figueira da Foz (21). No que diz respeito à resposta social de centro de atividades de tempos livres verifica-se que esta apresenta um maior número de respostas sociais na região (164), com uma capacidade total de 8698 crianças e uma frequência de 6848.

Quadro 32 - Distribuição das respostas sociais, capacidade e utentes do grupo-alvo Infância e Juventude.

Unidade territorial	Infância e juventude																													
	Crianças e jovens									Crianças e jovens em situação de perigo												Crianças e jovens com deficiência								
	Creche			Estabelecimento de educação pré-escolar			Centro de atividades de tempos livres			Centro de apoio familiar aconselhamento parental			Centro de acolhimento temporário			Lar de infância e juventude			Acolhimento familiar crianças e jovens			Lar de apoio			Intervenção precoce			Transporte de pessoas com deficiência		
	Nº de respostas sociais	Capacidade	Utentes	Nº de respostas sociais	Capacidade	Utentes	Nº de respostas sociais	Capacidade	Utentes	Nº de respostas sociais	Capacidade	Utentes	Nº de respostas sociais	Capacidade	Utentes	Nº de respostas sociais	Capacidade	Utentes	Nº de respostas sociais	Capacidade	Utentes	Nº de respostas sociais	Capacidade	Utentes	Nº de respostas sociais	Capacidade	Utentes	Nº de respostas sociais	Capacidade	Utentes
Arganil	3	110	90	1	-	-	7	452	320	1	98	90																		
Cantanhede	14	613	420	9	-	-	15	785	620							1	35	21												
Coimbra	47	1974	1685	32	-	-	41	2163	1730	2	167	174	4	82	54	9	272	179				1	30	21	2	621	685	1	380	343
Condeixa-a-Nova	4	134	130	1	-	-	3	240	220				1	9	9															
Figueira da Foz	21	795	611	21	-	-	17	965	800				1	12	13	2	54	44												
Góis	2	45	27	2	-	-	2	50	39																					
Lousã	4	176	119	3	-	-	9	363	312	1	26	26										1	15	15						
Mealhada	6	228	205	5	-	-	14	593	325																					
Mira	3	97	92	2	-	-	3	170	107							1	30	30												
Miranda do Corvo	4	206	160	2	-	-	5	321	227							3	142	108				1	15	15	1	30	27			
Montemor-o-Velho	7	244	215	7	-	-	13	615	516																					
Mortágua	2	73	68	-	-	-	2	120	121																					
Oliveira do Hospital	10	402	315	5	-	-	11	567	501																					
Pampilhosa da Serra	2	65	52	2	-	-	3	240	140				1	10	8															
Penacova	5	169	70	1	-	-	2	128	96																					
Penela	2	66	43	0	-	-	2	105	102																					
Soure	6	218	179	6	-	-	7	335	255										1	15	1									
Tábua	3	146	110	1	-	-	6	350	301				1	15	15															
Vila Nova de Poiares	2	96	65	2	-	-	2	136	116							1	30	24												
Região de Coimbra	**147**	**5857**	**4656**	**102**	**-**	**-**	**164**	**8698**	**6848**	**4**	**291**	**290**	**8**	**128**	**99**	**17**	**563**	**406**	**1**	**15**	**1**	**3**	**60**	**51**	**3**	**651**	**712**	**1**	**380**	**343**

Fonte: http://www.cartasocial.pt/

De acordo com o artigo 69.º da Constituição da República Portuguesa, *as crianças têm direito à protecção da sociedade e do Estado, com vista ao seu desenvolvimento integral, especialmente contra todas as formas de abandono, de discriminação e de opressão e contra o exercício abusivo da autoridade na família e nas demais instituições. O Estado assegura especial protecção às crianças órfãs, abandonadas ou por qualquer forma privadas de um ambiente familiar normal.* As respostas sociais vocacionadas para o grupo-alvo crianças e jovens em situação de perigo são o centro de apoio familiar e aconselhamento parental, a equipa de rua de apoio a crianças

e jovens, o acolhimento familiar para crianças e jovens, o centro de acolhimento temporário, o lar de infância e juventude, o apartamento de autonomização e o centro de férias e lazer.

Na Região de Coimbra contabiliza-se um total de 30 respostas sociais vocacionadas para as crianças e jovens em situação de perigo, subdivididas em centros de apoio familiar e aconselhamento parental (4), centros de acolhimento temporário (8), lares de infância e juventude (17) e acolhimento familiar crianças e jovens (1). De salientar que os concelhos de Góis, Mealhada, Montemor-o-Velho, Mortágua, Oliveira do Hospital, Penacova e Penela não apresentam respostas sociais para este grupo-alvo.

Por último, para o grupo-alvo das crianças e jovens com deficiência existem apenas 7 respostas sociais na região, designadamente 3 lares de apoio localizados nos concelhos de Coimbra, Lousã e Miranda do Corvo, 3 equipamentos de intervenção precoce (2 localizados em Coimbra e um em Miranda do Corvo) e por fim, uma resposta relacionada com o transporte de pessoas com deficiência no concelho de Coimbra.

10. SÍNTESE

Neste ponto do diagnóstico, procurar-se-á fazer uma breve síntese dos principais valores apresentados em alguns temas, descrever as tendências e os fenómenos mais importantes que lhes são subjacentes, propondo ainda algumas explicações e pistas de reflexão.

A demografia da Região de Coimbra em termos globais não se afasta das tendências observadas para o território nacional, caracterizando-se, nas décadas mais recentes, por uma sucessiva diminuição do número de nascimentos. Em paralelo, regista-se um prolongamento da esperança média de vida, traduzida numa estrutura demográfica com uma população cada vez mais envelhecida. Sendo cada vez menos, morre-se cada vez mais tarde. Esta evolução tem uma tradução espacial desigual, mesmo sendo a tendência de fundo comum aos diferentes territórios, sejam rurais ou urbanos.

Apresentando consequências diversas, do ponto de vista da estrutura da população, são cada vez em menor número as crianças e os jovens em idade escolar. As necessidades de recursos humanos e de equipamentos no sector da educação têm, desta forma, que ser continuamente reestruturados para responder a este quadro.

Os dados apresentados revelam (ou confirmam) o mosaico diversificado da Região de Coimbra, com modelos de povoamento, recursos e opções de desenvolvimento muito distintas. Se por um lado os concelhos do litoral são genericamente caraterizados pelo seu maior dinamismo económico, pela maior concentração de população jovem e ativa, os concelhos do interior, fruto das suas condicionantes físicas, são marcados pelo progressivo despovoamento e envelhecimento populacional. De facto, atualmente mais de ¾ dos habitantes da Região de Coimbra residem numa área litoral ou próxima do litoral, confirmando a maior atratividade destes territórios.

No entanto, as tendências das décadas mais recentes vêm revelar que todos estes espaços estão em constante transformação: os territórios do litoral estão também a envelhecer e a perder população, e os dados avançados para o futuro não se revelam animadores. Até ao ano de 2031 espera-se que a Região de Coimbra perca 12,7% da população residente, tendo por referência a população residente de 2011 (-58603 habitantes), sendo que os concelhos de matriz rural e interior perderão quantitativos com muita expressividade. Neste conjunto, salientam-se os concelhos do Pinhal Interior Norte (NUT3), destacando-se Pampilhosa da Serra, Góis, Arganil e Tábua, uma vez que se projetam decréscimos muito significativos para estes territórios nas próximas décadas.

Pode dizer-se que há diferenças concelhias significativas nos vários indicadores gerais analisados, com dicotomias mais evidentes na matriz litoral/interior, não podendo deixar de ser mencionado as vantagens competitivas que alguns concelhos beneficiam por estarem na área de influência da principal cidade da Região Centro (Coimbra), de que é o caso da Mealhada, Montemor-o-Velho, Condeixa-a-Nova e Lousã.

A socioeconomia revela várias transformações ao longo dos anos, sendo o resultado de um vasto leque de combinações de fatores de áreas tão diversas como a política, demografia, mercado de trabalho, educação, ambiente e ordenamento do território.

O indicador *per capita* do poder de compra pretende traduzir o poder de compra manifestado quotidianamente, em termos *per capita*, nos diferentes municípios ou regiões, tendo por referência o valor nacional (Portugal = 100). A análise deste indicador possibilita avaliar o grau de coesão interconcelhio e identificar os concelhos que se destacam no respetivo contexto regional. No ano de 2011 todos eles apresentam um poder de compra inferior à média do país, à exceção de Coimbra, território com um valor acima da referência (131,7). Os concelhos litorais ou próximos do litoral apresentam valores superiores aos do interior, destacando-se aqui a posição favorável ocupada pelos concelhos de Cantanhede, Condeixa-a-Nova, Figueira da Foz, Mealhada, com valores superiores a 80. Do lado oposto, sobressaem os concelhos com maior desvantagem económica, sobretudo os de matriz rural e interior, em que Pampilhosa da Serra, Góis e Penacova apresentam uma menor capacidade aquisitiva.

Embora o território da Região de Coimbra apresente níveis de desemprego inferiores à média do país, convém sublinhar o acréscimo verificado na taxa de desemprego entre 2001 e 2011 (de 8% para 9,9%), sendo esta taxa para o último ano superior no sexo feminino (10,9% versus 9,1%). Os dados calculados para o ano de 2014 permitem destacar os concelhos da Figueira da Foz, Arganil, Tábua e Oliveira do Hospital com valores mais expressivos na taxa de desemprego. Em termos absolutos para a região, importa acrescentar que em termos globais, entre 2008 e 2014 ocorreu um aumento de 7172 desempregados (46,2%), sendo que este aumento foi manifestamente mais expressivo no sexo masculino (+4383 desempregados, correspondendo a 65,4%), comparativamente ao sexo feminino (+2789 desempregados, correspondendo a 31,7%).

No ano de 2013, 4,9% dos residentes na Região de Coimbra recebia o subsídio de desemprego. Por concelho, o peso dos beneficiários na estrutura da população residente foi superior nos concelhos de Montemor-o-Velho (6,3%), Figueira da Foz (6,1%) e Lousã (5,4%), e inferior em concelhos mais rurais como Pampilhosa da Serra (2,1%) e Góis (3,2%). Este facto está relacionado com a estrutura etária dos habitantes com um peso substancial da população mais idosa, fora da idade ativa e, eventualmente, a existência de um número de desempregados não elegíveis para o subsídio. A distribuição dos beneficiários por idades evidencia que na Região, 44,9% dos indivíduos que recebem o subsídio de desemprego têm menos de 40 anos, sendo que 14,4% apresentam idades inferiores a 30 anos.

Em relação ao rendimento social de inserção, não obstante a diminuição verificada entre 2007 e 2013, cerca de 2,5% da população da região recebe este tipo de prestação (11 451 indivíduos). É naturalmente nos concelhos mais populosos de Coimbra, Figueira da Foz e Cantanhede que existe um maior número de beneficiários, onde não existem diferenças muito significativas no que diz respeito ao género. No que concerne à estrutura etária, 39,3% dos beneficiários apresentam menos de 25 anos e 60% não têm mais do que 40 anos.

A evolução do tecido empresarial e as variáveis que lhe são inerentes são fundamentais para perceber as transformações que se operam na economia e no crescimento dos diferentes territórios. Entre 2006 e 2012 o número de empresas na Região de Coimbra diminuiu, tendo sido uma tendência comum à generalidade dos concelhos da região. O respetivo pessoal ao serviço teve um comportamento semelhante, situação que está relacionada com o período de crise a nível nacional e global. Por outro lado, o volume de negócios aumentou neste período, apontando-se um crescimento em todos os concelhos, à exceção de Penela, Coimbra e Condeixa-a-Nova. Em termos da distribuição do número de empresas na região, ganham destaque os concelhos de Coimbra (38,1%), Figueira da Foz (12,8%), Cantanhede (8,2%) e Montemor-o-Velho (4,7%), em função dos maiores quantitativos populacionais e do maior dinamismo económico. Os indicadores relacionados com a atividade, pessoal ao serviço, volume de negócios e valor acrescentado bruto vêm reforçar a posição favorável deste conjunto de concelhos, que revelam economias mais competitivas.

No que diz respeito à indústria transformadora, e uma vez que o sector da indústria é responsável por 46,4% da riqueza criada na Região de Coimbra, sobressai uma maior especialização deste território na indústria alimentar, na indústria da fabricação de produtos metálicos e na indústria da madeira e da cortiça e suas obras.

O ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem revela uma grande assimetria entre os concelhos da Região de Coimbra, sobressaindo os municípios do litoral, com remunerações superiores, e os do interior com valores bastante inferiores à média da região. Se por um lado, os concelhos da Figueira da Foz, Coimbra e Cantanhede apresentam um melhor nível de remunerações, por outro lado, os concelhos que constituem o sector interior da região (Góis, Tábua, Oliveira do Hospital, Pampilhosa da Serra e Arganil) apresentam um perfil de remunerações ainda muito insatisfatório.

Em 2012, o ganho médio mensal era, na Região de Coimbra, menor no sector primário (759 euros), seguindo-se o sector dos serviços (844,7€), em que o sector da indústria e construção era aquele que apresentava um ganho médio mensal superior na região (877,4€). Estas diferenças salariais estão relacionadas com a especialização dos concelhos, a natureza das suas atividades, a dimensão da sua força de trabalho, o perfil empresarial, entre outros fatores.

Em termos do perfil de habilitações literárias dos trabalhadores por conta de outrem, constata-se que há uma clara desqualificação escolar no conjunto dos trabalhadores da Região de Coimbra, observando-se que 54,9% não tem mais do que o 3º ciclo do ensino básico e apenas 15,4% apresentam um nível de habilitações superior à licenciatura, facto que deverá levar a uma reflexão no contexto da estratégia a desenvolver no quadro da educação da Região. Uma vez mais, opõem-se os concelhos de Coimbra, Cantanhede, Figueira da Foz e Condeixa-a-Nova, com um assinalável peso da formação superior no conjunto dos trabalhadores (24,6%, 12,8%, 11,5% e 10,9%), os concelhos do interior e de matriz rural, onde o peso dos trabalhadores com este nível de ensino é quase residual, salientando-se Tábua, Pampilhosa da Serra, Penela e Vila Nova de Poiares (5,2%, 6%, 6,4% e 6,4%, respetivamente).

Por último, o comércio internacional deve ser lido como um mecanismo determinante e impulsionador para alavancar a economia nacional. A Região de Coimbra apresenta para o ano de 2013 uma balança comercial positiva, com as exportações a superar as importações em termos de volume de negócios. A taxa de cobertura apresenta valores negativos para os concelhos de Coimbra, Mira, Miranda do Corvo, Montemor-o-Velho, Pampilhosa da Serra, Penacova, Penela e Soure, ou seja, nestes territórios as importações superam em larga escala as exportações.

Importa referir que as conclusões retiradas têm por base os indicadores selecionados de acordo com os critérios definidos previamente, e que se relacionam com a necessidade de uma caraterização genérica da Região de Coimbra que abarcasse temas tão diversificados como a demografia, socioeconomia, condições sociais, emprego, empresas e nível de vida. Este conhecimento assume-se determinante no momento de planear as estratégias de combate ao insucesso escolar, uma vez que estas deverão ser adaptadas à realidade social, económica e demográfica dos diferentes territórios que integram a Comunidade Intermunicipal da Região de Coimbra.

ÍNDICE DE QUADROS

Quadro 1- População residente nos concelhos da Região de Coimbra, entre 1950 e 2011. 26
Quadro 2 - Variação populacional na Região de Coimbra entre 1950 e 2011. 28
Quadro 3 - Nados-vivos entre 2001 e 2013. 30
Quadro 4 - Dinâmica natural, em 2001 e 2011. 31
Quadro 5 - Dinâmica da população entre 2001 e 2011. 32
Quadro 6 - Estrutura etária e variação entre 2001 e 2011. 33
Quadro 7 - Índice de envelhecimento, índice de dependência e estrutura etária, em 2001 e 2011. 34
Quadro 8 - Dificuldades da população residente, segundo o número de dificuldades, em 2011. 37
Quadro 9 - População residente com dificuldades, segundo o sexo, em 2011. 38
Quadro 10 - População residente com dificuldades, segundo o grupo etário, em 2011. 38
Quadro 11 - População residente, sobreviventes e variação populacional por concelho, entre 2011 e 2031. 40
Quadro 12 - Provável evolução dos nados-vivos e variação entre 2011 e 2031. 42
Quadro 13 - Provável evolução do índice de envelhecimento, índice de dependência e estrutura etária entre 2011 e 2031. 44
Quadro 14 - População residente segundo a nacionalidade, em 2011. 47
Quadro 15 - População residente estrangeira segundo o país de origem, em 2011. 48
Quadro 16 - Tipologia das famílias, em 2001 e 2011. 49
Quadro 17 - Indicadores das famílias, em 2011. 50
Quadro 18 - Variação do número de edifícios e alojamentos entre 2001 e 2011. 51
Quadro 19 - Pensionistas segundo o tipo, em 2007 e 2013. 53
Quadro 20 - Beneficiários de rendimento social de inserção, por sexo, em 2013. 55
Quadro 21 - Beneficiários de subsídios de desemprego, segundo o sexo, em 2013. 56
Quadro 22 - Indicador *per capita* entre 2000 e 2011. 58
Quadro 23 - População empregada segundo os grupos de profissões, em 2011. 61
Quadro 24 - Desempregados registados nos concelhos da Região de Coimbra entre 2008 e 2014. 65
Quadro 25 - Indicadores genéricos da dinâmica empresarial por concelho entre 2006 e 2012. 68
Quadro 26 - Indicadores genéricos da dinâmica empresarial por concelho em 2012. 69
Quadro 27 - Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos, segundo o sector de atividade, em 2012. 72
Quadro 28 - Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, segundo o nível de habilitações, em 2012. 73
Quadro 29 - Comércio internacional declarado de mercadorias por município de sede dos operadores (milhares €), em 2013. 74
Quadro 30 - Indicadores de saúde, em 2012 e 2013. 75
Quadro 31 - Distribuição dos equipamentos e respostas sociais por concelho. 76
Quadro 32 - Distribuição das respostas sociais, capacidade e utentes do grupo-alvo Infância e Juventude. 77

ÍNDICE DE FIGURAS

Figura 1 - Modelo de Planeamento Estratégico. 5
Figura 2 - Enquadramento territorial da Região de Coimbra. 19
Figura 3 - Hipsometria. 21
Figura 4 - Declives. 21
Figura 5 - Rede de acessibilidades. 23
Figura 6 - Enquadramento populacional da Região de Coimbra em termos nacionais, entre 2001 e 2011. 25
Figura 7 - Densidade populacional na Região de Coimbra, em 2011. 26
Figura 8 - Distribuição da população residente na Região de Coimbra, em 2011. 27
Figura 9 - Variação populacional entre 2001 e 2011. 28
Figura 10 - Variação populacional entre 1950 e 2011 e entre 2001 e 2011. 29
Figura 11 - Evolução do número de nados-vivos, na Região de Coimbra, entre 1991 e 2013. 30
Figura 12 - Taxa de natalidade, taxa de mortalidade e taxa de crescimento natural, em 2011. 31
Figura 13 - Crescimento natural, saldo migratório e crescimento efetivo entre 2001 e 2011. 32
Figura 14 - População residente segundo os grandes grupos etários, na Região de Coimbra, entre 1981 e 2011. 33
Figura 15 - Índice de envelhecimento na Região de Coimbra, em 2011. 35
Figura 16 - População em idade ativa, população em idade não ativa e índice de envelhecimento, em 2011. 35
Figura 17 - Índice de dependência na Região de Coimbra, em 2011. 36
Figura 18 - Dificuldades da população residente da Região de Coimbra, segundo o tipo e o grau dificuldade, em 2011. 39
Figura 19 - Provável variação da população residente entre 2011 e 2021 e entre 2011 e 2031. 40
Figura 20 - Provável evolução da população residente entre 2011 e 2021, e entre 2011 e 2031. 41
Figura 21 - Provável evolução dos nados-vivos entre 2011 e 2031. 42
Figura 22 - Pirâmide etária da população residente entre 1950 e 2011..Figura 23 - Pirâmide etária da população residente entre 2011 e 2031. 43
Figura 24 - Pirâmide etária da população residente entre 1950 e 2031. 43
Figura 25 - Provável distribuição população residente segundo os grandes grupos etários, na Região de Coimbra, entre 2011 e 2031. 44
Figura 26 - Provável índice de envelhecimento, em 2031. 45
Figura 27 - Provável índice de dependência, em 2031. 46
Figura 28 - Famílias clássicas segundo a sua dimensão, em 2011. 49
Figura 29 - Época de construção ou reconstrução dos edifícios. 52
Figura 30 - Edifícios segundo o índice de envelhecimento e a necessidade de reparação, em 2011. 52
Figura 31 - Alojamentos familiares clássicos segundo a forma de ocupação, em 2011. 53
Figura 32- Beneficiários de rendimento social de inserção, por 1000 habitantes, em 2013. 54
Figura 33 - Beneficiários de rendimento social de inserção, segundo o grupo etário, em 2013. 55
Figura 34 - Beneficiários do subsídio de desemprego, por 1000 habitantes, em 2013. 56
Figura 35 - Beneficiários de subsídios de desemprego, segundo o grupo etário, em 2013. 57
Figura 36 - PIB *per capita* e PIB em % do total do país, em 2010. 57
Figura 37 - Indicador *per capita* em 2011. 59
Figura 38 - Variação da população ativa, por sexo, entre 2001 e 2011. 60
Figura 39 - População empregada segundo o sector de atividade, em 2011. 61
Figura 40 -Taxa de desemprego total, em 2001 e 2011. 62

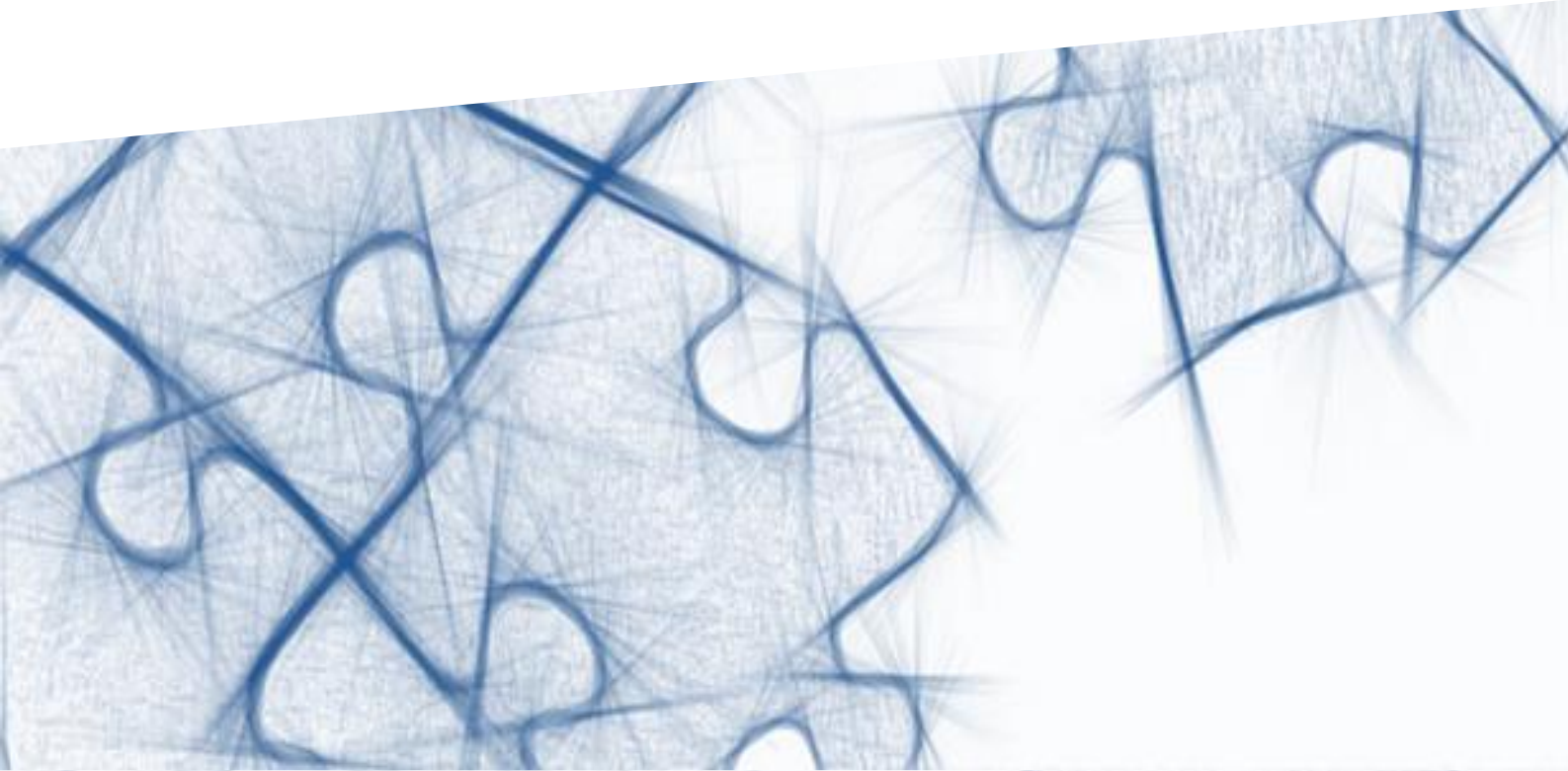



Figura 41 - Taxa de desemprego, em 2014. 63
Figura 42 - Desempregados registados segundo o género na Região de Coimbra entre 2008 e 2014. 64
Figura 43 - Desempregados registados segundo a situação face à procura de emprego na Região de Coimbra entre 2008 e 2014. 65
Figura 44 - População desempregada, segundo o grupo etário, em 2014. 66
Figura 45 - Desempregados segundo os níveis de escolaridade, em 2014. 66
Figura 46 - Empresas segundo a CAE-Rev.3, na Região de Coimbra, em 2008 e 2012. 70
c nas empresas, em 2012. 70
Figura 48 - Trabalhadores por conta de outrem nos estabelecimentos da Região de Coimbra, segundo o nível de habilitações, em 2012. 71
Figura 49 - Ganho médio mensal dos trabalhadores por conta de outrem, segundo o nível de habilitações, em 2012. 73